



Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de História

Gabriela de Azeredo Chaves

## **AS REGRAS DE UM BRUXO**

Imagens de civilidade nos contos de Machado de Assis.

Brasília

2007



Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de História

Gabriela de Azeredo Chaves

## **AS REGRAS DE UM BRUXO**

Imagens de civilidade nos contos de Machado de Assis.

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação da Universidade de Brasília.  
Orientadora: Professora Doutora Cléria Botelho da Costa

Brasília

2007



Chaves, Gabriela de Azeredo.

As regras de um bruxo: Imagens de civilidade nos contos de Machado de Assis/ Gabriela de Azeredo Chaves – Brasília: O autor, 2007.

114 f.

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Professora Doutora Cléria Botelho da Costa



Gabriela de Azeredo Chaves

## **AS REGRAS DE UM BRUXO**

Imagens de civilidade nos contos de Machado de Assis.

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Professora Doutora Cléria Botelho da Costa.

Brasília, 14 de Dezembro de 2007.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Cléria Botelho da Costa, Dr<sup>a</sup>.  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Maria Salete Kern Machado, Dr<sup>a</sup>.  
Examinadora

---

Prof<sup>o</sup>. Jaime de Almeida, Dr<sup>o</sup>.  
Examinador



***À minha mãe, Rosangela Costa de  
AzeredoSilva e a minha avó, Iracema  
Costa de Azeredo Silva.  
(in memorian)***



## **A um bruxo, com amor**

(José de Alencar)

Em certa casa da Rua Cosme Velho (que se abre no vazio)

venho visitar-te; e me recebes  
na sala trajestada com simplicidade  
onde pensamentos idos e vividos  
perdem o amarelo  
de novo interrogando o céu e a noite.

Outros leram da vida um capítulo, tu leste o livro inteiro.

Daí esse cansaço nos gestos e, filtrada,  
uma luz que não vem de parte alguma  
pois todos os castiçais estão apagados.

Contas a meia voz  
maneiras de amar e de compor os ministérios  
e deitá-los abaixo, entre malinas  
e bruxelas.

Conheces a fundo  
a geologia moral dos Lobo Neves  
e essa espécie de olhos derramados  
que não foram feitos para ciumentos.

E ficas mirando o ratinho meio cadáver  
com a polida, minuciosa curiosidade  
de quem saboreia por tabela  
o prazer de Fortunato, vivisseccionista amador.  
Olhas para a guerra, o murro, a facada



como para uma simples quebra da monotonia universal  
e tens no rosto antigo  
uma expressão a que não acho nome certo  
(das sensações do mundo a mais sutil):  
volúpia do aborrecimento?  
ou, grande lascivo, do nada?

O vento que rola do Silvestre leva o diálogo,  
e o mesmo som do relógio, lento, igual e seco,  
tal um pigarro que parece vir do tempo da Stoltz e do gabinete Paraná,  
mostra que os homens morreram.

A terra está nua deles.

Contudo, em longe recanto,  
a ramagem começa a sussurar alguma coisa  
que não se estende logo  
a parece a canção das manhãs novas.

Bem a distingo, ronda clara:

É Flora,

com olhos dotados de um mover particular  
ente mavioso e pensativo;

Marcela, a rir com expressão cândida (e outra coisa);

Virgília,

cujos olhos dão a sensação singular de luz úmida;

Mariana, que os tem redondos e namorados;

e Sancha, de olhos intimativos;

e os grandes, de Capitu, abertos como a vaga do mar lá fora,

o mar que fala a mesma linguagem

obscura e nova de D. Severina

e das chinelinhas de alcova de Conceição.

A todas decifrares íris e braços

e delas disseste a razão última e refohada

moça, flor mulher flor



canção de mulher nova...

E ao pé dessa música dissimulas (ou insinuas, quem sabe)  
o turvo grunhir dos porcos, troça concentrada e filosófica  
entre loucos que riem de ser loucos  
e os que vão à Rua da Misericórdia e não a encontram.

O eflúvio da manhã,  
quem o pede ao crepúsculo da tarde?

Uma presença, o clarineta,  
vai pé ante pé procurar o remédio,  
mas haverá remédio para existir  
senão existir?

E, para os dias mais ásperos, além  
da cocaína moral dos bons livros?

Que crime cometemos além de viver  
e porventura o de amar  
não se sabe a quem, mas amar?

Todos os cemitérios se parecem,  
e não pousas em nenhum deles, mas onde a dúvida  
apalpa o mármore da verdade, a descobrir  
a fenda necessária;  
onde o diabo joga dama com o destino,  
estás sempre aí, bruxo alusivo e zombeteiro,  
que resolves em mim tantos enigmas.

Um som remoto e brando  
rompe em meio a embriões e ruínas,  
eternas exéquias e aleluias eternas,  
e chega ao despistamento de teu pencenê.

O estribeiro Oblivion  
bate à porta e chama ao espetáculo  
promovido para divertir o planeta Saturno.



Dás volta à chave,  
envolves-te na capa,  
e qual novo Ariel, sem mais resposta,  
sais pela janela, dissolves-te no ar.



## ***AGRADECIMENTOS***

Agradeço a realização deste trabalho:

A minha orientadora, Cléria Botelho da Costa, pela paciência, pois mesmo com a distância sempre esteve disposta a me ajudar.

A minha família, pois sem o incentivo, carinho e educação eu nada seria. Em especial à minha mãe, Rosângela, que sempre esteve disposta a ler, reler e dar mil palpites na elaboração deste trabalho.

A minha sobrinha linda e amada, Manuela, que mesmo sem saber me ajudou e me ajuda a acreditar em um mundo mais divertido e que tantas vezes ouviu minhas histórias de reis e rainhas no Brasil Imperial.

Ao meu namorado amado, Erick, pela paciência e pelos puxões de orelha para que eu terminasse esta dissertação.

Aos queridos amigos Michelle, Álvaro, Luiz Henrique e Juliano Pirajá que tanto me incentivaram e me ajudaram em todas as etapas do mestrado.

E a minha querida e amada avó Iracema que tantas vezes me contou histórias belíssimas de sua tia Dorinha e de seu manual de civilidade. Minha vizinha “Prateada” que me deu inspiração para escrever este trabalho e que eu tenho certeza que me acompanhará por toda a minha vida, onde quer que ela esteja.



## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo analisar em que medida a predominância do *Código do Bom-tom* dava a tônica para as regras de etiqueta e civilidade a serem seguidas pelas camadas “educadas”, naquilo que se refere ao vestir-se, ao falar, enfim, na definição das hierarquias e lugares sociais. Com o auxílio de quatro contos de Machado de Assis, *Uma Senhora*, *Dona Benedita*, *A Pianista* e *Magdalena*, pretendemos perceber as imagens de civilidade que faziam parte do imaginário da sociedade da corte fluminense do final do século XIX.

Temos por objetivo perceber como Machado de Assis transmitiu aos seus leitores imagens de civilidade e como era ressignificada pelos mesmos, construindo um imaginário do modelo ideal de civilidade, neste momento europeu, visto pela a sociedade brasileira oitocentista como o arquétipo de sociedade avançada, sofisticada e luxuosa que merecia ser seguido e copiado, adaptado ao modo de vida aqui existente.

### **Palavras-chave:**

Machado de Assis. Cotidiano. Rio de Janeiro oitocentista e civilidade e imagens. Cultura. Representações. Imaginário. Significados culturais.



## **ABSTRACT**

This paper aims to examine to what extent the predominance of the Code of Good-tone gave the tonic for the rules of etiquette and civility to be followed by layers "educated", in regard to dress up, to speak, finally, in the definition of social hierarchies and places. With the help of four stories of Machado de Assis, A Lady, Mrs. Benedita, The Pianist and Magdalena, we want to see the images of civility that were part of the imaginary society Fluminense cut the end of the nineteenth century.

We meant to see how Machado de Assis sent to their readers images of civility and resignificada as was the same, building of an imaginary ideal model of civility, now Europe, seen by the Brazilian society nineteenth as the archetype of advanced society, sophisticated and luxury that deserved to be followed and copied, adapted to the existing way of life here.

### **KEYWORDS:**

Machado de Assis. Daily life. Rio de Janeiro nineteenth and civility and images. Culture. Representations. Imaginary. Meaning culture.



## *SUMÁRIO*

<b>INTRODUÇÃO:</b> .....	08
<b>CAPÍTULO I – O BOM-TOM PARA CIVILIZAR</b> .....	18
1.1- O amor e suas regras.....	18
1.2- Os significados da civilização.....	22
<b>CAPÍTULO II – A CIDADE EM SUA CORTE</b> .....	47
2.1- Imagem e auto-imagem da corte.....	47
<b>CAPÍTULO III- AS VIDAS DO BRUXO</b> .....	85
3.1- Os contos machadianos: luxúria e civilidade.....	85
<b>CAPÍTULO IV- DIAS DE TENSÃO NA CORTE</b> .....	112
4.1- O tropeço da monarquia.....	112
4.2- A queda.....	118
<b>CONCLUSÃO</b> .....	153
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	159



A história é isto. Todos somos os fios do tecido que a mão do tecelão vai compondo, para servir aos olhos vindouros, com os seus vários aspectos morais e políticos.

Mas a História é pessoa entrada em anos, gorda, pachorrenta, meditativa, tarda em recolher documentos, mais tarda ainda em os ler e decifrar.

A história não é um simples quadro de acontecimentos; é mais, é o verbo feito livro.

## INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro faz parte de muitas de minhas melhores recordações. Passei minha infância entre a boa educação da zona sul carioca e as brincadeiras de crianças suburbanas de uma pequena e pacata cidade chamada Fazenda da Grama, localizada nos arredores fluminenses.

Por volta de 1988, quando da morte de meu avô materno; Fausto, minha avó; Iracema foi morar conosco no bairro do Leme. A partir deste momento, vi entrar em minha casa não só uma referência de mãe, de senhora prendada e sempre disposta a ajudar todos em sua volta, como vi também as regras de civilidade vindo fazer moradia em nosso lar.

A partir daquele momento passamos a nos preocupar com a aparência de família bem educada. Todos à mesa comentavam e se esforçavam por seguir um tal manual de civilidade que uma tia de minha avó havia elaborado pra ela, era a primeira vez que ouviria o nome Tia Dorinha.

Até então não sabia da possibilidade de existir um livro que pudesse ensinar a maneira como as pessoas deveriam se comportar à mesa, como deveriam receber seus convidados, como deveriam se comportar numa festa, enfim, desconhecia qualquer rastro desta literatura prescritiva.

Quando algum membro da família insistia em agir de forma inadequado em público, sempre tinha um irmão, minha mãe ou minha avó, gritando conosco: “Lembre-se do manual da Tia Dorinha”, o que em algum momento virou até motivo de muitas risadas.

Iracema, sempre foi pra mim um sinônimo de elegância, boa educação e presteza nos afazeres domésticas. Tocava piano, fez parte do coral de Villas-Lobos, costurava, bordava e cozinhava como poucas. Havia nascido e vivido entre grandes nomes da decência carioca.



Nasceu no bairro da Tijuca e lá se criou em uma família de seis irmãos, todos morreram entres 5 ou 10 anos de idade de meningite e 2 irmãs que ainda vivem entre a aristocracia fluminense. Parecia que o destino já havia decidido que aquela seria uma família de grandes mulheres.

Iracema recebeu de bom grado um livro que sua mãe havia lhe entregado, um pequeno livro de cabeceira, muito bem recomendado e que lhe haviam dito ser muito útil tanto para os momentos de obrigação, quanto para os de diversão. Havia sido escrito por uma tia muito querida da família. Ícone de elegância, do decoro e da gentileza com que tratava tudo e todos a sua volta. Era o tal manual da Tia Dorinha que chegava às mãos da jovem Iracema.

Nesta família acostumada com a boa educação e com o luxo, nasceu Rosângela, filha única de Iracema e Fausto. Cresceu igualmente acostumada com a elegância, o luxo e a ostentação tão característicos destas burguesas famílias cariocas. Filha única, sempre teve tudo do bom e do melhor, principalmente no que diz respeito à educação. Não abandonava de vista seu antigo manual da Tia Dorinha, talvez por querer seguir também os passos da mãe.

Infelizmente o tal manual, com os anos, foi perdendo página, perdendo a capa, até que desapareceu, fisicamente. Seus preceitos ultrapassaram a fronteira do tempo e chegam diariamente até minha família. Por mais que o manual em si tenha desaparecido, por mais que minha avó e sua tia Dorinha tenham desencarnado desta vida, seus ensinamentos continuam vivos em nossa memória. Se “a lembrança é a sobrevivência do passado”, como nos mostra Ecléa Bosi, nós estamos tentando a cada dia trazer à tona este passado “civilizado” e elegante por meio de tantas recordações a cerca dos manuais que um dia circularam pelo Brasil, extrapolaram os limites da corte fluminense e foram parar nas mãos de uma família tijuicana do Rio de Janeiro.

Uma certa inquietação a respeito destas regras de educação fizeram parte de minha infância. Refletia muito sobre a origem de tais regras. Quem, quando e por que disseram que era proibido eu comer com as mãos, uma vez que tínhamos um empregado baiano, que adorava fazê-lo? Por que eu tinha que ser sorridente e sempre ter uma resposta amável sempre que um adulto vinha apertar minhas bochechas e ficar horas passando as mãos pelos meus cabelos? Por que eu haveria de participar de jantares elegantes da alta sociedade fluminense, uma vez que meu pai era dono do vale refeição “Brazilian Food” e minha família sempre foi



requisitada em tais lugares, quando na verdade tudo que eu queria era sair correndo fazendo xixi no meu quintal, escorregar na grama e brincar com meus cachorros? Enfim, não entendia por que não poderíamos simplesmente fazer aquilo que gostássemos sem se preocupar muito com o que os olhares ou opiniões alheias iam dizer a nosso respeito. Não entendia o por quê de tanta “falsidade” e recato.

Até que um dia minha avó me apresentou estas tais boas maneiras e me disse simplesmente para eu segui-las, uma vez que as pessoas gostavam muito de crianças educadas, que ficam quietinhas e que assim eu ganharia presentes do Papai Noel e Papai do Céu ia gostar mais de mim. Como uma boa menina católica obedeci.

Assim como fui apresentada às regras da boa educação, à literatura prescritiva de minha família, com o passar do tempo, minha mãe, como uma boa escritora e leitora me apresentou aos seus romances favoritos. E de criança educada e recatada passei a uma adolescente romântica debruçada sobre os “Morros dos Ventos Uivantes”, as “Helenas”, “Dom Casmurro”, “Iracemas” e nos romances de Isabel Allende. Assim fui me familiarizando com as personagens, questionando e me identificando com autores, como foi o caso do Bruxo do Cosme Velho – Machado de Assis.

Me identifiquei com a maneira com que Machado parece conversar com seus leitores, parece que somos amigos de infância do autor, sobretudo com a maneira com que retrata sua sociedade e sua época. Machado fala como poucos a respeito dos mais tenros anseios dos seres humanos, de angústias, de amores possíveis e impossíveis, traições, em uma época em que este ato ainda era inatingível a uma mulher. E por falar tanto e tão minuciosamente a respeito de sua sociedade, não estaria Machado dando vestígios, mesmo que nas entrelinhas das preocupações de seu país, de seu governo? E se uma destas preocupações latentes em sua sociedade era a maneira com que o governo de Dom Pedro II iria civilizar o seu país, não estaria Machado também transmitindo rastros desta preocupação civilizatória?

No decorrer deste trabalho tentamos perceber as imagens de civilidade que Machado transmite em quatro de seus contos. Por ter um universo vasto de contos, são 218 a ele atribuídos, nos focamos apenas em quatro que acreditamos transmitir mais aos leitores estas regras de civilidade. São eles, *Uma senhora*, que amava tanto a mocidade e a beleza “que atrasou o relógio, a fim de ver se podia fixar esses dois minutos de cristal”. E que fazia



questão de ser sempre espigada, muito quieta, com os modos naturais de uma senhora de seu tempo. *Dona Benedita*, que era uma mulher com “padrões de bons costumes” e que adorava ler os romances recém chegados da Europa. A *pianista* que retrata bem a sociedade patriarcal de Machado e a preocupação com a ascensão social vigente em sua época; e *Magdalena*, que nos deixa claro como eram os bailes e saraus na corte fluminense. .

Os contos e as crônicas de Machado de Assis, produzidos quase que totalmente no século XIX, revelam-se como um importante instrumento de análise histórica. Machado retratou situações de sua época, personagens de seu tempo e percebemos sua literatura como uma excelente fonte reveladora dos estereótipos sociais, expressando um contexto, contando a história e o cotidiano de seu autor.

As representações são históricas, isto é, elas estão vinculadas aos diferentes momentos históricos. Para se alcançar as sensibilidades de tempos passados, se faz necessário que ela tenha deixado pegadas, tais como registros escritos, falados, imagéticos, etc. Os contos de Machado de Assis foram analisados exatamente por esse prisma, como registros, pegadas de um passado, repleto de sensibilidades, de intenções, de construções e de subjetividade.

Fica claro nas obras de Machado, sua preocupação e seu interesse em transmitir a seus leitores, imagens de seu tempo, descrever personagens e situações de sua época. Certos de que estes manuais de civilidade realmente circulavam entre as famílias fluminenses da época de Machado, como nos mostra Lílian Schwarcz e alguns jornais da época, como a *Marmota Fluminense* e *A Semana*, existe a possibilidade do nosso autor ter tratado dos valores existentes nos códigos do Bom-tom aos leitores do Rio de Janeiro do século XIX?

É necessário relacionar os contos de Machado com o contexto histórico da segunda metade do século XIX, enfocando a questão da civilidade e do bom-tom. Como a literatura produzida nesta época espelha seu momento histórico?

Em um primeiro momento tivemos o cuidado de ler cada conto prestando atenção em qualquer resquício do que poderia ser considerada uma regra a ser seguida pela sociedade fluminense oitocentista, na tentativa de se modernizar e educar, de acordo com os preceitos dos Códigos do Bom-tom que circulavam pelo país.

Tomei conhecimento deste Código, do cônego J. I. Roquette quando li as “Barbas do Imperador” de Lilia Moritz Schwarcz. Nesta obra, a autora nos dá um panorama geral do que



seriam estas regras e qual a sua finalidade. Me interessei muito por elas, pois como foi dito, elas sempre fizeram parte de minha família. Iniciei então, um trabalho de busca por novos títulos que me falassem mais sobre estes códigos e me deparei com uma organização da própria Lília Schwarcz, lançada pela Companhia das Letras com o título “*Código do Bom-Tom ou Regras da civilidade e de bom viver no século XIX*” de J. I. Roquette. Daí passei a frequentar a Biblioteca Nacional e a Academia Brasileira de Letras, onde encontrei diversos jornais da época, como o *Jornal da Família*, ou a *Marmota* e obras como a escrita por Boitard Pierre em 1872 com o título “*Novo manual do bom-tom, contendo modernismos, preceitos de civilidade, política, conduta e maneiras em todas as circunstâncias da vida indispensáveis à mocidade e adultos para serem benquistos e caminharem sem tropeços pela carreira*”.

Outras fontes importantes são os jornais e revistas da época de Machado, como *A semana*, *Marmota Fluminense*, *Jornal das Famílias* - “verdadeiro jornal para senhoras, pela escolha do gênero de escritos originais que publica e pelas novidades de modas, músicas, desenhos, bordados e esses mil nadas tão necessário ao reino do bom-tom” - que estão localizados na Academia Brasileira de Letras ou na sessão de obras raras da Biblioteca Nacional na cidade do Rio de Janeiro.. Também é possível encontrar material por meio da mídia eletrônica.

Em relação ao aspecto mais geral da vida e obra de Machado de Assis, trabalhamos com uma série de autores como Daniel Piza, que lançou recentemente uma biografia sobre o autor, intitulada – *Machado de Assis: um gênio brasileiro*, Raymundo Faoro, em *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, Domício Proença Filho em uma seleção dos melhores contos de Machado, Sidney Chalhoub, em *Machado de Assis historiador*, John Gledson, *Machado de Assis: impostura e realismo* e *Machado de Assis: ficção e história*, Jean Michel Massa, com uma excelente biografia sobre nosso autor e Roberto Schwarz com *Ao vencedor as batatas*.

Depois de selecionados os contos e pesquisado sobre as regras do decoro na sociedade burguesa do Rio de Janeiro, elaboramos algumas fichas dos contos selecionados para que os temas recorrentes ficassem mais explícitos. Identificamos, portanto, os seguintes temas que Machado mais retrata em tais contos:

- Casamento como forma de ascensão social.
- Ascensão social que permitia uma proximidade com a corte.



- Valorização do Branco.
- Desmerecimento do negro.
- Exaltação da Beleza.
- Imagens de ruas da cidade do RJ.
- Imagens da vida na Corte.
- Imagens de saraus, jantares e bailes.
- Gestos civilizados como tocar piano, dançar, receber e trinchar um peru.
- Inserção social por meio de bons costumes.
- Nos contos: A pianista e Magdalena notamos a questão do Patriarcalismo.
  - Valorização da Etiqueta nos jantares, bailes e saraus e no tratamento com o próximo.
  - Valorização do espaço privado, ou seja, as casas são sempre bem mobiliadas, com moveis caros ou de bom gosto.

Ao ler os contos de Machado de Assis descobrimos esta sociedade, que mesmo rodeada pelas mazelas, pelas manchas da incivilidade, almeja um status de cidade européia do outro lado dos trópicos.

Por meio de seus contos e crônicas, a literatura machadiana torna-se História e fonte inesgotável para a pesquisa de uma época relevante na formação da elite urbana brasileira. A rica viúva que com a renda de seus alugueis custeia os estudos de seus filhos na Europa - como podemos ler em Esaú e Jacó; o herdeiro que desfila em seu cavalo “Puro-Sangue” pelas trilhas entre chácaras e grandes propriedades – como é o caso de Escobar no romance Helena; o parente pobre que vive às expensas do mais favorecido e que compartilhava tais benesses com os agregados cuja única riqueza era uma cultura de verniz – personagem José Dias em Dom Casmurro; o representante do clero que, além de gordas esmolas, usufrui de farta mesa são os tipos machadianos que compunham de fato a sociedade carioca do século XIX, o que mostra que a realidade e a ficção se mesclam na tessitura dos enredos machadianos.

Desta forma, uma obra literária não deixa de ser representação de uma determinada época, de personagens que podem não ter existido com aquele nome dado pelo autor, mas que



certamente existiram com algumas de suas características, representando alguém do contexto de seu criador.

Isso tudo se torna possível quando a representação simbólica contida na literatura ultrapassa as barreiras do individual, histórico ou conjuntural. Segundo Sandra Pesavento, a forma pela qual nos representamos permite que o homem perceba e pautar a sua existência. É por meio destas representações, discursivas e imagéticas que os indivíduos e grupos criam a sua realidade e é por meio das representações que o passado, que é algo inapreensível, pode chegar até o historiador.

Várias monografias, dissertações e teses abordam o cenário brasileiro do século XIX a partir das obras machadianas, que por sua vez comportam uma infindável possibilidade de leituras e interpretações. Porém, apesar de vários e exaustivos estudos sobre o assunto, ainda existem espaços de diálogos não explorados e é a partir de um deles, mais precisamente do *Código do bom-tom ou regras de civilidade e de bem viver no século XIX*, que buscaremos analisar os contos de Machado de Assis como vitrine das imagens de civilidade que faziam parte de tais códigos.

As obras de Machado de Assis, seus romances, contos e crônicas, não podem ser deslocadas do momento histórico de suas criações, assim sendo veiculam discursos sobre o que é ser brasileiro, formulando representações e imagens, não só do que éramos, mas também de que poderíamos ou deveríamos ser.

A sociedade não se mostra apenas nos aspectos políticos, econômicos ou religiosos, mas também pelos códigos de civilidade. Esses elementos são prismas possíveis para se analisar as sociedades, onde a ordem social se faz e refaz. Cabe ao historiador explorar todas as possibilidades provenientes dos diferentes prismas existentes.

Este trabalho tem como objetivo identificar os códigos de civilidade presentes nos contos machadianos, ou seja, entender a literatura de Machado de Assis como expressão de um tempo.

Por meio dos contos machadianos podemos perceber, entre tantas coisas, o cotidiano de uma civilização, de uma nação, pois a História se apropria da literatura para ajudá-la a retratar a sociedade e o tempo de sua produção, retratar uma época, neste caso, a segunda metade do século XIX e o comportamento de seus personagens.



Para entendermos este cotidiano, precisamos alcançar um maior esclarecimento acerca do contexto histórico da própria cidade, no caso, o Rio de Janeiro Imperial. Entender o cenário, as complexidades e principalmente os deslumbramentos com modos e modas espelhados no padrão de elegância europeu. Perceber a ânsia de uma nação para atingir um ideal de país Civilizado, avançado e moderno.

Haveria de fato nos contos de Machado rastros das regras de civilidade? Como foi construído no imaginário da sociedade fluminense oitocentista este modelo ideal de civilidade? Este modelo ideal era europeu? Uma vez que a Europa era vista pela sociedade brasileira oitocentista como o arquétipo de modernidade, sofisticação e luxuosidade que merecia ser adaptado ao modo de vida aqui existente.

Interessa notar como os códigos de civilidade, contendo regras da boa compostura e do decoro, vieram envolver a população deste lado dos trópicos. Por que a sociedade se interessou tanto por eles? Ou foi uma imposição dos governistas? Quem a influenciou? O *Código do Bom-Tom* retrata melhor este grande período brasileiro? Foi com este valiosíssimo “roteiro” que a Corte montou seu grande espetáculo de representações? Estas são algumas questões básicas e preliminares que tentaremos responder no decorrer do trabalho. Certos de que estes códigos estavam presentes e circulavam com alguma força no Rio de Janeiro, investigaremos se havia a possibilidade de os leitores dos contos machadianos do século XIX o terem compreendido como guia de conduta.

Nos utilizaremos da literatura para entender uma parte de nossa História. Literatura e História aqui caminharão juntas pelos campos da narrativa. Tem-se a História, como uma suposta realidade capaz de trazer a tona acontecimentos, descobrir novos fatos do passado e a literatura como lugar de florescimento de histórias, como uma ficção capaz de inventar, de dar forma às imaginações, de criar novos personagens, novos contextos. Se narrar, como afirma Hayden White é tanto invenção quanto descoberta, nesse sentido, tanto a História quanto a Literatura constituem-se numa narrativa. Ambas estão a todo o momento adaptando a narrativa aos episódios mais amplos da sociedade.

A História não é simplesmente um conjunto de acontecimentos que chegam até os historiadores prontos e acabados como pensavam os positivistas, mas é também interpretação, é também a narrativa desses acontecimentos, a reconstituição segundo o olhar do seu observador. O historiador possui uma ideologia e tem que se posicionar criticamente perante



ela. Como nos mostra Pedro Demo, os cientistas sociais não devem abandonar seu lado criativo, sua imaginação, devem tentar entrelaçar a todo o momento, descoberta e invenção.

A literatura, neste sentido, é também uma reconstrução de fatos da sociedade, pois quem escreve, por mais que não tenha a intenção de fazê-lo está escrevendo de algum lugar, retratando ambientes e personagens, cabe ao pesquisador ler nas entrelinhas do texto, ou para lembrar Robert Darnton, passar do “texto ao contexto e voltar ao primeiro, até abrir caminho através de um universo mental estranho”, seria um trabalho de idas e vindas pelo mundo do autor. Isto revela que a literatura se configura como expressão do seu tempo.

E é assim que tentaremos trabalhar nesta dissertação, indo do texto de Machado de Assis ao contexto de sua cidade, o Rio de Janeiro do segundo reinado. O que propomos, no entanto, é utilizar a literatura como relato de uma época, como testemunha de seu tempo. A literatura, como ressalta Pesavento, é fonte em si mesma, não pretende uma verdade absoluta, seus personagens muitas vezes sequer existiram, mas é testemunho de si própria, e o que conta para o historiador não é o tempo da narrativa, mas sim o tempo da escrita.

Este trabalho tentará perceber, portanto, as possíveis relações entre ficção e veracidade, perceber até que ponto os contos de Machado de Assis estão dotados de imagens e relatos do que eram consideradas regras de civilidade nos oitocentos brasileiros.

Em um capítulo inicial intitulado o Desembarque do Bom-tom, falaremos sobre o nascimento do conceito de civilização, de como o Brasil importa este conceito da França e o coloca em prática deste lado dos trópicos. Como estas regras foram implementadas no Brasil, em um primeiro momento nas colônias brasileiras, para então serem colocadas em prática no império, por meio das escolas, do Estado e principalmente da Igreja católica. Como o governo de Dom Pedro II importa estas regras e as coloca em prática em seu país para fazer com que este, mesmo sem se igualar possa ao menos aparentar resquícios da civilidade européia e com isto não mede esforços na criação de institutos como o IHGB, como o colégio Dom Pedro II, ou seja, órgãos que possam transmitir a sua população um pouco de sua História, da História de seus antepassados fazendo assim com que o povo se torne de fato uma nação com um passado digno de ser lembrado.

Falaremos ainda de como estas regras interferiram nos casais enamorados das colônias, uma vez que toda e qualquer relação havia de ser contida e vigiada pelos preceitos católicos em prol de uma boa educação perante Deus e seus próximos. O capítulo trata ainda



da questão levantada por José Bonifácio na tentativa de embranquecer a população brasileira, facilitando a vinda de italianos acreditando assim que a imagem do Brasil seria melhor recebida no exterior.

Em um segundo capítulo intitulado *A cidade em sua corte*, falaremos sobre a receptividade que tais regras de civilidade tiveram na sociedade burguesa do Rio de Janeiro. Como, por meio da instalação da corte, o cotidiano de uma sociedade foi modificado. Citaremos algumas novidades consideradas civilizadas como as peças de teatros, os bailes promovidos pela corte, os saraus realizados com frequência nas residências da burguesia, os encontros na Rua do Ouvidor, os passeios pelo Passeio Público, o entrudo sendo modificado para se igualar aos bailes de carnaval europeus. Enfim, faremos um retrato de tal época por meios de relatos dos personagens de Machado de Assis em seus quatro contos selecionados e de viajantes que por aqui passaram e puderam deixar registradas as imagens que fizeram do Rio de Janeiro oitocentista.

No terceiro capítulo intitulado *As vidas do Bruxo* falaremos um pouco da vida de Machado de Assis e das vidas reais que ele retratou em seus contos. Quem foi Machado? Que lugares gostava de frequentar? O que lia? E entraremos mais neste mundo dos contos machadianos, quem eram os personagens? Estes contos selecionados podem ter imagens destas regras de civilidade. O que nós entendemos por imagens da civilização?

No quarto e último capítulo – *A despedida da Corte*, trataremos do último baile da corte, da sociedade se despedindo de seu monarca, sem dizer adeus as regras de civilidade que permanecem até os dias atuais.

## CAPÍTULO 1



Neste capítulo inicial nos atentaremos para a chegada das regras de civilidade no Brasil do século XIX. Como a Igreja Católica se preocupou em transmitir aos seus fiéis, regras de comportamento na tentativa de fazê-los se enquadrar a um padrão divino e posteriormente como estas regras foram atingindo as salas de aula das escolas oitocentistas, até alcançarem um lócus social cada vez mais amplo, como o casamento, festas, reuniões, jantares, etc.

## O Bom-tom para civilizar

Atualmente temos a impressão de sempre termos vivido com e para a civilidade, para a educação e respeito ao próximo. Parece que certas regras foram natas aos seres humanos. Práticas diárias que parecem triviais como não escarrar, não comer com as mãos, cumprimentar sempre o anfitrião de uma cerimônia, um dia tiveram que ser instauradas e seguidas por várias sociedades em diferentes partes do mundo. Como e por quem estas regras foram criadas? Qual a intenção por detrás de tanto decoro?

“Vinde cá meu discípulo; quereis aprender em poucas palavras o que se deve saber para ser bom cidadão e viver estimado de todos”.

Por meio desta frase de um clérigo português, notamos a ânsia que atingia aqueles que viriam a ser os bons cidadãos de meados do século XVII em Portugal.

A igreja Católica pretendia que seus discípulos tivessem novas disciplinas instauradas em seu sistema educacional, como é o caso do Catecismo, da Moral e Doutrina Cristã e das Regras de Civilidade. Tais disciplinas tiveram como finalidades primordiais “formar as almas dos futuros portugueses” e gerar o “bom cristão”<sup>1</sup>, o que significava basicamente ser temeroso às leis, temente a Deus, amante da Pátria e do Monarca e capaz de exercer a cidadania no seio do sistema constitucional. Uma formação de caráter mais instrumental teria, nesta ótica, estado sempre subordinada à formação espiritual.

A civilidade foi, assumida, portanto, como matéria de ensino. As suas origens remontam ao século XVI, quando Erasmo de Roterdã publicou a sua *De Civilitate morum*

---

<sup>1</sup> REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes / org. Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.



*puerilium*, - a *civilidade pueril* (1530), e foi ensinada nos colégios do Antigo Regime, designadamente em Portugal.

Escrito em latim, ele fixa, por três séculos, o gênero literário que garantirá à pedagogia das boas maneiras sua mais ampla difusão social. “O livro de Erasmo trata de um assunto muito simples: o comportamento de pessoas em sociedade – e acima de tudo, embora não exclusivamente, do ”decoro corporal externo”<sup>2</sup> e inova em três pontos básicos como afirma Jacques Revel; primeiro porque as regras são destinadas às crianças, enquanto os textos anteriores eram direcionados a jovens e adultos. Erasmo acreditava que quanto mais cedo a civilidade fosse colocada em prática, mais eficaz ela seria. Segundo, ela seria ensinada a todas as crianças e não somente aos jovens de elite, “nas quais se encarregavam de inculcar os rudimentos da vida aristocrática”<sup>3</sup>. A terceira inovação de Erasmo foi ensinar a todos um código válido para todos. Até então os textos que tratavam sobre civilidade, erigiam-se em normas práticas particulares, adequadas a grupos ou meios restritos. “Erasmo, ao contrário, quis fundamentar numa aprendizagem gestual comum a uma transparência social, na qual vê a precondição necessária a concretização de uma sociabilidade generalizada”<sup>4</sup>.

A obra de Erasmo de Roterdã se enquadrava aos preceitos humanistas, ou seja, não tinha a intenção de julgar ou exigir muito em termos de comportamentos. Erasmo fez da “bondade natural” da criança sua única petição de princípio na matéria.

Se num primeiro momento as regras de civilidade elaboradas por Erasmo visam educar as crianças porque elas são símbolo da inocência e ainda não foram pervertidas pela vida social, num segundo momento as regras, agora modificadas e adaptadas pelas Reformas protestantes, Calvinistas e Luteranas, visam ainda atingir as crianças, mas desta vez acreditando não na sua inocência, acreditando que tudo a sua volta pode levá-las a maldade, maldade esta julgada nata e que só a graça, atingida por uma pedagogia severa pode salvá-las.

Erasmo acreditava que a educação doméstica exercida pelos pais ou por um tutor de confiança da família, seria melhor interiorizada, pois seria no seio da família que a criança

---

<sup>2</sup> REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes / org. Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>3</sup> Idem ibidem P.173

<sup>4</sup> Idem ibidem. P.175



encontraria os preceitos que lhe ensinaria a viver melhor, uma vez que acreditava ser por meio da imitação que a criança aprenderia realmente as boas maneiras.

Já os educadores reformados atribuíram a essa maneira educacional um caráter pessimista, acreditavam que seria preciso acrescentar à criança uma disciplina que só poderia ser fornecido pela escola. “A partir daí, a civilidade tende a tornar-se um exercício escolar destinado a dispensar uma instrução inextricavelmente religiosa e cívica”.<sup>5</sup>

Em 1703 foi publicado na França, as “*Règles de la bienséance de la civilité chretienne*” – “*As regras do decoro e da civilidade cristã*” de Jean-Baptiste de La Salle, que se distanciava da obra de Erasmo de Roterdã, *De Civilitate morum puerilium* (1530) em dois pontos: primeiro, porque não desejava orientar as crianças a partir de preceitos gerais necessários de sociabilidade; segundo, porque, sendo um manual prescritivo, valorizava uma aprendizagem que se efetuava essencialmente na escola e não em família. Tornando a aprendizagem sistemática, o livro de La Salle passou a ser uma das bases da formação escolar. Esse modelo pedagógico encarnado no ensino das civilidades persistiu até o século XIX.

A partir do século XVII os manuais deixam bem claro seu maior propósito: ensinar um convívio adequado na corte, especialmente na França, onde essas obras se dirigem com mais clareza e em maior número àqueles que desejavam se aproximar da vida da sociedade de corte e de todos os prestígios que esta proximidade poderia oferecer.

São exemplos destas obras: “O guia dos cortesãos”, de Nervéze, de 1606, o “Tratado da corte”, de Refuge, de 1616; e “O honesto homem ou a arte de agradar a corte”, de Nicolas Faret, de 1630.

Já a partir da segunda metade do século XVIII a civilidade perde um pouco o sentido humanista que Erasmo lhe atribuiu, convertendo-se numa máscara, numa simples aparência que podia ser construída artificialmente e por isso mesmo passível de ser desmascarada. Era necessário, portanto, estar atento à verdadeira civilidade, portadora dos bons preceitos cristãos, prevenindo-se então da falsa civilidade, símbolo da afetação enganosa.

Sob esses auspícios é que surge a figura de Rousseau, que critica e denuncia os excessos do comportamento polido como um grande agente da corrosão das relações humanas. O personagem “Emílio” retira-se do mundo para aprender a nele viver. Essa

---

<sup>5</sup> Op. Cit. Revel, Jacques P. 178



tendência é percebida pelos novos rumos tomados pela educação das elites francesas, que passam a acreditar que é no seio da família que se aprendem os valores morais e as regras de convívio social, verificando-se um retorno das influências erasminianas.<sup>6</sup>

A partir de então, os manuais sofrem o desafio de cumprir duas missões: preservar a importância dos velhos gestos e ao mesmo tempo se preparar para as novas condições sociais, políticas e econômicas, principalmente diante de um tempo pós-Revolução Francesa. Soma-se a isso o compromisso com a ética e a moral, sob pena de serem considerados simples artifícios sociais, nada mais que vestígios de um mundo que não existe mais. É preciso que os manuais de civilidade se transformem.

É sob essas novas tendências que os manuais do século XIX tomam para si o compromisso de oferecer conselhos sobre refinamentos nesse mundo que se propõe democrático, embora sob as inspirações dos ideais de simplicidade e igualitarismo transpareçam um repúdio à afetação, uma falta de incentivo à rigidez, à pompa e ao luxo exagerado.

A forma fácil e didática como os manuais do século XIX apresentam seus preceitos é prova dessa busca da simplificação. Destinados a todos que deles necessitassem, serviam, além de divulgadores de comportamentos considerados corretos, para o estabelecimento de uma ordem e uma democracia, marcada por uma intensa mobilidade social e por um crescente processo de industrialização e urbanização.

Esse “novo” gênero literário dedicado à “ciência da civilização” toma força na Europa e nas Américas, graças principalmente ao crescimento dos índices de alfabetização e ao crescimento editorial. Esses códigos, na verdade, apesar da nova roupagem e sob novos auspícios, traziam consigo o desejo do estabelecimento de regras e modelos para a vida nessa nova sociedade que se delineava.

Seguindo um estilo que se tornou mais direto, esses manuais passam a privilegiar uma leitura rápida e objetiva, tornando mais fácil a consulta de temas específicos. De acordo com Lilia Schwarcz, esses manuais traziam, juntamente à civilidade, um “aumento do

---

<sup>6</sup> ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio, ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.



embaraço e da vergonha sob a forma de refinamento ou de civilização. É por isso mesmo que em nome da etiqueta destacavam-se as regras de higiene enquanto marcas de civilidade”.<sup>7</sup>

Tais manuais contendo regras de comportamentos, oferecem-nos diversas possibilidades na apreensão de movimentos que vão em direção ao comportamento “civilizado”. Nos revelam regras e modelos de sociabilidade a que uma sociedade procurou disciplinar o indivíduo. O padrão de vergonha torna-se presente em vários aspectos da vida humana, especialmente na sexualidade. “Com o avanço da civilidade, a vida dos seres humanos fica cada vez mais dividida entre uma esfera íntima e uma pública, entre comportamento secreto e público”.<sup>8</sup> E essa divisão, passa a ser aceita como algo natural que mal é percebida pela consciência, ou seja, é incorporada ao inconsciente. O que modela e compromete, submete e influencia o indivíduo não são os reflexos de uma natureza animal, mas sim a vinculação de seus desejos e comportamentos com os de outras pessoas.

As regras de civilidade aos poucos vão ganhando espaços para além das salas de aula e para além dos preceitos católicos. Todos os cidadãos entendem que para serem de fato um cidadão há que ser acima de tudo civilizado. E ser civilizado nos setecentos ou oitocentos era ser bem educado “evitando tanto nas palavras, quanto nas ações, tudo quanto possa ofender seus semelhantes. A civilidade é o sinal distintivo de uma boa educação e dispõe logo os outros em nosso favor”.<sup>9</sup>

Esta nova tendência pelos manuais de civilidade que se firmava na Europa do século XVII e XVIII, seguiu-se até o século XIX. Aonde havia uma corte recém instalada, lá estavam eles com o propósito de gerarem sociedades decentes e aptas a se mostrarem para o resto do mundo. Alcançaram enfim, o lado ainda emergente dos trópicos.

No Brasil colonial hábitos e costumes ainda se distanciavam bastante dos vigentes nas sociedades européias, que já haviam realizado transformações substanciais em relação à cultura, às ciências e às artes, influenciadas pelas idéias iluministas. Ainda éramos à época uma sociedade desigual, escravista, marcada pelo atraso econômico.

---

<sup>7</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Impertador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998. P. 198.

<sup>8</sup> Op. Cit. P. 199.

<sup>9</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador vol. 1: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994. P. 73.



A preocupação civilizatória que chegou até minha família, por exemplo, por meio de regras do decoro e do bom viver, já há muito fazia parte desta sociedade fluminense. Desembarcou no Brasil junto com as primeiras naus lusitanas, ainda por volta de 1808, quando a corte portuguesa fugia das tropas napoleônicas. Uma grande preocupação tirava o sono da real família: como viver em uma terra que não conta com o decoro e com a boa educação a que estavam acostumados na Europa? Uma ex-colônia tropical onde dois terços da população era composta de negros e mestiços.

O que temos, portanto, é o encontro de dois mundos antagônicos: de um lado, têm-se as ornamentações, os vestidos luxuosos, as trilhas da civilização, de outro, têm-se os índios, os comerciantes maltrapilhos, os rastros da barbárie.

O Rio de Janeiro do primeiro reinado não ficou imune a estas diferenças. A cidade ainda contava com analfabetos e escravos por um lado, e, por outro, com lindas donzelas e elegantes rapazes circulando pela Rua do Ouvidor. Ainda era necessário educar grande parte de sua população. A corte não parava de chegar e era necessário se ter por aqui, já a sua espera, anfitriões que soubessem como agir diante de sua luxuosa comitiva.

E como são as regras que definem o jogo e o jogo em prol da civilização estava preste a ser iniciado, estava na hora de serem criadas as tais regras. Tudo àquela altura girava em torno das regras de etiqueta. Jurandir Malerba nos conta que, quando do desembarque de Dom João VI no porto do Rio de Janeiro, algumas pessoas foram “treinadas” para poderem oferecer à cidade um ar de elegância. Alguns ficaram responsáveis por organizar o horário de circulação por determinadas ruas. Outras ficaram encarregadas de enfeitar as ruas por onde passariam a família real e toda a sua comitiva. Tudo na esperança de fazer com que rei e rainha se sentissem realmente em casa.

Em lume estão os Manuais de Civilidade - guias fundamentais para que todos soubessem exatamente como agir nesta sociedade que se modernizava. Determinavam os preceitos de como se comportar nas festas, igrejas, jogos, enfim, todos os ensinamentos considerados avançados.

Nas prateleiras das livrarias, a população pode enfim, acompanhar a chegada destes pequenos manuais recém importados da Europa. Era a literatura prescritiva que iria invadir as casas, saraus e bailes da corte. Eram manuais de boas maneiras contendo regras da boa educação e do decoro.



No jovem império brasileiro que Machado de Assis também presenciava, do início do século XIX, estes manuais tiveram grande circulação entre a nova nobreza e os setores urbanos então em ascensão. A intenção era direcionar o Brasil para longe da barbárie e da irracionalidade e apagar qualquer presença da herança africana na aparência e nos costumes da população. A nação deveria seguir os passos da humanidade branca, vista como a mais civilizada, e se fosse possível até mesmo importar um pouco da própria Europa por meio do incentivo á imigração.

A civilização precisava ser a meta do ensino e da formação profissional: implementada nos hábitos e costumes da população como um todo; exposta na aparência das cidades, em seu traçado, nas áreas de lazer e de serviços urbanos básicos. Enfim, precisava estar presente em todos os aspectos da sociedade, moldando os valores, as normas e os padrões não apenas das elites, mas também dos homens e mulheres livres. (VAINFAS, 2002, P. 143)

Em consonância com este ideal de civilidade, chegam às escolas e livrarias do Brasil, os manuais contendo regras de boa educação. Trazidos da Europa, estes guias tinham como finalidade ensinar a população, deste lado dos trópicos, a comer bem, as regras da higiene, do vestuário, da adequada manifestação dos sentimentos, da correta forma de conversar e escrever e até mesmo amar.

## **1.1 – O amor e suas regras**

Assim como em Portugal ou em outros países europeus, no Brasil estas regras também ficaram inicialmente a cargo das escolas, cabia a elas divulgar, ensinar e internalizar a educação nas crianças da colônia.

No caso dos jovens e adultos, estas regras de civilidade extrapolaram os limites das escolas e atingiram os lares, os encontros, especialmente dos casais ou dos amantes de tal época.

A Igreja católica em tal período criou manuais com a intenção de “regularizar” beijos, abraços, olhares, gestos e até mesmo o coito do casal. Qualquer carícia em público ou na intimidade, deveria ser vigiada e punida pelas leis divinas em uma tentativa incessante de se civilizar até mesmo a intimidade conjugal, por meio da obediência, da paciência e da fidelidade.



Mary Del Priore, em seu belíssimo trabalho, *A História do Amor no Brasil*, nos conta que durante o Brasil colonial, a Igreja católica não media esforços para controlar corpos e almas, na tentativa de dominar esta sexualidade incivilizada para se alcançar a salvação eterna.<sup>10</sup>

A autora cita um exemplo de um certo “*Guia de casados, espelho da vida, ditames da prudência, instrução proveitosa para todos os que tomam o pesado jugo da vida matrimonial*”. E este previne:

... que os homens amem suas esposas é tão justo e recomendado, mas que o exímio afeto com que as tratam se transforme em dano dos mesmos que as amam é intolerável. É a mulher centro dos apetites, desejosa de muitas cousas, e se o homem conviver em seus desejos, facilmente cairá nos maiores princípios. É o homem que deve mudar, a mulher somente criada para obedecer, mas como seja em todos natural a repugnância da sujeição, todo o seu empenho é serem no mando iguais, quando não podem aspirar a superior. (PRIORE, 2005, p. 29)

De forma feroz ou sutil, estas regras deixavam claro que os afetos desregrados da alma ou do corpo mereciam ser abolidos mediante um pedagógico treinamento, “tornando o matrimônio inteiramente asséptico”.<sup>11</sup>

Porém, não era apenas a Igreja católica a única responsável pela elaboração de tais normas, estas também circulavam pela literatura e nos manuais de casamento que, não contentes em projetar modelos para a vida matrimonial, “colocavam tais modelos a serviço da Igreja e do Estado, dando assim uma dimensão moderna à ética do casamento e do amor conjugal”.<sup>12</sup>

O ideal era, portanto, endossar o discurso da Igreja e dos manuais de casamento sobre as práticas conjugais. À mulher as normas ensinam a nunca demonstrar suas vontades e sua beleza física era temida, pois associava a mulher diretamente a um instrumento do pecado. Era preciso não ter vaidades ou qualquer forma de atrativos que valorizassem o sexo.

Ao homem era proibido, por exemplo, deitar-se pensando em mulher, ou seja, as regras, os manuais e a Igreja tinham a intenção de monitorar inclusive os pensamentos alheios, implicando assim, na proibição de tudo o que aumentasse o prazer, pois esta demonstração era algo visto com maus olhos por esta sociedade que estava prestes a se render aos prazeres civilizados de Paris.

---

<sup>11</sup> DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005. P. 29

<sup>12</sup> Idem, *ibidem*.



Ao casal, os sentimentos deviam ser nitidamente objeto de uma “educação dos sentidos”, como nos fala Mary Del Priore: “os casamentos iam lentamente esvaziando-se de apetites – se eles tivessem algum dia existido – para consolidar-se em uma nebulosa de sensações domésticas: o bem-querer misturando-se à elevação do espírito, à devoção e à piedade”.<sup>13</sup>

O prazer somente pelo prazer era rigidamente proibido, porém, o prazer que levasse à procriação, fim último, do ato sexual, era permitido pelos manuais.

Estes “manuais do amor domesticado”, como nos fala Del Priore, fazem com que os casais sintam a necessidade do recato sexual que deveria vir da obediência.

Proibia-se a busca do prazer e o adultério. O bom amor, aquele em que se amava a esposa dando-lhe o carinho necessário apenas para a procriação era permitido e recompensado com a vida eterna. Já as paixões eram castigadas com o inferno e a morte. Se o castigo não fosse do homem, administrado pelo marido, ou pelo confessor, ele seria Divino.

## 1.2 – Os significados da Civilização

A civilidade, na Europa, surgiu, portanto, como uma espécie de código regulador da vida social, dela fazendo parte um conjunto de fórmulas que procuram regulamentar a maneira como as pessoas se relacionam, em particular ao que se refere à exterioridade dessas relações.

O Estado pretendia que o cidadão fosse livre, consciente dos seus direitos e deveres e capaz de participar na vida social, pelo menos por meio do voto; em síntese: o cidadão-eleitor necessário à preservação da sociedade liberal, bem como ao seu progresso e regeneração.

O Brasil do século XIX, mais precisamente a sociedade fluminense, se apropriou destes códigos reguladores e tentou estabelecer novas possibilidades de convivência, de vínculos sociais. Outros laços irromperam em inimagináveis espaços, tempos e modos variados, adequados á sociedade burguesa e capitalista que se consolidava e avançava adotando parâmetros europeus considerados mais modernos.

O Estado, inclusive o brasileiro do século XIX, também passou a se preocupar com este caráter civilizatório dos cidadãos e almejava instruir uma educação política. À educação

---

<sup>13</sup> Op. Cit. P. 30



religiosa católica, associada à educação moral e a civilidade, vem juntar-se um novo espaço curricular, destinado à educação política da sociedade, por via da sua instrução nos preceitos constitucionais e, em particular, nos direitos e deveres que agora lhe são atribuídos.

Para o império interessava manter a imagem de uma nação, instaurando um imaginário civilizador onde o ideal eram as grandes cortes europeias. O Rio de Janeiro, então capital do império, é a imagem desfocada de Paris; se por um lado as senhoras caminham elegantes pelas ruas, bailes e saraus, por outro, as negras tentam sobreviver nesta cidade que só tem olhos para o que é elegante e decente.<sup>14</sup>

O ideal de civilidade do Brasil virava as costas às Repúblicas que o circundavam, estas Repúblicas latinas, por sua vez, viam o País com desconfiança pela grandeza territorial e pela “escolha” do modelo político imperial, mesmo após a independência da metrópole portuguesa. A Europa era à época sinónimo de civilidade. A França era a vanguarda cultural, era espelho da moda, dos perfumes, da gastronomia e das regras de conduta. Era ela, a França do século XIX, que gozava de primazia como grande provedora do tom que deveria conter o bom-tom.

Os vizinhos brasileiros, todos republicanos, conotavam barbárie, federação, todavia, para uma nação tornar-se pujante deveria denotar unidade, civilidade. Daí a expressão: o Brasil estava de costas para a América Latina e de olho na Europa.

Eram incessantes os investimentos do monarca na divulgação de uma representação desse longínquo império. Procurava aperfeiçoar a todo o momento a feição europeia de nossa monarquia e o carácter civilizacional da nação que estava habituando-se às novas tecnologias e as idéias de progresso.

Segundo Norbert Elias em “*O processo civilizador*”:

As convenções de estilo, as formas de intercâmbio social, o controle das emoções, a estima pela cortesia, a importância da boa fala e da conversa, a eloquência da linguagem e muito mais – tudo isto é inicialmente formado na França dentro da sociedade de corte, e depois, gradualmente, passa de carácter social para nacional. (ELIAS, 1994, p. 69)

É também da França que o Brasil adota o conceito de civilização que, segundo Elias, é diferenciado do conceito de civilização dos alemães, por exemplo. Civilização não significa

---

<sup>14</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Impertador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.



a mesma coisa para diferentes nações ocidentais e é grande a diferença entre a forma como ingleses e franceses empregam a palavra por um lado e os alemães por outro.

Fernand Braudel acredita que os alemães desvalorizaram o conceito de Civilização e adotaram o conceito de *Kultur*, ou cultura, que são os princípios normativos “os valores, os ideais, numa palavra: o espírito.” Civilização, na Alemanha, não passava de um conjunto de conhecimentos técnicos e de práticas, “uma coleção de meios para atuar sobre a natureza”.<sup>15</sup>

Já para ingleses e franceses, o conceito de Civilização, designa ao mesmo tempo, valores materiais e morais e pode se referir também, a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, e sociais. Já os alemães fazem uma nítida diferenciação entre *Zivilisation* e *Kultur*. O primeiro seria algo de útil, compreenderia a aparência externa de seres humanos, “a superfície da existência humana”. Já *Kultur* seria a palavra com a qual os alemães se interpretam, a palavra que realmente expressa o “orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser”.<sup>16</sup> Refere-se basicamente a fatos intelectuais, artísticos e religiosos e *Zivilisation* a fatos políticos, econômicos e sociais.

Até certo ponto, o conceito de civilização minimiza as diferenças nacionais entre os povos: enfatiza o que é comum a todos os seres humanos ou de povos cujas fronteiras nacionais e identidade nacional foram tão plenamente estabelecidos, desde séculos, que deixaram de ser tema de qualquer discussão, povos que há muito se expandiram fora de suas fronteiras e colonizaram terras muito além delas. (BRAUDEL, 2004, p. 27)

Ao contrário, o conceito de *Kultur* dá ênfase especial à diferenças nacionais e à identidades particulares de grupos.

O Brasil foi buscar suas novas referências numa Europa marcada pelos signos da modernidade, isto é, Paris e não em Lisboa, por exemplo, pois Portugal era sinônimo de Colônia e Colônia, por sua vez, era sinônimo de ruína, de atraso, de incivilidade e de selvageria, alegorias que o Brasil imperial faria questão de esconder.

Para ingleses e franceses, civilizado é sinônimo de orgulho de sua nação, orgulho do progresso do Ocidente e da humanidade.

---

<sup>15</sup> BRAUDEL, Fernand. Gramática das civilizações. São Paulo: Martins Fontes, 2004. P. 27.

<sup>16</sup> ELIAS, Norbert. O processo civilizador vol. 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994. P. 24



Porém, segundo Norbert Elias, para atingirmos uma melhor compreensão do conceito de Civilização é necessário conhecer dois conceitos que a ele se relacionam e a ele antecedem: Cortesia e Civilidade.

Cortesia, para o mesmo autor, refere-se às maneiras de comportamento das grandes cortes feudais. Mas, ainda durante a Idade Média o conceito vai perdendo sua limitação e passa também a se referir aos comportamentos dos círculos burgueses. Com a lenta extinção da nobreza guerreira e a formação de uma nova aristocracia ao longo dos séculos XVI e XVII, “o conceito de civilidade elevou-se lentamente à categoria de comportamento social aceitável”. A partir do século XVII, com a consolidação da monarquia absolutista na França, o conceito de cortesia cai em desuso. Da mesma maneira, ao longo do século XVII, o conceito de civilidade, com o lento aburguesamento da sociedade da corte, cai de moda, perdendo espaço para civilização.<sup>17</sup>

Em nome da “cortesia”, a sociedade fluminense do século XIX alterava comportamentos sociais. A fala da corte foi sendo modelada e regulada, na medida em que nesse espaço não havia lugar para a livre manifestação dos sentimentos e intenções. “Falar em tom moderado, não interromper ninguém, não se impor à conversação eram mais do que conselhos generosos: constituíam normas úteis e reveladoras de bons ou de maus comportamentos”.<sup>18</sup> E ainda sobre como agir no Paço, uma vez que a sociedade brasileira estava se acostumando a conviver com ele, o código do bom tom que por aqui chegou e que mais adiante o abordaremos com maior detalhe, presta seus conselhos:

Se houvésses de ser empregados, meus filhos, no paço, ou em casa de algum príncipe, deveríeis fazer um estudo particular dos usos e costumes que ali se observam e que se resumem debaixo do nome de etiqueta, para que pudésseis bem desempenhar o cargo que vos fosse confiado. Se entre as famílias secundárias da sociedade, e ainda entre burgueses e plebeus, vos tenho dito que é necessário conformarmo-nos com os usos e costumes, e respeitá-los, porque são as leis da cortesia, quanto mais não deveis respeitar e guardar os veneráveis usos e costumes que nos antigos monarcas estabeleceram? Se vivésseis no paço, deveria ser para vós a etiqueta uma regra de bem viver de que vos não deveríeis afastar ainda que minutos usos vos parecessem ridículos, e outros velhos e absurdos. (ROQUETTE, 1997, p. 102)

---

<sup>17</sup> ELIAS, Norbert. O processo civilizador vol. 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994. P. 29.

<sup>18</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. As Barbas do Impertador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo. Companhia das Letras, 1998. P. 198.



O conceito de civilização, afirma-se na França, na segunda metade do século XVIII, sua primeira evidência literária surge do verbo civilizar e deriva para o conceito civilização, onde é encontrada na obra de Mirabeau na década de 1760.

Ainda de acordo com Elias, Mirabeau sugere este conceito porque vincula civilização às características da aristocracia da corte. A partir do século XVII, o conceito de civilização passa a ter a função de “expressar a auto-imagem da classe alta européia em comparação com os outros (...)”.<sup>19</sup>

O outro, segundo Tomaz Tadeu da Silva, é entendido em oposição à identidade, ou seja, aquilo que o outro é e automaticamente eu não sou. “As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença”.<sup>20</sup> A identidade é um conceito não apenas construído como também é relacional, isto é, marcado e sustentado pela diferença, ela é autocontida e auto-suficiente. Ao brasileiro do século XIX, interessava perceber e exaltar a si mesmo, estabelecendo uma diferença entre o que deveria ser brasileiro e o que os brasileiros não queriam e não deveriam ser. Ao Brasil cabia a imagem de civilizado, moderno e bem educado. O povo aspirava todo e qualquer rastro de luxo e compostura que viesse de Paris e faria de tudo para negar suas mazelas e traços de bestialidade. Os brasileiros criam, portanto, “uma necessidade obsessiva de falar de si mesmo, realçando a diferença pelo exótico e a representação do nacional pelos parâmetros da modernidade européia parisiense e não paterna e portuguesa”.<sup>21</sup>

Segundo Ronald D. Laing, “não podemos fazer o relato fiel de uma pessoa sem falar do seu relacionamento com os outros.”<sup>22</sup> A identidade é definida pela relação do indivíduo na relação com outros indivíduos, isto é, cada indivíduo se completa e se efetiva no relacionamento com os que estão à sua volta, em seu convívio.

---

<sup>19</sup> ELIAS, Norbert. O processo civilizador vol. 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994. P. 86.

<sup>20</sup> SILVA, Tomas Tadeu. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 3 ed.. Petrópolis: Vozes, 2004.

<sup>21</sup> DECCA, Edgard Salvadori de. *Tal Pai, qual filho? Narrativas da identidade nacional* In: *Literatura e cultural no Brasil: identidades e fronteiras*. CHIAPPINI, Lígia e Maria Stella Bresciani, (orgs.) São Paulo: Cortez, 2002.

<sup>22</sup> LAING, Ronald D. Identidade complementar In: o eu e os outros – o relacionamento interpessoal.. Petrópolis: Ed. Vozes. 1986



É na relação entre o eu e o outro que se constrói a identidade do eu. Para que nós possamos nos perceber como brasileiros é necessário que tenhamos também a consciência dos portugueses, por exemplo.

Para que os brasileiros admirassem os europeus era necessário ter o oposto a isso, que, no caso do Brasil oitocentista, era o atraso e a sujeira da escravidão. É necessário que exista de fato traços de incivilidade, tais como a permanência da escravidão, o cheiro de fezes pelas ruas, falta de saneamento, ou seja, algo que sabemos que existe, mas que não desejamos atingir.

A cidade era cheia de vielas imundas e, como se não bastasse a falta de limpeza, faltavam árvores [...] Com isso a, cidade ficava cada vez mais quente: para se ter uma idéia, em 1851, a média anual de temperatura era de 23,9 graus...Cidade de distâncias enormes e meios de transportes precários, cidade atrasada e castigada por epidemias, embora sempre se espelhando nas mais ricas capitais européias. (MALERBA, 2000 p. 21)

Como as identidades não são eternas, elas podem se modificar ao longo do tempo, dessa forma, tanto a identidade quanto a diferença não podem ser compreendidas fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido, por isso mesmo elas nunca são inocentes.

Neste sentido, a cidade do Rio de Janeiro do século XIX se apresenta como um palco singular e privilegiado para perceber como foram negociados os diferentes discursos identitários, como foi construída ao longo do século a noção de uma identidade pautada na moral e nos bons costumes e repensar a constituição de uma identidade nacional a partir das representações que relacionaram de forma antitética natureza e civilização.

À medida que as pessoas se relacionam de maneira cada vez mais estreita, de acordo com seu “status”, cada indivíduo desempenha uma função social, que deve ser mais e mais regular, diferenciada e estável. O controle do comportamento passa a ser ensinado desde os primeiros anos, formando o que vai ser denominado de uma segunda natureza, formando “como uma espécie de automatismo, uma autocompulsão á qual ele não poderia resistir, mesmo que desejasse”<sup>23</sup>. Em meio a essa teia de ações tão complexa, que leva o indivíduo a comporta-se “corretamente” por meio de um controle consciente, somado a um complexo

---

<sup>23</sup> ELIAS, Norbert. Op. Cit.



aparelho de controles socialmente exigidos, relacionam-se os manuais de comportamento que ditavam modelos de desempenhos sociais considerados civis.

No Brasil oitocentista, aquele que melhor conseguisse moderar suas paixões era aquele que teria melhores vantagens, conseguiria e manteria favores, falando de uma sociedade de corte, ou alcançaria mais facilmente admiração e prestígio. Ou seja, era preciso alcançar o autocontrole, bem como ter atitudes pensadas, ser previdente e prudente em todas as atitudes. Ai está a mudança “civilizadora” do comportamento pensado por Elias. É a valorização do autocontrole e do comedimento.

Dom Pedro II, o monarca dos trópicos, adota este conceito de Civilidade e traz com ele todo o aparato que pudesse fazer com que o Brasil tomasse um rumo em direção ao progresso. Desejava que seu país respirasse os ares da França, e que seu povo fosse inundado pelo orgulho de estar-se transformando de fato em uma nação.

É influenciado por esta pretensão que o monarca cria o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, que fundado em Outubro de 1838, destinava-se a “coligir, metodizar, arquivar e publicar os documentos necessários para a escrita da história do Brasil”<sup>24</sup>. Trocando em miúdos, o Instituto veio com a intenção de escrever a História do Brasil, divulgá-la a um público ainda leigo e criar na sociedade um gosto pela sua história, acreditando com isto, que a população teria orgulho de si mesma e, acima de tudo, orgulho de sua pátria amada. A nação brasileira teria identidade própria, emancipada não só política, mas intelectualmente da antiga metrópole. Tudo isto aliado à necessidade de oferecer sustentação ao projeto de consolidação do Império.

Sem abandonar o gosto pela adaptação dos modelos europeus, o IHGB também é inspirado no modelo do Instituto Histórico de Paris. Constituíam-se em um espaço de sociabilidade, onde conviviam políticos e letrados, prevalecendo uma visão romântica de viés indigenista. Capistrano de Abreu, por exemplo, organizou missões de pesquisadores ao exterior, com o propósito de extrair cópias de manuscritos do período colonial, promoveu concursos de monografia, onde se destacou o naturalista Von Martius.

O índio seria o grande personagem desta divulgação do sentimento nacionalista e chegaria para reforçar a idéia de uma origem da nação por meio de “um contato fundador

---

<sup>24</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.



entre o elemento branco e o aborígine americano”<sup>25</sup>. Despontava como um elemento de pureza, um modelo de honra a ser seguido. Entre a literatura e a realidade, a história nacional e a ficção, os limites parecem escassos. A história estava a mister de uma literatura mítica que, “junto com ela, selecionava origens, para a nova nação”.<sup>26</sup>

“As elites buscavam uma identificação com os grupos nativos particularmente índios e mamelucos – era esse o tema do indianismo-, e manifestavam um desejo de ser brasileiro”.<sup>27</sup> Porém, engana-se quem acredita que qualquer ameríndio se tornaria tal mártir; este índio deveria já conter resquícios da civilidade, deveria ser educado, apaixonante, possuir “músculos de aço”, deveria conter padrões estéticos europeus, este Índio seria imortalizado na figura de Peri, personagem do romance *O Guarani*, de José de Alencar, onde o amor entre um ameríndio e uma branca européia, Cecília, sela o encontro de duas raças para a constituição da nacionalidade. Um encontro onde a raça superior, presta atenção, aceita e se encanta com cada palavra de seu inferior.

Peri tinha falado com o tom inspirado que dão as crenças profundas, com o entusiasmo das almas ricas de poesia e sentimento. Cecília o ouvia sorrindo, e bebia uma a umas suas palavras, como se fossem as partículas do ar que respirava; parecia-lhe que a alma de seu amigo, *essa alma nobre e bela*, se desprendia do seu corpo em cada umas das frases solenes, e vinha embeber-se no seu coração, que se abria para recebê-la.<sup>28</sup>

É da personagem D. Antonia de Mariz a frase: “Crede-me Álvaro, Peri é um cavalheiro português no corpo de um selvagem”. “Embora ignorante, filho da floresta, era um rei, tinha a realeza da força”<sup>29</sup>. O aborígine poderia ser grego, português, ou branco, porém, o que importava de fato, era construir uma memória para esse Império americano.

Literatos, historiados e artistas começam a caminhar juntos nesta tentativa do monarca de criar em seu povo este sentimento nacionalista, pois só assim faria com que seu país se tornasse de fato um Estado forte, unificado, orgulhoso de ser brasileiro.

---

<sup>25</sup> DECCA, Edgard Salvadori de. *Tal Pai, qual filho? Narrativas da identidade nacional* In: *Literatura e cultural no Brasil: identidades e fronteiras*. CHIAPPINI, Ligia e Maria Stella Bresciani, (orgs.) São Paulo: Cortez, 2002.

<sup>26</sup> Idem. Ibidem.

<sup>27</sup> Idem. Ibidem.

<sup>28</sup> ALENCAR, José. *O guarani*. São Paulo: Ed. L&PM Pocket, 1998. P. 85

<sup>29</sup> Idem. Ibidem



A então mencionada questão da raça é também, por sua vez, um resquício da civilidade que estava se instalando. Por meio das intenções de embranquecimento da população, de Joaquim Nabuco, que facilitava a vinda de Europeus para o Brasil, o país pode se distanciar ainda mais de seu passado constituído por negros escravos, vistos sempre como sinônimo de atraso, uma vez que o Brasil ainda era o único país independente a praticar o tráfico negreiro ainda em 1850. Esta população negra trazida da África não poderia ser portadora da idéia de civilidade, pois eram vistos somente como mercadoria, como força de trabalho, não merecendo com isso uma educação digna. A civilização deveria ser trazida pelos brancos europeus e implementada nos brancos da corte que estavam se alojando.

Chamavam-nos de “macacos” e “negrinhos”, acentuando a diferença entre os habitantes dos dois Reinos, com o intuito de frisarem o “perigo” que tal população representava, tanto na possibilidade de sublevação da gente “de cor” quanto no enfraquecimento do “progresso” a ser atingido, em época que se julgava ser o povoamento fator importante para o desenvolvimento.<sup>30</sup>

Essa tentativa de embranquecer a população também era percebida por Machado de Assis. Embora sua mãe, Maria Leopoldina Machado de Assis não fosse negra, ela veio dos Açores para o Brasil em um navio negreiro. Seu pai, Francisco José de Assis era pardo e trabalhava na fazenda em que moravam na Chácara do Livramento, eram os tão conhecidos Agregados, que Machado ressalta em várias obras, como Dom Casmurro, por exemplo. Embora viesse de família parda e escrava, pouco se sabe a respeito da negritude ou não de Machado.

O que se torna evidente era uma vontade, talvez até do autor de não deixar transparecer qualquer resquício de incivilidade que poderia estar contido no arquétipo de mulato ou pardo forro. Quando de sua morte em 1908, José Veríssimo escreveu no Jornal do Comércio: “Machado de Assis era a negação viva da falaz teoria da raça. Mulato, foi de fato um grego da melhor época, pelo profundo senso de beleza, pela harmonia de sua vida, pela eurtmia de sua obra”<sup>31</sup>. Joaquim Nabuco o repreendeu, traduzindo bem os conceitos raciais da época: “Eu não o teria chamado de mulato, penso que nada lhe doeria mais do que essa

---

<sup>30</sup> DECCA. Ibidem. P. 39.

<sup>31</sup> VERISSIMO, JOSE. Apud PIZA, Daniel. Machado de Assis um gênio brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005. P. 109



síntese[...] A palavra não é literária e é pejorativa. O Machado para mim era branco, e creio que por tal se tomava”.<sup>32</sup>

A imagem pública que Machado construiu ao longo do tempo, sempre foi a de um ilustre intelectual do mundo branco europeu, uma vez que era poliglota, conhecedor e tradutor erudito da literatura e da cultura européia. O espaço que Machado conquistou ao longo de sua carreira seja como membro fundador e ocupante da cadeira número um da Academia Brasileira de Letras, ou como servidor do Ministério da Agricultura, até onde se sabe eram espaços públicos reservados aos membros brancos de uma população intelectual reduzida e a qual Machado buscou integrar-se.

Machado de Assis era filho de um operário mulato e de uma imigrante açoriana. Um menino humilde que tentou superar a dificuldade para financiar os estudos se tornando um auto ditada. Um menino livre, órfão que mesmo recebendo ajuda de uma família branca que o agregava no Morro do Livramento, carregava em sua pele escura os traços de seus afro-ascendentes.

Se o menino Machado esteve sempre à margem da sociedade burguesa carioca, o jovem escritor veio se inserir a ela e conquistou cada vez mais um público elitizado de seu tempo. É a ascensão de um afro-descendente em uma época marcada pelos projetos de branqueamento e aburguesamento da população, pelos truques de retoques para clarear a pele nos estúdios fotográficos, pelo uso obrigatório de barbas e bigodes, enfim, pelo objetivo de disfarçar qualquer traço negróide de um Brasil preocupado com sua imagem.

Em uma época marcada pelo eurocentrismo, pela escravidão, pela hierarquia das raças, pode-se perceber o quanto o branqueamento era favorável e o quanto o mulato, mesmo livre era marginalizado.

A partir da segunda metade do século XIX a propaganda pela imigração européia para o Brasil se torna ainda mais latente, uma vez que o etnocentrismo então hegemônico era tido como verdade absoluta e exaltava a cultura branca ocidental e cristã como referência de civilização. Como nos mostra Eduardo de Assis Duarte, em sua obra “Machado de Assis afro-descendente”, em 1873 o conde Arthur de Gobineau, então representante diplomático do governo francês, fixou residência na Corte carioca na época de Machado de Assis e se tornou

---

<sup>32</sup> NABUCO, Joaquim. APUD. Op. Cit.



amigo de Dom Pedro II. Gobineau “foi um dos principais defensores de posturas tidas como científicas, que advogavam a desigualdade e a hierarquização entre as raças”.<sup>33</sup>

O conde publicou então um artigo na França, com a intenção de enfatizar seus argumentos:

A grande maioria da população brasileira é mestiça e resulta de mesclagens contraidas entre os índios, os negros e um pequeno número de portugueses. Todos os países da América, seja do norte ou do sul, hoje mostram, incontestavelmente, que os mulatos de distintos matizes não se reproduzem além de um número limitado de gerações. A esterelidade nem sempre existe nos casamentos; mas os produtos de raça gradualmente chegam a ser tão malsãos e inviáveis que desaparecem antes de darem à luz, ou então deixam rebentos que não sobrevivem.<sup>34</sup>

Esta tese de Gobineau nos mostra o ideal vigente na época de Machado e retrata a inferioridade congênita de negros, mestiços e mulatos em um texto que tinha como objetivo fazer a propaganda brasileira na Europa. Portanto, não é difícil perceber a postura reprimida dessa “etnicidade historicamente rebaixada” que tantos afro-descendente adotaram à época numa tentativa de “sobrevivência à morte social”.

Tais posturas vigentes na época nos permitem situar o contexto que envolve a consolidação de Machado de Assis como um dos maiores escritores oitocentistas. É neste locus social, marcado pelo desmerecimento dos afro-descendentes que o autor mulato, neto de escravos irá aos poucos se consolidando como uma das grandes vozes de seu tempo e da literatura brasileira. Mesmo escondendo com os bigodes as narinas e os lábios fortemente marcados pela fisionomia africana, ou se maquiando de branco para parecer europeu nas fotos, Machado também se preocupava em aparentar uma imagem cada vez mais ocidental e civilizada.

Nos contos de Machado de Assis não encontramos um apoio explícito à escravidão ou até mesmo à abolição, talvez porque este não tenha sido de fato nosso maior objetivo, porém, é fato que o autor nunca optou pelo confronto aberto, ao contrário sempre se valeu da ironia, do humor e da sutileza para dar sua opinião sobre assuntos pertinentes de sua sociedade.

Alguns autores como Mário Mattos ou Lúcia Miguel Pereira, como nos fala Eduardo de Assis Duarte, acreditaram por um tempo que Machado sempre foi omissos perante alguns

---

<sup>33</sup> DUARTE, Eduardo de Assis. Machado de Assis afro-descendente. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Pallas / Crisálidas, 2007. P. 240.

<sup>34</sup> Idem., Ibidem. P. 85



dramas vigentes em seu tempo, acusado de aburguesamento por uns ou de negação de suas origens por outros. No entanto, seus romances, contos e outros autores como John Gledson e Roberto Schwarcz nos mostram que mesmo sob disfarces e sutilezas, o autor valeu-se de uma linguagem sofisticada para assumir o lugar do Outro e fazer uma crítica ao regime e sua classe social que o agregava.

Se para ser reconhecido perante seu público como um dos maiores romancistas de sua época fosse necessário aparentar estes traços branqueados, Machado o fez e um de seus melhores amigos assinou em baixo: “Machado para mim era branco”.<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> NABUCO, Joaquim. Op. Cit.



## CAPÍTULO 2

Neste segundo capítulo, falaremos um pouco sobre a chegada dos códigos de civilidade na cidade do Rio de Janeiro. Como o monarca, Dom Pedro II importou os valores europeus de civilização e luxo para uma sociedade que ainda tentava a passos curtos se modernizar.

### **A cidade em sua corte**

Nos reportemos, portanto, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. O ano é o de 1850. A cidade está no auge da busca pela modernidade. O Rio de Janeiro no início do século XIX encontra-se em um processo de transformação pela reorganização da corte e da monarquia e pela expansão e diversificação do comércio. Jovem, como a própria nação, a nobreza brasileira aprendia às pressas as regras da vida na corte.

Quando entramos na cidade do Rio de Janeiro pelo Largo do Paço, a primeira rua que se apresenta a nós é a rua Direita, uma das mais belas da cidade; é bastante larga e orlada, de cada lado, de casas de um ou dois andares, pintadas de diversas cores, tendo, na maioria, sacadas guarnecidas de estores raiados de branco e vermelho. A maior parte das casas é da construção antiga; várias conservaram a varanda em redor da habitação.<sup>36</sup>

Numa cidade como esta, o oitocentos se transformava no século das modificações e no século da busca para alcançar uma deidade perdida. Era como se todos desejassem ser reis e rainhas em seus palacetes. Todos queriam a seu modo alcançar o luxo e ostentar os modos de vida trazidos da França. Era como se por consequência da corte e de seu aparato na cidade do Rio de Janeiro, as pessoas precisassem atingir o mesmo patamar, ou pelo menos chegar mais próximo de se igualar à aristocracia da corte, aos Orleans e Bragança que se instalavam na cidade.

Mas é na capital, durante os anos de 1840 a 1860, que se cria uma febre de bailes, concertos, reuniões e festas. A corte se opõe à província, arrogando-se o

---

<sup>36</sup> TOUSSAINT-SAMSON, Adèle.; tradução do original francês de Maria Lucia Machado. *Uma parisiense no Brasil*. São Paulo: Capivara, 2003. p. 79



papel de informar os melhores hábitos de civilidade, tudo isso aliado à importação dos bens culturais reificados nos produtos ingleses e franceses.<sup>37</sup>

Os bailes na corte e as cerimônias do beija-mão são apenas alguns exemplos dos esforços do monarca no intuito de criar na população um sentimento de Nação, de Civilização. O monarca e a realeza conviviam intensamente com a sociedade de tal época. É curioso notar também como a noção de dois Brasis já então se impunha: "O país real esse é bom, revela os melhores instintos; mas o país oficial é caricato e burlesco. A sátira de Swift nas suas engenhosas viagens cabe-nos perfeitamente. No que respeita à política, nada temos a invejar no reino de Lilipute"<sup>38</sup>.

No paço, meus filhos, deve-se falar pouco mais ou menos tão baixo como na igreja, andar também mui de manso e fazer diligência por não se fazer notar; em toas as circunstâncias é de bom-tom não buscar chamar a atenção sobre si, e ate é útil aos mais vaidosos, porque é tão difícil o ser contente neste gênero, e tão doloroso o não se sê-lo, que o mais seguro é não mostrar nenhuma pretensão, e ao mais sensato não a ter.<sup>39</sup>

Dom Pedro II está no auge de seu império, adorado por boa parte da população fluminense é uma das figuras mais populares da Nação. O imperador é antes de mais nada o lugar da imaginação, ele é o sábio, o ícone, o amigo íntimo que freqüenta todas as casas, o conselheiro em temas de destino, enfim, ele é a própria representação deste ideal civilizador, ele é o Brasil que capricha na propaganda de seu reino exótico, com seu manto verde como a própria nação, sem se abster de sua coroa e de seu brasão imperial. Nos reportemos mais uma vez a Machado de Assis para narrar, em um diálogo entre dois personagens de Dom Casmurro, Bentinho e José Dias, a influência que Dom Pedro II exercia na vida de seus súditos. Enquanto o jovem Bentinho tentava convencer José Dias de que seu "seu caminho não era o seminário", eis que surge em seus caminhos, o monarca:

Em caminho encontramos o Imperador que vinha da Escola de Medicina. O ônibus em que íamos parou, como todos os veículos; os passageiros desciam à rua e tiravam o chapéu, até que o coche imperial passasse. Quando tornei ao meu

---

<sup>37</sup> Schwarcz, lilia. Op. Cit. P. 198.

<sup>38</sup> ASSIS, Machado. Apud. PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.. P. 87.

<sup>39</sup> ROQUETTE, J.I; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). *Código do bom-tom ou regras de civilidade e de bem viver no século XIX {1875}*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 1997. P. 175.



lugar, trazia uma idéia fantástica, a idéia de ir ter com o Imperador, contar-lhe tudo e pedir-lhe a intervenção [...] Sua majestade pedindo, mamãe cede”, pensei comigo.

Vi então o Imperador escutando-me, refletindo e acabando por dizer sim, que iria falar a minha mãe; eu beijava-lhe a mão com lágrimas. E logo me achei em casa, à espera do Imperador! Toda a gente chegava às janelas para vê-lo passar, mas não passava, o coche parava à nossa porta, o Imperador apeava-se e entrava. Grande alvoroço na vizinhança. “O Imperador entrou em casa de D. Glória! [...] A nossa família saía a recebê-lo; minha mãe era a primeira que lhe beijava a mão. Então o Imperador, todo risonho, sem entrar na sala ou entrando [...] pedia a minha mãe que me não fizesse padre – e ela, lisonjeada e obediente, prometia que não. – A medicina – por que lhe não manda ensinar medicina? [...] – Mande ensinar-lhe medicina; é uma bonita carreira e nós temos aqui bons professores. Nunca foi a nossa escola? É uma bela escola. Já temos médicos de primeira ordem que podem ombrear com os melhores de outras terras [...]

Então o Imperador dava outra vez a mão a beijar e saía, acompanhado de todos nós, a rua cheia de gente, as janelas atopetadas, um silencio de assombro; o Imperador entrava no coche, inclinava-se e fazia um gesto de adeus, dizendo ainda: “A medicina, a nossa Escola...”.

E o coche partia entre invejas e agradecimentos [...] Consolei-me por instantes, digamos minutos, ate destruir-se o plano e voltar-me para as caras sem sonhos dos meus companheiros.<sup>40</sup>

Percebemos o quanto o monarca fazia parte dos sonhos e da imaginação da sociedade oitocentista. Bentinho representa uma grande parte da população que idealiza um encontro com o Imperador, que sonha com uma visita do Monarca. E como Bentinho aqui é o grande campeão, aqueles que não alcançam a mesma façanha ou morrem de inveja ou morrem sem esperanças.

É esta imagem carismática e acessível que o imperador consegue transmitir inclusive para os estrangeiros residentes ou não no Brasil, como nos narra Adelle Toussaint-Samson:

O surpreendente é que, em um país tão cheio de soberba, onde o menor comerciante considera-se como um poderoso, o imperador seja seguramente o mais acessível de todos os seus súditos. Não é preciso pedir audiência para vê-lo; recebe todas as quintas-feiras, em seu palácio de San Christovo [São Cristóvão], os que desejam falar com ele.<sup>41</sup>

Dom Pedro II trabalhava com afincamento em projetos como a construção de ferrovias, a instalação da iluminação a gás, a implantação do telégrafo e do telefone, tudo para dar a sua capital um ar mais europeu e luxuoso. Alguns historiadores como Ronaldo Vainfas e Lílian Schwarcz, por exemplo, acreditam que um dos grandes passos do monarca rumo à modernidade foi a construção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pois foi por intermédio deste que o império pode promover grandes reuniões no intuito de escrever a

<sup>40</sup> ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. São Paulo: Ed. Abril, 1971. P. 85.

<sup>41</sup> TOUSSAINT-SAMSON. Op. Cit. P. 160/191.



História de seu adorado Brasil, e contribuir para a construção da imagem de um monarca sábio e amigo das letras. Demonstrando seu interesse pessoal pelo Instituto, o Imperador, entre os anos de 1849 e 1889 chegou a presidir cerca de 506 sessões, ausentando-se somente por motivo de viagem<sup>42</sup>.

Aos domingos, membros da elite brasileira, literatos e intelectuais, comprometidos com o processo da consolidação da Monarquia, se encontravam para debater como seria escrita a nossa História, objetivo maior da Instituição. O IHGB desejava criar a História do Brasil destacando seus grandes personagens e heróis, trazendo à luz o verdadeiro caráter da Nação brasileira. Era necessário estruturar a História da Pátria e criar uma historiografia para o Brasil concomitante com a própria fundação da nacionalidade e com a construção da identidade do povo brasileiro.

Semelhante relevância teve o Imperial Colégio de Dom Pedro II, fundado em 1837 por iniciativa Bernardo Pereira de Vasconcelos. Criado a partir do antigo seminário de São Joaquim tornou-se o único colégio de instrução secundária do país. Visava a atender tanto aos filhos das elites quanto aos destituídos, preparando o aluno para o comércio, a indústria e para a administração pública.

Para ingressar no colégio, o aluno teria que participar de um processo seletivo rígido onde deveria demonstrar seu conhecimento da doutrina cristã, capacidade de ler e escrever e de realizar operações de aritméticas.<sup>43</sup>

Literatos renomados como Capistrano de Abreu, Gonçalves Dias, Joaquim Manoel de Macedo, dentre outros, lecionaram no Dom Pedro II. Privilégios como este corpo docente privilegiado, o exame de admissão rigoroso, o pagamento de uma taxa anual e a rigidez e qualidade de disciplinas clássicas e humanísticas, fizeram com que o Imperial Colégio Dom Pedro II, se tornasse à época uma instituição de ensino secundário ímpar na sociedade brasileira e por este motivo, profundamente elitista.

O modelo de ensino seguia o mesmo implantado pelo ensino de Coimbra, no qual o ensino religioso estava contido na grade curricular, assim como as humanidades, os estudos sociais, a aritmética, álgebra, matemática e as matérias avulsas, como música, ginástica e desenho.

---

<sup>42</sup> VAINFAS, Ronaldo. (organizador). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

<sup>43</sup> Idem. *Ibidem*.



O Imperial Colégio constituiu-se, portanto, como um instrumento do Estado, imbuído dos paradigmas europeus de civilização e do progresso, com o objetivo de alastrar os valores nacionais e a moldar uma consciência nacional nos filhos das elites políticas e intelectuais. O Imperial Colégio Dom Pedro II, tornou-se assim um lugar geométrico da boa educação, da boa sociedade e, ao mesmo tempo, evidenciando o caráter elitista do ensino no período.

Em 1840, quando D. Pedro II foi sagrado Imperador do Brasil, a estabilidade econômica e a tranqüilidade política por que passava o país fizeram com que a sua popularidade aumentasse ainda mais.

O país está em um importante momento de crescimento econômico proporcionado pela expansão das plantações de café, produto que encontra um público vasto e cada vez mais crescente na Europa. Porém, a escravidão e o caráter isolado dos poucos centros urbanos ofuscam em certa medida os projetos civilizatórios do monarca.

Não se deve acusar o imperador do Brasil por esse estado de coisas. Ele é, ao contrario, cheio de humanidade, e seus escravos são tratados com muita brandura; mas, ao subir ao trono, encontrara esses usos estabelecidos, e não podia em um dia mudar os costumes do país; precisava fechar os olhos ao tráfico de negros, pois apenas eles eram capazes de suportar os trabalhos de cultura sob aquele sol de fogo.<sup>44</sup>

A corte e os paços representam ilhas com pretensões européias cercadas de mares tropicais, e, sobretudo de africanos, por todos os lados. O que não parece incomodar tanto a população, mais preocupada com as roupas, tecidos e perfumes que estariam sendo lançados na Rua do Ouvidor.

No governo de Dom Pedro II, o que se via era a chegada das artes e da fotografia, a modernidade que tomava as ruas.

A monarquia não mediu esforços no intuito de difundir todo um imaginário civilizador em sua população. E assim o fez de diversas maneiras. Notamos a intenção do monarca quando este permite a circulação de folhetins que tratam de questões civilizatórias, mesmo nas suas entrelinhas, quando permite que manuais e regras de etiquetas sejam transcritos e utilizados por cronistas e pela própria população.

---

<sup>44</sup> TOUSSAINT-SAMSON. Op. Cit. P. 99.



O Império entende por civilidade uma função “normalizadora” que tem por finalidade modelar a consciência das jovens gerações à luz das normas de comportamento social consideradas legítimas e como tais sistematizadas nos respectivos manuais, ou seja, desenvolver um esquema de hábito partilhado por todos. É esse o objetivo do vasto conjunto de prescrições e proibições que aí nos são apresentadas:

... nunca se limpe o nariz com os dedos, mas sim com o lenço; e quando se espirra, leva-se este ao nariz... É indecente cuspir para longe e com força... tossir com estrondo e arrotar na presença de qualquer pessoa são coisas insuportáveis.<sup>45</sup>

Pretende-se, no fundo, erradicar do espaço público todos os comportamentos considerados inconvenientes, animais, bárbaros, conduzindo à aprendizagem dos modos de vida mais adequados à civilização dos costumes que se pretende instaurar.

Procura-se controlar os corpos e, ao mesmo tempo, disciplinar as mentes. As expressões corporais são fortemente regulamentadas, racionalizadas, submetidas a “tecnologias do eu” capazes de impedir as suas manifestações espontâneas e desordenadas.<sup>46</sup>

O Império entendia que civilização fosse a padronização dos costumes, todos sendo iguais a discórdia seria evitada. Qualquer resquício de diferença, até mesmo um simples corte de cabelo fora do padrão Stuard, era visto com maus olhos. A moda, importada da Europa, chegava com o fito de unificar os cidadãos.

Estamos diante de uma cidade complexa e desigual, que se rende ao “glamour” dos ecos de Paris. Em um país “emergente” como o Brasil desta época, não é difícil entender os deslumbramentos com modas e modos espelhados no padrão de elegância europeu.

A sociedade busca a todo custo esconder suas mazelas para alcançar uma semelhança com a corte recém instalada. Por todos os lados o que se vê são elegantes vestidos ornamentando as distintas senhoritas que caminham ao lado de negras mucamas com seus trajes andrajosos e o que se sente são perfumes franceses miscigenados ao cheiro dos esgotos presentes em todas as ruas.

A sociedade carioca oitocentista está passando por consideráveis transformações desde o espaço físico da cidade até sua forma de interação e suas vivências pública e privada.

---

<sup>45</sup> ROQUETTE. Op. Cit. P. 76.

<sup>46</sup> FOUCAULT, Michel. Linguagem e Literatura. In: MACHADO, Roberto. A Filosofia e a Literatura. Rio de Janeiro Jorge Zahar Ed., 2000.



A corte imperial tomava-se o centro das atenções de todas as partes do vasto, indefinido e heterogêneo Brasil. A cidade está se acostumando a conviver com festas, bailes e cerimônias ainda inéditas nestes cantos dos trópicos.

O teatro era um ambiente modernizador e, acima de tudo, civilizador, a ponto do próprio Machado defini-lo já em 1856 como “o verdadeiro meio de civilizar a sociedade e os povos”<sup>47</sup>. Em 1855 foi inaugurado o Teatro Ginásio Dramático, que teria papel fundamental na divulgação do teatro realista francês e na promoção de autores nacionais como o próprio José de Alencar e onde Machado não apenas fazia seu aprendizado como espectador, mas também como crítico, tradutor e dramaturgo. Machado sonhava com um teatro educador, que interferisse no modo das pessoas pensarem, que contestasse seus valores e costumes, enfim, que alertasse o público nacional para as novas tendências que se configuravam em Paris. Intitulava-se um realista, pois acredita que esta nova geração, onde se encaixava também José de Alencar, é “mais sensata” e “civilizadora”; e aplaude a “invasão desse realismo (de forte influência francesa, conforme crítica do próprio Paula Brito a Alencar), num meio “sufocado na poeira do romantismo”, movimento datado por seus desfechos “sanguinolentos” e idealismo “desvairado”. Machado cita ainda o escritor Victor Hugo para legitimar sua idéia de teatro enquanto propagador do decoro: “Seria uma escola de moral, com missão social e humana”.<sup>48</sup>

Foi também no teatro que puderam ser vistas as principais encenações européias, como por exemplo, *As bodas de Joaquina*, dos espanhóis Martin Allú e Luis Olano, *Mistérios sociais*, do português César Lacerda, *Leões pobres* de Émile Augier e Edouard Fournier, entre outras. Porém, o que se via não eram apenas as peças teatrais de ficção, mas sim montagens da vida cotidiana. O palco não se limitava apenas aos ambientes reclusos dos grandes teatros, mas se ampliava, abria suas cortinas para encenações externas e eram pelas ruas, principalmente na Rua do Ouvidor, que poderíamos assistir a diferentes manifestações desta ilusão civilizatória machadiana.

Os acontecimentos tecem-se como as peças de teatro, e representam-se da mesma maneira. A única diferença é que não há ensaios; nem o autor nem os atores

---

<sup>47</sup> ASSIS, Machado. Apud. PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.. P. 87.

<sup>48</sup> Idem. *Ibidem*.



precisam deles. Levantado o pano, começa a representação, e todos sabem os papéis sem os terem lido.<sup>49</sup>

Por meio destas representações discursivas e imagéticas, os indivíduos e grupos criam sua realidade e são elas que permitem que o homem perceba e pautar a sua existência. Neste cenário fluminense oitocentista, repleto de alegorias, adereços e manuais, as pessoas querem representar outros personagens. Personagens que desejam atingir, categoricamente instruídos, espelhados em uma sociedade imaginada. Segundo Roger Chartier, a representação é a possibilidade de ver uma coisa ausente, mas que está sendo representada por outra presente. A representação por meio desta vertente é o que torna possível perceber um objeto ausente por meio de sua substituição por uma imagem capaz de reconstruir em memória e de o figurar tal como ele é.<sup>50</sup>

A população fluminense se espelha na sociedade parisiense, mesmo sem a conhecer de perto, mesmo não sendo de fato Francesa. Apenas seguem, copiam e representam as mesmas sociabilidades das cortes ou dos mais recentes bulevares europeus. A arte de esconder-se estava em voga. Esconder os prazeres, as risadas, conter a fala e às vezes até mesmo um simples espirro. Iniciava-se assim, a normalização dos grandes aos pequenos detalhes da vida social cotidiana. Tudo para representarmos os europeus com toda a pompa e luxo que eles realmente mereciam.

Dividindo espaços, a corte da rua do Ouvidor tenta fazer da escravidão um cenário invisível. Palco para diferentes encenações, tal rua não só acumula as lojas da moda, como também é cenário preferido de madames e senhores que apreciam colocar em prática o idioma e a cultura franceses, presentes nas conversas, nos nomes das lojas, inclusive até mesmo no maneirismo de algumas mulheres, que “imitam” o andar das francesas, como narra Machado de Assis.

Este gosto de imitar os franceses na rua do Ouvidor – dizia-me José Dias andando e comentando a queda – é evidentemente um erro. As moças devem andar como sempre andaram com seu vagar e paciência, e não com este tique-tique afrancesado<sup>51</sup>

A rua do Ouvidor, como nos mostra Joaquim Manoel de Macedo, é a mais “passeada e concorrida”, a mais elegante, distinta, “a mais leviana, indiscreta”, fútil “poliglota e

---

<sup>49</sup> ASSIS, Machado, apud, PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

<sup>50</sup> CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Ed. Difel, 1990

<sup>51</sup> ASSIS, Machado. Op. Cit. P. 75.



enciclopédica” de todas as ruas do Rio de Janeiro. Carl Von Koseritz, disse certa vez que o Rio de Janeiro era o Brasil, e que a rua do Ouvidor era o Rio de Janeiro.<sup>52</sup>

A Rua do Ouvidor resume o Rio de Janeiro. A certas horas do dia, pode a fúria celeste destruir a cidade; se conservar a Rua do Ouvidor, conserva Noé, a família e o mais... Uma cidade é um corpo de pedra com um rosto; o rosto da cidade fluminense é esta rua, rosto eloqüente que exprime todos os sentimentos e todas as idéias.<sup>53</sup>

Esta rua é um núcleo de civilidade e um verdadeiro salão ao ar livre, onde a cada esquina, uma pequena multidão se reúne para falar de política, negócio, teatro, moda e, sobretudo, da vida alheia.

Muito bem freqüentada, a rua do Ouvidor, recebe quase que diariamente a presença de Machado de Assis na ilustre livraria e editora Garnier. Machado adorava sentar-se e reparar os maneirismo de diferentes pessoas que por ali circulavam e que o ajudavam, mesmo sem intenção, na criação de muitos de seus personagens, como é o caso de Brás Cubas um apreciador inveterado do movimento na calçada.

“No dia seguinte, estando na Rua do Ouvidor, à porta da tipografia do Plancher, vi assomar, a distância, uma mulher esplêndida”.<sup>54</sup>

Também estavam na estreita Rua os melhores médicos, advogados e engenheiros, fazendo com que ela estivesse sempre movimentada de manhã e a noite. As senhoras iam encontrar as amigas nos luxuosos cabeleireiros, nas sapatarias, ou ainda nos armarinhos Notre Dame, cujo burburinho essencialmente feminino, Machado comenta em *Contos Fluminenses*:

(...) cumprimentos, beijos, notícias, perguntas e respostas, trocas de impressões de um baile, de um passeio ou de uma corrida de cavalo. Grande rumor no armarinho; falam todas, algumas sussurram apenas, outras riem<sup>55</sup>

Pessoas que ali circulavam no intuito de notar e serem notadas. Passeavam por esta rua prestando atenção em cada cor, em cada gosto, em cada novidade e principalmente em cada gesto que pudessem remeter à Europa. Pessoas que pareciam fazer desta rua um verdadeiro ponto de encontro do bastidor deste cenário. Era nesta “coxia”, que os “atores” se

---

<sup>52</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, c1988.

<sup>53</sup> KOSERITZ. Apud, Idem, *ibidem*. P. 35.

<sup>54</sup> ASSIS, Machado. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Ed. Abril, 1971.

<sup>55</sup> ASSIS, Machado. Op. Cit. P. 85.



encontravam para se certificarem que cada lição do seu manual estava de fato decorada, para poderem enfim colocá-la em prática em algum sarau ou baile oferecido pela aristocracia fluminense.

Na alta sociedade, os estilos são absolutamente os mesmos que os da mesma classe nos estados civilizados da Europa: um salão no Rio de Janeiro ou na Bahia oferece, com pouca diferença, a aparência de um salão de Paris ou de Londres; ali se fala francês, e os usos se ressentem da influência inglesa.<sup>56</sup>

A Rua do Ouvidor é, portanto, o ponto de encontro entre um país recém descolonizado e uma sociedade que se pretende civilizada, entre as penas de papo de tucano dos trópicos e os mantos imperiais. Dom Pedro II resume bastante o que este encontro representa, pois é ele, o Monarca, um Bourbon e Bragança que fazia questão de se vestir com o rigor majestático dos Habsburgo, sem se abster de um manto com ramos de café e tabaco.

... a rua do Ouvidor, rua essencialmente francesa, onde os estabelecimentos de nossas modistas, de nossos cabeleireiros, de nossos floristas e de nossos confeitores exibem-se em todo o seu esplendor. É o ponto de encontro habitual dos jovens da cidade que, a pretexto de comprar charutos ou gravatas, ali vão fazer a corte às francesas, que eles adoram.<sup>57</sup>

Os espaços públicos e privados, as festas, jantares e saraus iam assim se modificando ou até mesmo desaparecendo. Como foi o caso do tradicional entrudo, que foi suprimido em favor do carnaval, diante da imposição de uma visão de mundo moderno, europeizado, considerada civilizada. À medida que a cidade se transformava, “todas as antigas formas de uso foram ou banidas ou ajustadas à nova ordem”, entre elas, “as formas de diversão de raízes populares e grupais”, às quais se “impôs uma espécie de restrição tanto à espontaneidade tradicional e cultural de certos grupos quanto à sua sociabilidade correspondente”<sup>58</sup>.

Machado de Assis aponta que, por volta de 1813, “as festas religiosas eram excelentes e consistiam em todo o recreio público e toda a arte musical”.<sup>59</sup> Mas já por volta de 1840 a 1860, como ressalta W. Pinho, a sociedade foi tomada por uma “febre das reuniões, dos bailes, dos concertos e das festas”.<sup>60</sup> Para Machado, na década de 1850 “a vida exterior

---

<sup>56</sup> TOUSSAINT-SAMSON. Op Cit. P. 98

<sup>57</sup> Idem. Ibidem. P. 85

<sup>58</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001

<sup>59</sup> ASSIS, Machado. *Contos fluminenses*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2006.P. 275

<sup>60</sup> PINHO, Wanderley. *Salões e damas do segundo reinado*. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1970 p.117.



era festiva, intensa e variada (...) tudo bailes e teatros (...) além deles, muitas sociedades coreográficas”<sup>61</sup>, cassinos, corridas de cavalos e, ainda, as festas eclesiásticas.

As festas da Igreja e dos santos católicos eram muito populares à essa época e mobilizavam a totalidade da burguesia carioca, mas sofriam também as modificações do novo tempo que se consolidava nos trópicos, fazendo aos poucos com que a população perdesse o interesse por estas manifestações culturais. Já em 1878, Machado de Assis dizia que “acabava essa e muitas outras devoções populares, meio religiosas, meio recreativas”, pois o

elemento estrangeiro” transformava os costumes com “muita patinação, muita opereta, muita coisa peregrina, que tirou à nossa população a rusticidade e o encanto de outros tempos.”<sup>62</sup>

Íríamos também acompanhar o Santíssimo. Efetivamente, o sino chamava os fiéis àquele serviço da última hora. Já havia algumas pessoas na sacristia. Era a primeira vez que me achava em momento tão grave; obedeci, a princípio constrangido, mas logo depois satisfeito...<sup>63</sup>

As práticas tradicionais de conviver e interagir socialmente foram sendo desprestigiadas nesta sociedade que se secularizava, restringia as datas festivas religiosas e entrava em contato com outras visões de mundo, formas de expressão, modos de ser e agir, produzindo novas subjetividades.

Contrastando-se às festas religiosas, registra-se à essa época o surgimento de uma festa profana que sensibilizou a grande maioria da população carioca. A esta deu-se o nome de Entrudo, origem do famoso carnaval do Rio de Janeiro.

Machado ressalta que “ao carnaval se chamava entrudo, tempo em que em vez de máscaras brilhavam os limões de cheiro, as caçarolas d’água, os banhos e várias graças que foram substituídas por outras...” As famílias reuniam-se entregando-se aos “trabalhos de fabricar limões”.<sup>64</sup> Moças, rapazes e mucamas se preparavam para atingir às senhoras que estavam às janelas sacos de limões de cheiro e estas correspondiam ao ataque.

---

<sup>61</sup> Op. Cit.

<sup>62</sup> ASSIS, Machado. Op. Cit. P. 278

<sup>63</sup> Idem. Ibidem. P. 214.

<sup>64</sup> Idem. Ibidem.



Os prazeres da diversão no Entrudo consistiam ainda, em guerra de polvilho e quebrar ovos nas costas dos amigos enquanto os que estavam ao redor gargalhavam perante o ato.

Para se chegar a uma convivência civilizada os foliões do Entrudo foram proibidos de usar os ovos, os limões de cheiro e os baldes d'água para se divertir. Os infratores deveriam pagar uma multa, caso não pudessem pagá-la, dias de detenção.

O Entrudo logo cedeu lugar a uma forma mais “civilizada” de diversão. Várias graças do tempo do Entrudo foram substituídas por hábitos europeus. Pouco a pouco as pessoas iam se rendendo ao carnaval das máscaras e das fantasias e trocavam as rústicas festas de rua pelos salões e teatros onde nasciam os bailes de carnaval.

A corte está instalada e com ela chega pela cidade uma verdadeira obsessão pelos encontros que seus bailes poderiam proporcionar. Em muitas famílias de posses, as reuniões eram semanais. Se pela manhã a população se interessava em circular pela Rua do Ouvidor, à noite o encontro estava garantido em algum baile das casas aristocráticas. Em 1854, por exemplo, “o casal Manuel Maria Bregaro abriu sua mansão do Andaraí num sábado para um baile antológico, repleto de ricas fantasias, em que a dona da casa cantou um dueto com o famoso Tadeu Ferranti, tenor vindo especialmente da Itália”. Porém, a festa mais famosa era realizada anualmente na residência do Visconde de Meriti, na Glória. Carruagens e convidados iam aos salões dançar as valsas, polcas e quadrilhas, não raro com a presença do Imperador. Tão tradicional era esta festa que Machado lhe dedicou uma crônica em 1876:

(...) a que vai ao outeiro, toma água benta, vê o fogo de artifício, e vai a pé para casa, se não pilha um bonde; e a que sai de casa às nove horas para o baile da Secretaria de Estrangeiros(...)Esta festa da Glória é penha elegante vestido escorrido, da comenda do claque; a Penha é a Glória da rosca no chapéu, garraão ao lado, ramo verde na carruagem e turca no cérebro. Ao cabo de tudo, é a mesmíssima diversão, e o que eu lastimo é que o fogo de artifício da Glória e o garraão da penha levem mais fiéis que o objeto essencial da festividade. Se é certo que tout chemin mène à Rome, não é certo que tout chemin mène au ciel. (...).<sup>65</sup>

Espaços de sociabilidade, as festas e bailes permitiam aos indivíduos marcar suas especificidades e suas diferenças, permitiam às crianças, jovens e adultos introjetar valores e normas da vida coletiva.

---

<sup>65</sup> ASSIS, Machado. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Ed. Abril, 1971. P. 65.



Palco para diferentes representações, as festas permitiam ainda que indivíduos sustentassem a farsa, a fantasia e o divertimento. A farsa, pois ali era um ótimo momento para reparar e falar mal da vida alheia, dos vestidos e penteados, como faz a personagem Nino no conto Magdalena, mas sem deixar cair a máscara da gentileza e dos bons costumes.

No período colonial, as festas foram espelhadas em uma origem européia que visava comemorar a produção agrícola. Os homens festejavam cada colheita com um rito aos deuses da fertilidade, se uniam para agradecer, pedir proteção ou celebrar casa ciclo agrônomo. A partir de então nasceram as festas em formas de culto externo, dedicado geralmente a uma divindade protetora. Com o advento do Cristianismo, estas celebrações receberam, portanto, uma nova roupagem. A Igreja determinou alguns dias que seriam marcados pelo culto divino, considerando-os dias de festa, os quais formavam em seu conjunto o ano eclesiástico.

As festas religiosas vieram camuflar e tentar apagar qualquer rastro de paganismo que anteriormente marcavam as festas de Afrodite, onde os portugueses comemoravam a fartura e o reflorescimento da terra, ou a festa das “Maias”, onde se dançava e cantava pelas ruas, e instituíram procissões obrigatórias.

Ainda na Colônia, também foram impostas festas para bispos visitantes da Santa Inquisição, governadores homenageados e vice-reis. Tudo feito com muito exagero e pompa em um ritual onde se destacava o reconhecimento do poder real e a burocracia que o representava na colônia.

Ao estender a sua privacidade ao público, o rei demonstrava sua imagem generosa e criava um laço ilusório de intimidade com o povo. Por outro lado, a participação da população nas datas importantes da vida de seu rei salientava o culto a sua personalidade, característicos desta época de centralização do Estado.

Da Colônia para o Império os convites das festas e bailes passaram a ser feitos pelo que viria a ser a *Boa Sociedade* – expressão que segundo Ronaldo Vainfas procura “designar a reduzida elite econômica, política e cultural do Império, que partilhava códigos de valores e comportamentos modelados na concepção européia de civilização”.<sup>66</sup>

Esta *boa sociedade* era composta pela camada letrada, detentores de bens e de refinados gostos. Pessoal graduado pelas atividades administrativas, ou militares. Um círculo restrito que se destacava pelo poder econômico, político e cultural. Transitavam com suas

---

<sup>66</sup> VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. P. 95.



casacas de lã preta, símbolo de elegância e dos bons costumes das camadas dominantes, pelas charutarias, livrarias e confeitarias da Rua do Ouvidor. Dentre eles estava o próprio Machado de Assis, que foi fotografado diversas vezes passeando pelas cercanias cariocas com seu traje a rigor.

Os espaços de sociabilidade ampliavam-se à medida que se ampliavam também os círculos sociais. Os espetáculos esportivos, os concertos públicos e o teatro, como vimos, também se tornam palcos desta elite. Nas sociedades como a Filarmônica e a Campesina, ou nos clubes como o Mozart e o Bethoven, do Segundo Reinado, dançava-se, cantava-se e ofereciam-se conferências e divertimentos como jogos e até bibliotecas, tudo aos moldes da corte francesa. O clube Fluminense foi durante o Segundo Reinado o local elegante da cidade e realizava saraus e bailes com grande aglomeração de público.

Os jornais se encarregavam de fazer referência a estas festas oferecidas pela aristocracia fluminense, divulgavam agradecimentos de convite, ou até mesmo de relatar como foi a noite de gala no dia anterior, como podemos ver neste anúncio do jornal A Semana, do ano de 1859.

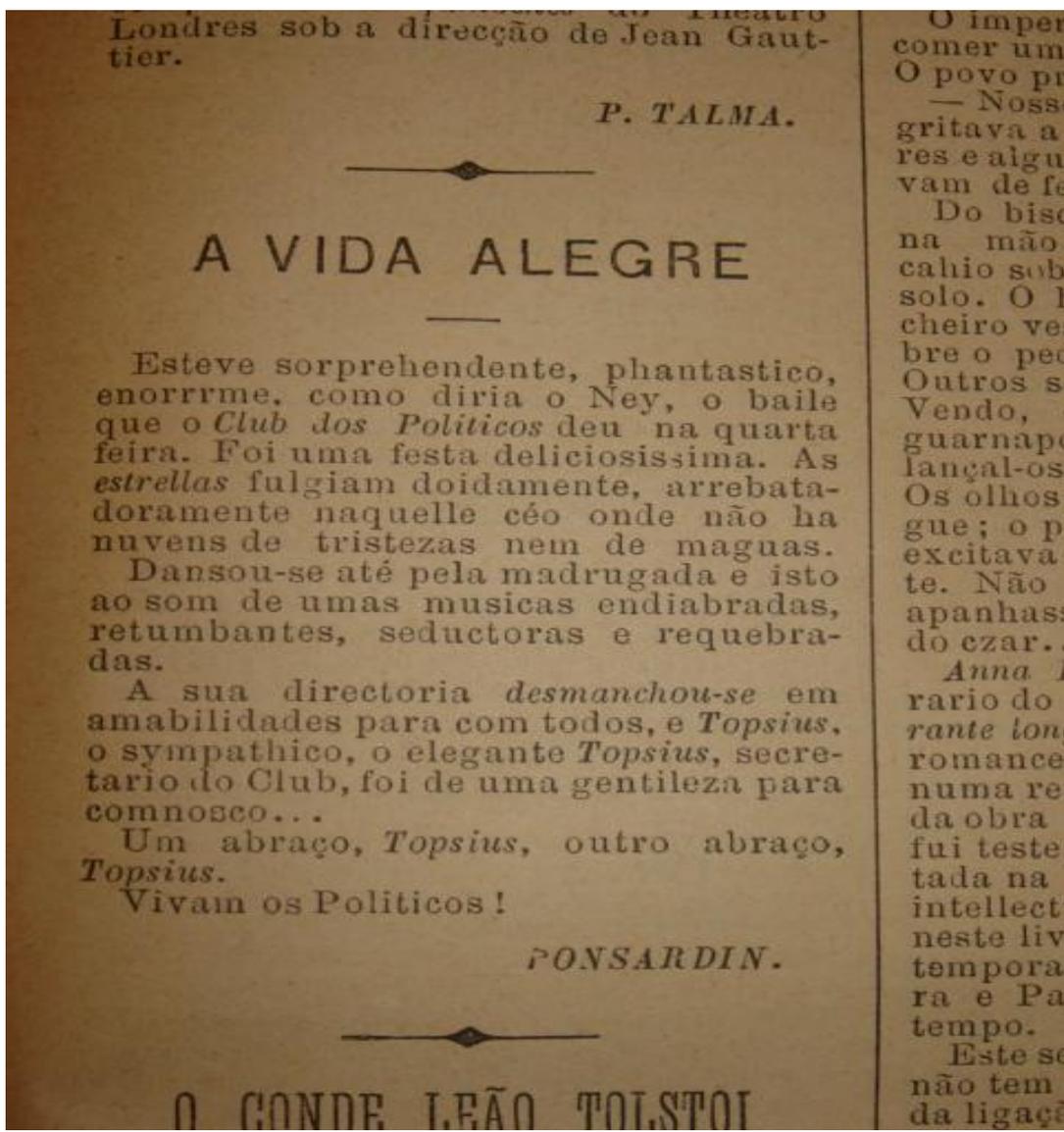


Foto tirada na Academia Brasileira de Letras. A Semana ano de 1859

Por volta de 1860 é inaugurado no Passeio Público, o Cassino Fluminense que passou a promover os bailes mais elegantes e disputados da época, uma vez que contava até mesmo com a ilustre presença do imperador e de imperatriz, fazendo com que fosse chamado à época de “o mais fidalgo salão da corte”.

As touradas e espetáculos públicos promovidos na época de Dom João VI foram assim sendo substituídos por acontecimentos esportivos mais requintados, como as regatas e as corridas de cavalo no Prado Fluminense e no Jockey Club.



Mas esta *boa sociedade* gostava e preservava muito os salões, onde poderia receber e preparar um ambiente de cordialidade, poderia entreter e cultivar o bom humor e as boas regras de civilidade.

Foram nos grandes salões da corte que mais uma vez podemos presenciar as encenações dos costumes afrancesados. As damas, com seus cabelos à Stuard - um tipo de corte e penteado inspirado na rainha escocesa Maria Stuard e que em meados do século XIX estava em moda e fazia imenso sucesso nos saraus - e os cavalheiros com suas cartolas dançam quadrilhas ou “jogam com os amigos o solo e o voltarete”<sup>67</sup>.

Adélie Toussaint-Samson, a parisiense de passagem pelo Brasil, nos deixa registrado que no Brasil as pessoas gostavam muito de dançar, mais até do que conversar, apesar do calor excessivo que fazia por este lado dos trópicos.

“Se não se fala, em compensação dança-se muito no Brasil, o que é surpreendente com aquele calor excessivo”<sup>68</sup>.

Os bailes eram constantes à esta época e

“ o uso exige que o cavalheiro, depois da contradança ou da valsa, tome o braço de sai dançarina, passeie um pouco com ela no salão e a conduza ao bufê; depois do que, cumprimenta-a e vai a uma outra”.<sup>69</sup>

Como herança, esta boa sociedade deixou, para os que pretendiam ascender na Republica, o ideal de comportamento a que deveriam se submeter, e para a população em geral o fascínio e o gosto pela vida em alta sociedade com todo seu aparato luxuoso, com sua boa música que fazia ecoar nos quatro cantos dos trópicos.

Esta boa sociedade transformara-se, portanto, na expressão da sociabilidade da fin-flor que, distanciada das práticas das festas de rua na tradução do Antigo Regime, estava agora marcada pelas idéias de civilização de uma distante, e ao mesmo tempo, tão próxima Europa.

---

<sup>67</sup> ASSIS, Machado. *Os melhores contos de Machado de Assis* / seleção Domício Proença Filho. – 15 ed. São Paulo: Global, 2004.

<sup>68</sup> TOUSSAINT-SAMSON, Adéle.; tradução do original francês de Maria Lucia Machado. *Uma parisiense no Brasil*. São Paulo: Capivara, 2003. P. 169.

<sup>69</sup> Idem. Ibidem. P. 170.



## 2.1 - Imagem e auto imagem da Corte

Por meio do relatos de viajantes como os de Adelle Toussaint, ou de pinturas como as de Debret, percebemos também a preocupação do Império de se mostrar ao resto do mundo. Não eram apenas nos grandes salões que os anfitriões e seus convivas desejavam ser notados, um país inteiro queria sair bem nas fotografias ou nas pinturas.

O imperador e seu império tiveram seus retratos desenhados ou fotografados pelas mãos de honrados pintores e pelos viajantes que por aqui transitaram. Independente da forma com que foram registradas, essas imagens foram construídas por estrangeiros que nos enquadravam ao mesmo tempo em que disciplinavam nosso olhar, “para que nós mesmos pudéssemos nos mirar nos espelhos da cultura importada de seus países de origem”.<sup>70</sup>

A escolha da cidade do Rio de Janeiro era unânime para representar o império. Viajantes que por ali passaram ficavam deslumbrados com as belezas naturais e com a forma com que a cidade assumiu as belezas parisienses e suas formas de interação.

Para o viajante, a impressão causada pelo olhar era o que interessava de fato para garantir as suas narrativas um teor incontestável de verossimilhança, uma vez que até 1839 o daguerreótipo ainda não tinha sido apresentado. O que os olhos fotografavam eram o que iriam passar adiante em seus diários de bordo, em seus relatos de viagens. Os olhares estavam sempre atentos a cada movimento das donzelas e escravos, a cada baile e jantares, enfim, observavam e retratavam com clareza quase classificatório tipos, costumes e normas de comportamento.

Porém, a “problemática” da subjetividade causada pelo olhar pode proporcionar ao daguerreótipo o sucesso que ele teve.

A fotografia chegou ao Brasil por volta de 1840, sendo recebida com entusiasmo pelo jornal mais popular da época, o *Jornal do Commercio*, em 17 de Janeiro do mesmo ano.<sup>71</sup> O daguerreótipo, como era então conhecido – imagem positiva direta em chapa de cobre, coberta por uma fina camada de prata, cuidadosamente polida e sensibilizada com vapores de

---

<sup>70</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe (org). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997.P. 184.

<sup>71</sup> VAINFAS, Ronaldo. Op. Cit. P. 283.



iodo – foi assim chamado para homenagear Louis Jacques Mandé Daguerre, que o apresentou na Academia de Ciências da França em 1839.

A experiência do daguerreótipo possibilitou imagens mais minuciosas e realistas, socializando retratos feitos a mão que até então se restringiam as grandes elites. O retrato fotográfico pode, no entanto, democratizar a imagem.

Por proporcionar uma representação precisa da realidade, o daguerreótipo forneceu à imagem um estatuto de técnico que lhe proporcionava objetividade e precisão, fácil manuseio, com procedimentos simples, seu uso ficou cada vez mais comum no século XIX. Sua chegada pelo Brasil foi registrada pelos jornais da época:

Finalmente chegou o daguerreótipo para cá os mares e a fotografia, que ate agora so era conhecida no Rio de Janeiro por teoria [...] Hoje de manha teve lugar na hospedaria Pharoux um ensaio fotográfico tanto mais interessante, quanto é a primeira vez que a nova maravilha se apresenta aos olhos dos brasileiros. Foi o abade Compte que fez a experiência: é um dos viajantes que se acha a bordo da corveta francesa L'Orientale, o qual trouxe condigo o engenhoso instrumento de Daguerre, por causa da facilidade com que por meio dele se obtém a representação dos objetos de que se deseja conservar a imagem [...] É preciso ver a cousa com seus próprios olhos para se fazer idéia da rapidez e do resultado da operação. Em menos de nove minutos o chafariz do Largo do paço, a praça do Peixe, o mosteiro de São Bento, e todos os outros objetos circunstantes se acharam reproduzidos com tal fidelidade, precisão e minuciosidade, que bem se via que a cousa tinha sido feita pela própria mão da natureza, e quase sem intervenção do artista.<sup>72</sup>

Nesta sociedade em que a maioria de seus habitantes era analfabeta, a necessidade da experiência visual possibilitava um novo tipo de conhecimento, mais imediato, mais generalizado, ao mesmo tempo em que era acessível e podia representar diferentes grupos sociais e não mais apenas às elites que tinham renda para financiar as pinturas de seus retratos.

A chegada do daguerreótipo pode oferecer ainda ao país mais uma maneira de se mostrar, de se representar ao resto do mundo e principalmente de mostrar que apesar de todas as mazelas, a tecnologia, o progresso material e a civilização estavam de fato ajudando a construir o ideal de um mundo novo.

Por meio de olhares, diários de bordo, pinturas e fotografias, se torna pujante o significado que a imagem possui na construção de um ideal de civilização. Como um país

---

<sup>72</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe. Op. Cit. P. 189.



pode se mostrar e ao mesmo tempo camuflar o indesejado. As imagens se tornam, portanto, narrativas que permitem transmitir o imaginário, as memórias de uma época.

As imagens do Rio de Janeiro abriam uma janela para o cotidiano oitocentista, permitindo avaliar os significados atribuídos às noções de conforto e de bem viver. Percebemos, portanto, como as imagens representadas em tal período foram relevantes para a criação e divulgação de um país que se decalca na figuração do império.

O papel da imagem era o de exaltar as belezas do Império e de seus habitantes, não visava fornecer uma cópia reconhecível dos traços da monarquia ou uma descrição sóbria de suas ações. Ao contrário, a finalidade era celebrar o império, glorificá-lo, em outras palavras, persuadir espectadores, ouvintes e leitores de sua grandeza.

Como nos lembra Solange Ferraz de Lima, a fotografia abstrai o tempo e reordena elementos do real na síntese da imagem. No caso do Rio de Janeiro imperial, as imagens eliminavam as relações sociais, justapondo-se numa colagem do real em que o progresso se equivale pelo que aparente e não por sua realidade.



### Capítulo 3

Neste capítulo falaremos sobre a vida de Machado de Assis, como o nosso autor via e transcrevia a vida na corte fluminense. Como seus personagens nos fazem enxergar personagens que realmente existiram nas redondezas do Rio de Janeiro. Como os contos machadianos são capazes de extrapolar os limites de seus periódicos e livros e nos transmitem imagens de uma época e de uma sociedade que se pretendia civilizada.

#### As vidas do Bruxo

O Bruxo do Cosme Velho ou Joaquim Maria Machado de Assis, nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 21 de Junho de 1839. Recebeu este apelido do velho amigo José de Alencar, pois este acreditava que Machado tinha o dom de ver o interior dos seres humanos, que Machado conhecia como poucos as virtudes dos homens, seus anseios, suas vontades, seus interesses, enfim, acreditava que Machado era um verdadeiro vidente da alma humana.

Mesmo sem ter acesso a cursos regulares, Machado foi cronista, contista, romancista, jornalista, dramaturgo, poeta, novelista e crítico. Aos 16 anos, em 1855, publicou seu primeiro trabalho literário, o poema “Ela”, na revista Marmota Fluminense, de Francisco de Paula Brito, de quem obteve seu primeiro emprego de tipógrafo, na citada publicação. Trabalhou na Marmota Fluminense por quase um ano e de lá saiu para trabalhar com Manuel Antonio de Macedo, o Maneco, célebre autor de *Memórias de um sargento de milícias*, na Imprensa Nacional. Maneco logo percebeu que seu empregado não levava muito jeito para seguir carreira na Imprensa Nacional, pois Machado vivia com os bolsos carregados de livros e perdia horas de serviço lendo pelos cantos. Apresentou Joaquim Maria ao jornalista Francisco Otaviano, que dirigia o jornal Correio Mercantil. Otaviano convidou Machado para ser editor de textos e ao mesmo tempo escrever em pequenos jornais, como O Espelho e Revista de Teatros. Estava prestes a completar 20 anos com a cabeça repleta de idéias, como



escreveu certa vez a Salvador de Mendonça, “íamos completar 20 anos, verdes, quentes, ambiciosos”.<sup>73</sup>

O Rio de Janeiro de 1859 começava a se entregar aos prazeres do teatro. Machado de Assis assistia a muitas peças em cartaz nos teatros São Pedro, Provisório, Ginásio, São Luis e São Januário. Joaquim Maria iniciava sua vida de crítico de peças teatrais e traduziu algumas peças do francês para o português, como *Os descontentes*, de Racine, e *O barbeiro de Sevilha*, de Rossini. Também escreveu algumas comédias como *O caminho da porta* e *O protocolo*. Mas as peças de Machado não foram tão bem recebidas quanto seus romances e contos, que o consagraram como escritor.

Em 1889, Machado de Assis lança *Páginas Recolhidas*, que seria nas palavras do próprio autor “uma diversidade de ervas, uma salada”. De fato, o livro possuía oito contos, um discurso feito na inauguração da estátua de Alencar, a peça sobre Camões “Tu, só tu, puro amor”, as memórias do “Velho Senado”, cinco crônicas, uma resenha das cartas de Renan e uma elegia em prosa a Garnier. Machado definia seus contos como “figuras que vi ou imaginei ou simples idéias que me deu na cabeça reduzir à linguagem”.<sup>74</sup>

Machado de Assis gostava de freqüentar quase que diariamente uma das mais luxuosas ruas do Rio de Janeiro, a famosa Rua do Ouvidor. Lá estava situada não só a livraria e editora Garnier, como também era ponto de encontro de damas e cavalheiros que se reuniam para comentar sobre algum ato político, sobre os saraus e bailes da cidade e sobretudo, sobre a vida alheia.

Machado retrata, na maioria de suas obras, personagens que fazem parte de seu ciclo de vida, pessoas notáveis que realmente estão presentes em cada esquina, em cada baile, em casa episódio de seu mundo.

Seus personagens quase nunca saíram de seus limites relativamente estreitos do Rio de Janeiro. Assim como na realidade, na ficção também foram raras as vezes que deixamos de presenciar o cotidiano fluminense. Em *Quincas Borba*, podemos nos deparar com duas viagens, uma para Barbacena e outra para Vassouras, curiosamente cidades que o próprio Machado esteve. Mas quando Brás Cubas teve que ir a Portugal, ao chegar, preferiu não tocar neste assunto:

---

<sup>73</sup> PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

<sup>74</sup> ASSIS, Machado. Apud. PIZA, Daniel. Opus.cit.



Já agora não digo o que fiz em Lisboa na península e em outros lugares da Europa, que nesse tempo parecia remoçar. Não, não direi que assisti às alvoradas do Romantismo, que também eu fui fazer poesia afetiva no regaço da Itália; não direi coisa nenhuma. Teria que escrever um diário de viagens, e não umas memórias, como estas são, nas quais só entra a substância da vida <sup>75</sup>

Por mais que Machado nunca tenha deixado o Brasil, a influência européia fazia visitas diárias às suas obras. O estilo de vida da burguesia européia constituiu, durante todo o Segundo Reinado, como um modelo civilizado a ser adaptado pela sociedade fluminense; as casas eram construídas e decoradas de acordo com o estilo Europeu, como é o caso de Agostinho e Santos de Esaú e Jacó, e era considerado o cúmulo da elegância ter criados franceses ou espanhóis, como Rubião, em Quincas Borba, que também chega ao requinte de usar chinelas tunisianas. Notamos, portanto, inclusive nas obras de Machado a influência européia a que se submetiam os personagens de sua sociedade.

Ao assumir um ponto de vista fundamental sobre a condição humana, a partir de uma linguagem polissêmica, os contos de Machado vêm assegurando sua permanência e atualidade. Ao dizer de um tempo, se diz na verdade de vários tempos, integrando passado, presente e futuro. Assim cada novo leitor, armado de seu arsenal cultural, de seu olhar subjetivo, poderá ser capaz de identificar, nas entrelinhas de cada obra, emoções adormecidas, sonhos ainda desconhecidos e até mesmo se identificar com personagens, lugares, histórias de amor, séculos passados ou que ainda estão por vir.

Nesse contar de vidas a que Machado se propõe, consegue, por meio da simulação do particular, atingir dimensões de universalidade. Seus personagens ultrapassam os próprios limites individuais e fictícios, para se converterem em metonímias do homem do ocidente.

Esta preocupação se torna ainda mais latente em seus contos. Nestes, o que importa é ainda a atitude e o sentir de seus personagens, mais do que as ações, a trama ou o espaço.

Ao satirizar o comportamento subserviente de seus personagens, seja com instituições, dinheiro, status social, ou até mesmo relacionado a outros personagens, Machado não referenda: denuncia, embora não acuse diretamente.

---

<sup>75</sup> ASSIS, Machado. Op. Cit. P. 63.



Em outras palavras, seus contos, distribuídos pelos vários livros publicados em diversos momentos e variados jornais, tratam do autoritarismo, das imposições sociais como determinante do comportamento dos indivíduos.

### **3.1 – Os contos machadianos: luxúria e civilidade**

O ano de 1864 marca o início da carreira de Machado de Assis como contista. Foi por meio da publicação do conto “Frei Simão” no *Jornal das Famílias* que o autor começou a investir sistematicamente no gênero, sempre se dirigindo “às leitoras” com vários pseudônimos como Job, Victor de Paula, Max, Máximo e Lara, além das iniciais M.A. o que tornava difícil lhe atribuir com precisão a autoria dos 218 contos.

No mesmo ano a História do Brasil foi marcada pelo início da Guerra do Paraguai também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança. O conflito militar deflagrado em Dezembro de 1864, foi o mais importante e sangrento dentre todos os ocorridos na América Latina ao longo do século XIX. O Tratado tinha caráter militar e político, pois determinava a retirada do ditador Francisco Solano Lopez e de seus familiares do poder no pós-guerra, bem como definia quais seriam as fronteiras do Paraguai com a Argentina e o Brasil em favor destes.

A guerra mudaria o curso da história imperial. Trouxe à tona o despreparo do Exército brasileiro que mal armado, com fardas díspares, constituiria, junto com a Guarda Nacional, 75% dos efetivos brasileiros no conflito e tiveram 45% de baixas. Dentre eles estavam libertos e escravos que substituíam seus amos, pois era uma maneira de garantir a eles a alforria imediata. Parte da oficialidade do Exército saiu da guerra convencida de que a Monarquia não lhe dava o valor devido. Em 1870 o Brasil venceu o Paraguai adensando um sentimento patriótico sob o manto imperial, porém a monarquia saíria do campo de batalha com o destino selado.

Machado de Assis escreveu numa crônica de 1894, já na República uma frase que se ajustava perfeitamente a este momento pós-guerra: “Não há dúvida de que os relógios, após a morte de Lopez, andam muito mais depressa”<sup>76</sup>

---

<sup>76</sup> VAINFAS, Ronaldo (organizador). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. P. 125



A vida de Machado neste período estava sendo tomada por uma série de publicações de sua primeira antologia de poemas, *Crisálidas*. 1864 foi também o ano da morte de Gonçalves Dias, um de seus melhores amigos. Nesta época Machado ainda tecia grandes elogios a Dom Pedro II e a sua corte, sobre ele escrevia na *Semana Teatral*:

No coração magnânimo e grandioso daquele que sabiamente dirige os nossos destinos, há centelha sagrada, que dá vida às letras e às artes, há o desejo patriótico de tornar o seu reinado ilustre e de perpetua memória.<sup>77</sup>

O conto *A pianista* que data desta mesma época e publicado pela primeira vez no *Jornal das Famílias*, talvez seja um dos contos em que Machado mais transmite aos seus leitores a imagem que tinha da corte, da elegância e do que viria a ser civilizado em tal período. Passado entre a alta burguesia carioca, o conto narra a tentativa de uma professora de piano, Malvina, de se inserir no meio desta vida cortesã que tantos almejavam. Para tanto, lecionava para os filhos de grandes proprietários e neles depositava toda a chance de se ascender socialmente.

De família modesta, Malvina fazia de suas aulas de piano uma maneira de proporcionar a ela e a mãe uma vida mais confortável. Seu pai havia morrido pobre deixando para Malvina e sua mãe apenas as lembranças de uma vida luxuosa.

Malvina era uma mulher de 22 anos alta e formosa como o próprio autor a descreve. Morena e modesta era estimada por todos os lugares pela distinção de suas maneiras, pela delicadeza de seu linguajar e pela beleza rara e fascinante que possuía. Ser bonita neste período parecia um pré-requisito de todas as personagens de Machado de Assis. Uma vez que a maioria de suas mulheres buscava seu lugar ao sol da corte, ser bela era fundamental.

As personagens femininas do Rio de Janeiro imperial que decoravam seus manuais de etiqueta sabiam que para serem bem aceitas nos grandes bailes e saraus da corte tinham que andar sempre bem vestidas, bem maquiadas, penteadas, tomar banho todos os dias e falar manso com uma delicadeza impar como o próprio Código do Bom-tom recomenda:

A primeira coisa que deves fazer depois de te lavar é arranjar o cabelo; e se por algum incidente o não puderes fazer logo pela manhã ponha uma touca ou coífa

---

<sup>77</sup> PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005. P. 105.



com que escondas teu desalinho. Não há objeto mais desagradável do que uma mulher desgrenhada ou mal penteada<sup>78</sup>

Por ser tão estimada e querida, Malvina era aceita nos saraus e jantares das famílias da corte, não só como pianista, mas como conviva elegante e fazia questão de levar sua mãe nestas grandes reuniões.

Entre as famílias onde Malvina exercia as suas funções de pianista, no ano de 1850, estava a família de Tibério Gonçalves Valença.

O autor, que neste caso é também o narrador, nos conta que nesta época o tal Tibério estava então com 50 anos de idade, ou seja, nascera com o século e quando da chegada da família real portuguesa ao Brasil, o menino contava 8 anos de idade. Tibério acompanhou de perto a chegada da realeza de toda a sua pompa e assim como seu pai que era homem influente na capital, aprendeu a adorar tudo quanto respirava nobreza.

A família real aportou na cidade do Rio de Janeiro em 1808 e nesta mesma época, o pai de Tibério, Basílio Valença, tomou parte ativa na alegria geral e sincera com que o príncipe regente foi recebido pela população da cidade.

Portanto, Basílio Valença apreciava muito mais os diferentes figurões que acompanhavam a monarquia portuguesa do que os representantes da real nobreza bragantina. Admirava-os porque queria fazer parte daquele desfile, ser daquela comitiva, era até mesmo capaz de repetir sem vacilar todos os graus de ascendência fidalga.

Basílio adorava tanto os fidalgos que cedeu sua própria casa para que esta fosse a residência temporário dos nobres que acompanhavam o príncipe regente.

A polícia do Rio de Janeiro quando soube da chegada da comitiva imperial ordenou um decreto aos moradores das melhores casas despejando-os por tempo indeterminado e os proprietários eram obrigados a se mudarem para lugares mais humildes, tudo para alojar os fidalgos portugueses. Basílio nem esperou pelo decreto, tratou logo de ceder sua casa aconchegante, perto do que seria mais tarde o Poço Imperial e foi satisfeito para outra residência de menor valia e de mesquinho aspecto.

---

<sup>78</sup> ROQUETTE, J.I; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). *Código do bom-tom ou regras de civilidade e de bem viver no século XIX* {1875}. São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 1997. P. 380.



Tibério Valença cresceu e foi educado nestas tradições. O pai inspirou no filho as mesmas idéias e admirações, ânsia pela riqueza e pelo status. Admirava os brasões e por eles ansiava.

Lilia Schwarcz nos conta o quanto era comum nos oitocentos a doação de brasões e títulos de nobreza por parte de D. Pedro II. Os critérios para a concessão destes títulos e demais mercês nunca tiveram de fato uma regulamentação legal específica. Porém, para a aquisição da carta de brasão, de títulos de tratamento e de cargos na casa Imperial pagava-se o imposto do selo. No decorrer do século foram inúmeros os decretos modificando o valor destes impostos, mas o certo é que esta compra e venda de status envolveria quantia significativa aos bolsos da monarquia.<sup>79</sup>

A historiadora nos conta ainda que depois de tantas despesas, os titulares contavam com certa proteção até mesmo por parte da polícia uma vez que o uso indevido de títulos, condecorações e brasões podia acarretar em prisão ou pagamento de multa. Em 1871, o crime foi qualificado de estelionato e punido como tal.<sup>80</sup>

As mulheres também eram agraciadas com tais títulos, claro que perto dos brasões masculinos, os títulos femininos eram irrisórios. Mas um exemplo claro desta “premiação” foi o de Mariana Carlota de Werna Magalhães Coutinho, que cuidou de D. Pedro I quando era criança e foi também camareira-mor do Poço, recebeu então, o título de condessa de Bulmonte em 1844 e também foi nomeada dama da imperatriz.

Um ótimo exemplo deste costume bastante usual no Império brasileiro está no romance *Esaú e Jacó*. Em que a personagem Natividade, no dia de seu aniversário, estranha a ausência de cumprimentos e da costumeira jóia que Santos, o marido, anualmente lhe ofertava.

[...] Nada. Então sentou-se, e, abrindo a folha, ia dizendo consigo: “Será possível que não lembre o dia de hoje? Será possível?”. Os olhos entraram a ver à toa, saltando as notícias, tornando atrás...

Defronte o marido espreitava a mulher, sem absolutamente importar-lhe o que parecia ver. Assim se passaram alguns minutos. De repente, Santos viu uma expressão nova no rosto de Natividade os olhos dela pareciam crescer, a boca entreabriu-se, a cabeça ergueu-se, a dele também, ambos deixaram a cadeira, deram dois passos e caíram nos braços um do outro, como dois namorados

---

<sup>79</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998. P. 172.

<sup>80</sup> Idem. *Ibidem*.



desesperados de amor. Um, dois, três, muitos beijos. Pedro e Paulo, espantados, estavam ao canto, de pé. O pai quando pôde falar, disse-lhes: - Venham beijar a mão da senhora baronesa dos Santos.

Não entenderam logo. Natividade não sabia que fizesse; dava a mão aos filhos, ao marido, e tornava ao jornal para ler e reler que no despacho imperial da véspera o Sr. Agostinho José dos Santos fora agraciado com o título de Barão dos Santos. Compreendeu tudo. O presente do dia era aquele; o ourives desta vez foi o imperador.[...] <sup>81</sup>

No conto A pianista o autor não é tão diferente ao demonstrar a admiração de seus personagens por estes títulos de nobreza. Tibério Valença acreditava que esta sua afeição pelas famílias afidalgadas dava-lhe o direito de penetrar no círculo fechado dos velhos brasões, e nesse sentido tratou de educar igualmente seus filhos.

Se Tibério não queria admitir em sua família alguém que julgava estar abaixo dele, por outro lado pretendia de todas as maneiras fazer parte das famílias nobres de que ele se achava evidentemente mais baixo. Ou seja, sua vaidade só o fazia pensar em misturar seu vulgar sangue vermelho ao melhor sangue azul das veias fidalgas.

Com o passar dos anos o Brasil foi vivendo uma série de modificações e miscigenações tornando quase uma raridade encontrar uma família onde todos descendessem de nobres e fidalgos. Isso fez com que até mesmo as exigências de Tibério mudassem consideravelmente. Ao invés de aspirar uma linhagem de puro sangue nobre, Tibério queria apenas uma fortuna regular. Para tanto, tratou logo de regular, não só o futuro, mas também o coração de seus filhos como uma figura paterna de sua época.

O filho de Tibério, Tomás Valença, nasceu nesta época mais tolerável de seu pai, porém não compartilhava de suas idéias, uma vez que recebia influência de outros tempos e podia recebê-las em virtude de sua liberdade e das companhias que escolheu.

Malvina aparece neste elegante cenário como a simples professora de piano de Elisa, a filha mais jovem de Tibério Valença. Como não haveria de ser diferente, Malvina também era muito estimada nesta casa. Ouvia de sua aluna todas as confissões e segredos de seu coração. À essas aulas assistia também Tomás que não muito interessado nas lições de piano, se interessou e se apaixonou pela professora de sua irmã. Malvina também não pode conter a paixão e das aulas para o namoro não demorou muito tempo.

---

<sup>81</sup> ASSIS, Machado. *Contos completos*. Organizados por Djalma Moraes Cavalcante. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003, p. 148.



Tibério Valença não demorou a descobrir o romance do filho com a simples professora de piano e tratou logo de separar o casal demitindo incivilizadamente a jovem Malvina de suas vidas. Alegou aos filhos ter demitido a moça, pois prezava muito pela riqueza de ambos e não queria ver seu nome ser adotados pela filha de um rábula. “ É essa pianista, cuja modéstia todos são unânimes em celebrar, mas que eu descobro agora ser apenas uma rede que ela arma para apanhar um casamento rico” (P. 398)

Machado vai a fundo na questão dinheiro versus amor ao nos falar da dúvida de Tomás quando o pai ameaça tirar todos os bens do filho se ele voltar a ver Malvina. O jovem alega então que preferia ficar sem a pianista do que perder a afeição de seu pai, quando na verdade prefere ficar sem a pianista mas com a fortuna de sua família. O pai envia apenas um bilhete a Malvina dando por encerrada as aulas de piano de Elisa e tratou logo de afastar o filho da corte por alguns meses, de maneira que a ação do tempo pudesse apagar o amor e a imagem da jovem pianista.

Os dois amantes ficam distantes por algum tempo, mas o conto termina com eles casados em uma humilde casa e o pai, mesmo tendo que engolir a seco a decisão do filho, se mostra arrependido e resolve ajudar o casal. Machado transmite ao leitor o que pretende com este conto ao escrever: “...a natureza pode comover a natureza, e uma boa ação tem a faculdade muitas vezes de destruir o preconceito e restabelecer a verdade do dever”.<sup>82</sup>

Mais do que frisar a beleza feminina ou a vida na corte, este conto vem mostrar ao leitor a tentativa da burguesia oitocentista de se enquadrar em uma sociedade cada vez mais exigente e ansiosa por luxos, fortunas e brasões. Seja por meio do pai de família fissurado pela fidalguia, ou pela jovem pianista preocupada com sua imagem na corte e em manter um status dentro dela.

E não foi apenas neste conto que Machado vem mostrar como a beleza era algo fundamental para as mulheres que desejavam atingir um degrau cada vez mais alto nesta sociedade.

Também podemos perceber nos contos selecionados, a forte influência européia tão característica de modos e modas da época dos oitocentos machadianos. Como é o caso, por

---

<sup>82</sup> Idem. Ibidem. P. 415.



exemplo da personagem D. Camila e Ernestina que Machado retrata no conto *Uma Senhora*, de 1823. Duas mulheres, que na tentativa de se inserirem nesta sociedade europeizada que se transformava, a passos longos, experimentavam, nos novos espaços de convivência e interação, uma rica desenvoltura de comportamentos de regras de estar junto, de atitudes, de sentimentos, e de gestos cuidadosamente apreendidos e representados os quais, em momento algum, negam ou contra os quais se queixam.

Neste conto publicado pela primeira vez em *Histórias sem data*, no ano de 1883, Machado de Assis continua sua crítica em torno do troca-troca de favores entre conservadores e liberais. Machado explica o título de *Histórias sem data* pelo fato de as histórias tratarem “em substâncias, de cousas que não são especialmente do dia, ou de um certo dia”.<sup>83</sup>

Os textos ali reunidos mostram um Machado mais preocupado com questões filosóficas como Deus e o diabo, o amor e a morte; o conflito entre indivíduo e sociedade e a forte influência européia tão característica.

Neste ano de 1883 Machado continuava inserido às altas rodas fluminenses. Era diretor da biblioteca do clube Bethoven, composta exclusivamente por homens, onde se cultivava música e xadrez e se liam os jornais ingleses, franceses, alemães e italianos.

A produção literária de Machado ganhava força enquanto a imagem do imperador do Brasil, Dom Pedro II, perdia cada vez mais seu prestígio. No Brasil, o carnaval de 1883 foi marcado por uma alegoria crítica ao monarca e o mostrava em um carro alegórico sozinho, e abaixo dele a frase: “roubaram-lhe tudo”. Uma ironia ao episódio sintomático que ficou conhecido como “o roubo das jóias da coroa”, ocorrido um ano antes.

Na noite do dia 17 para o dia 18 de Março de 1882, diversas jóias da imperatriz Teresa Cristina desapareceram do Paço. Eram duas caixinhas com artefatos no valor de quarenta contos de réis, furtadas enquanto D. Pedro estava em Petrópolis. Os autores logo foram descobertos: dois irmãos, Manuel e Pedro que trabalhavam no Paço. Eles confessaram a culpa e as jóias foram encontradas dentro de latas de manteigas enterradas no terreno da casa de Manuel. Os jornais e o carnaval se encarregariam de criticar e satirizar o governo e este fatídico episódio.

---

<sup>83</sup> ASSIS, Machado. Apud PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005, p. 234.



A baixa popularidade do monarca só crescia. Jornais como *O mosquito* e o *Mequetrefe* e chargistas como Ângelo Agostini o tinham como alvo constantes. Seus apelidos variavam de Pedro Banana, Pedro Caju, entre outros. Suas diversas e longas viagens e os gastos excessivos da monarquia renderiam críticas cada vez mais severas.

Prestes a completar 60 anos, o imperador parecia não ligar tanto para sua imagem. Dormia nas reuniões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e nas reuniões do colégio Dom Pedro II. Se dizia a favor da abolição, mas pouco fazia por ela. Era criticado tanto pela igreja, que via com maus olhos sua ligação com os maçons, quanto pelos militares que não entediavam seu desinteresse pelas ciências e engenharias. Era acusado de ter várias amantes, chegando até a ser comparado ao seu pai.<sup>84</sup>

Se para o imperador o ano ia mal, para Machado os anos de 1882 e 1883 foram marcados pelo seu sucesso como contista. Apesar de um problema de saúde que o fez passar dois meses em Petrópolis, sua produção literária foi impressionante neste período. As vitrines de seus contos, além de artigos, críticas e poemas foram *A Estação* e *Gazeta de Notícias*.

O conto *Uma senhora* é marcado mais uma vez por esta questão da beleza feminina, pela angústia de uma mãe em querer arranjar logo um casamento para sua filha, de preferência com um bom partido afortunado que leve logo a família para os grandes salões da corte. Neste caso, mais uma vez o autor é o próprio narrador. Machado nos fala a respeito de duas personagens principais, Ernestina e Dona Camila, que no auge de seus 36 anos morre de medo de envelhecer. Apesar de caminhar serena e bela pela casa dos 30, o castelo dos 20 anos não a deixava ir embora.

Cada vez que Dona Camila queria ir-se embora, eles pediam-lhe muito que ficasse, e ela ficava. Vinham então novos folguedos, cavalhadas, música, dança, uma sucessão de coisas belas, inventadas com o único fim de impedir que esta senhora seguisse seu caminho”.<sup>85</sup>

Aparentava sempre uma juventude e uma beleza sem igual. Era muito “espigada, quieta, com uns modos naturais de uma senhora” de seu tempo.

Como nos fala Mary Del Priore, em *História das Mulheres do Brasil*, as senhoras de tal época deveriam ser elegantes, sempre bem vestidas e com os cabelos ornamentados de acordo com a moda parisiense, principalmente para alcançar um casamento favorável para a

---

<sup>84</sup> VAINFAS, Ronaldo. (organizador). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

<sup>85</sup> Idem *ibidem*. P. 49.

moça e sua família. <sup>86</sup>Era necessário ser bela e saber todas as atividades consideradas civilizadas, como tocar piano, cozinhar, para poder ter um ótimo matrimônio. E isso se torna ainda mais latente quando nos deparamos com anúncios de jornais da época onde as mães de moças, consideradas já atrasadas em relação ao casamento, divulgavam os dotes de suas filhas, nos chamados classificados.

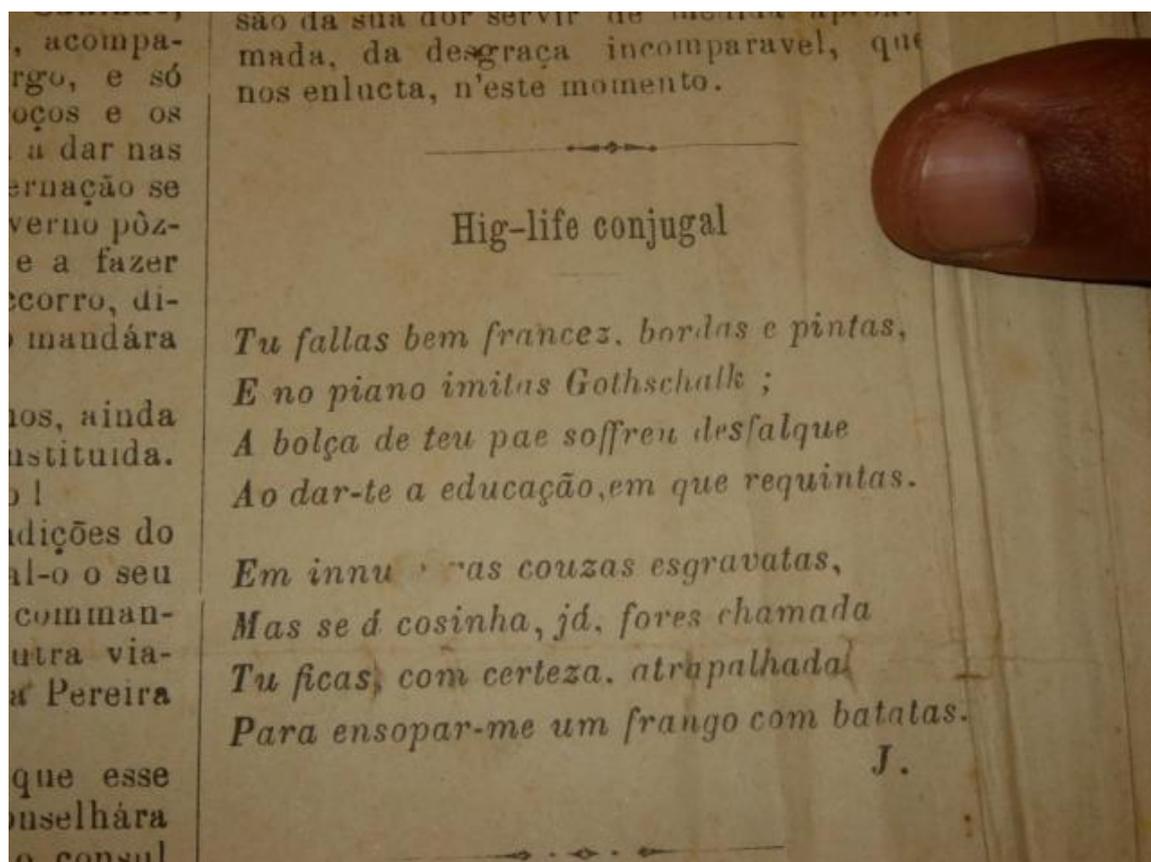


Foto tirada na Academia Brasileira de Letras. Jornal das Famílias. 1856.

A mulher rompia o confinamento doméstico e abria o leque para um convívio social mais amplo. Passava a ter papel relevante tanto na vida privada da família, quanto no encargo de recepções e outras aparições públicas. Deveria possuir todas as virtudes domésticas e ser versada nos modismos considerados elegantes como cantar, tocar piano e falar uma língua estrangeira.

A imagem de Dona Camila apresentada pelo autor, era do tipo de moça que se enquadrava perfeitamente às tão esperadas regras de civilidade a que uma senhora do século

<sup>86</sup> DEL PRIORE, Mary. História do amor no Brasil. São Paulo: Contexto, 2005.



XIX haveria de se submeter, ou seja, tocava piano, prática bastante estimada às senhoras da burguesia fluminense. Conforme o Código do Bom-Tom de J. I. Roquette, era de bom costume que uma senhora distinta tivesse em seu lar um piano e que soubesse agradar seus convidados com belas melodias.

Era imprescindível, conforme as regras, que as senhores soubessem ao menos uma música que divertissem os que a cercavam ao redor do instrumento.

Trata de tocar otimamente as contradanças, as valsas, os galopes e toda a mais musica que é feita para dançar. Asseguro-te, minha filha, que te não faltarão aplausos e palmas: o acompanhador e o menestrel são sempre recebidos com aclamações quando chegam e deixam saudades quando se retiram.<sup>87</sup>

Freqüentava com grande euforia os bailes e saraus e adorava receber convidados em sua casa. Dona Camila recebia de bom grado qualquer elogio, mas tinha o cuidado de não deixa-lo aparentar vulgaridade, seguindo exatamente os preceitos de Roquette em seu manual, quando este adverte:

É necessário, minha filha, que a este respeito tomes uma firme resolução: se se puder supor que tua vontade tem alguma parte no efeito que produzes, se se crer que contribuis dalgum modo para que os homens olhem para ti com particularidade, e que buscas suas homenagens, serás declarada leviana, garrida e namoradeira, o que tudo se inclui na palavra francesa *coquette*, que mui conheces, e que é o oposto de sisuda, modesta e recatada, que são os mais preciosos dotes duma donzela. E não só terás esta triste fama, mas supor-te-ão sujeita à inveja, ao ciúme, à mentira e a todas as miseráveis baixezas da vaidade, e aos insuportáveis caprichos e devaneios que lhe formam o cortejo.<sup>88</sup>

Dona Camila e sua filha Ernestina pareciam zombar de qualquer rastro de velhice ou de qualquer traço que pudesse chegar com ela. Eram lindas e educadas, decentes e adoradas por todos a sua volta.<sup>89</sup>

Como era de costume, segundo o Código do Bom-Tom, uma mulher podia perfeitamente chamar a atenção dos demais cavalheiros e damas, por sua beleza, com um olhar sutil, jamais com gargalhadas de risos ou caretas e trejeitos.<sup>90</sup>

---

<sup>87</sup> ROQUETTE, J.I; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). *Código do bom-tom ou regras de civilidade e de bem viver no século XIX {1875}*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 1997. P. 186

<sup>88</sup> Idem. Ibidem. P. 381

<sup>89</sup> Idem. Ibidem.

<sup>90</sup> Idem. Ibidem.



A mulher não deveria jamais, segundo o Código, provocar o ódio e a má vontade de qualquer pessoa que fosse. O ideal era exatamente este de Dona Camila e Ernestina, ser bem quista e reconhecida por sua beleza e simpatia onde quer que fossem.

Em toda parte onde fores, debes fazer todos os esforços possíveis para seres amável, de boa índole, agradecida com todos os que te tratarem bem, e acima de tudo mostrar sempre uma ótima aparência.<sup>91</sup>

Ótima aparência é também sinônimo de beleza e assim Dona Camila e Ernestina faziam questão de se mostrar para a sociedade. Uma vez que a grande preocupação das regras de civilidade era agradar o próximo, nada mais agradável do que ter diante dos olhos figuras belas para admirar-lhes a beleza e os bons costumes.

Segundo Roquette, “as rugas de qualquer acidente que deforme o rosto” deveria ser evitada a todo o momento por uma jovem que desejasse sempre se manter bela. Para tanto, Dona Camila gastava tantos minutos em frente ao seu espelho se maquiando e se penteando para tentar esconder qualquer traço da idade que insistia em avançar.<sup>92</sup>

Machado faz questão de frisar a pele “cor de leite, fresca, inalterável...”, “... seus cabelos negros, olhos castanhos e cálidos.

Tinha as espáduas e o colo feitos de encomenda para os vestidos decotados, e assim também os braços, que não digo que eram os da Vênus de Milo, para evitar vulgaridade, mas provavelmente não eram outros.<sup>93</sup>

Sabiam de suas belezas, não só porque assim os diziam todos os olhares que as cercavam, fossem os rapazes ou até mesmo outras damas, mas simplesmente sabiam pelo instinto que a beleza possui.

Dona Camila era casada com um certo senhor ruivo, cujo nome Machado não revela, talvez por não acreditar na importância de tal figura, uma vez que os personagens femininos prevalecem neste conto.

Machado tinha consciência das regras de civilidade de seu tempo, e deveria saber que estas visavam atingir mais às mulheres, uma vez, que a Igreja Católica, elaboradora e propagadora de Códigos de civilidade, via o sexo feminino como detentor de pecados natos que deveriam ser camuflados para não deixar os homens caírem em tentações. Portanto, a

---

<sup>91</sup> Idem. Ibidem. P. 50

<sup>92</sup> Idem. Ibidem.

<sup>93</sup> ASSIS, Machado. Op. Cit.



tentativa de Machado de não valorizar tanto os personagens masculinos, possa ser uma crítica a esta sociedade que não permitia tanto às mulheres de se mostrarem ao público. Uma sociedade que estava aos poucos se acostumando com a idéia européia das mulheres participarem de questões políticas e de outros assuntos que circulavam pelo mundo masculino.

Como nos fala mais uma vez Ádele Toussaint, “as mulheres não participavam de debates sobre todas as questões sociais, como políticas, literárias, e artísticas nos salões”<sup>94</sup>, e Machado parece querer retratar o oposto a isso, suas mulheres são marcantes, fortes e às vezes, autoritárias. Exemplo disto é o trecho em que D. Camila descobre que o jovem Ribeiro, primeiro pretendente de sua filha Ernestina, rapaz inteligente e educado, herdeiro de uma tia que residia no Cantagalo. Uma ótima oportunidade para Ernestina mudar-se para os Estados Unidos, uma vez que o jovem rapaz esperava por um despacho do ministro do estrangeiro. Porém, Dona Camila, temendo ficar distante de sua metade ainda jovem, não permite separar-se de sua filha. O marido de D. Camila nem tenta argumentar sobre as vantagens do possível genro, simplesmente acata a decisão da esposa e vai dormir.

O que interessava para D. Camila era casar Ernestina com um rapaz tão adorável quanto o senhor ruivo, que eles fossem tão felizes e enamorados quanto eles era. Enfim, Ernestina deveria dar à mãe o prazer de vê-la levar uma vida tão bonita e doce quanto a dela, e para tanto, D. Camila se encarregava de escolher seus vestidos, penteados e claro, seu noivo.

Interessante perceber neste conto, a maneira como a mãe transfere para sua filha suas vontades, seus anseios sua angústia de sempre parecer jovem, pois se a filha envelhecesse, ela envelheceria junto. Para tanto, “Dona Camila prolongou, quanto pôde, os vestidos adolescentes da filha, conservou-a no colégio até tarde, fez tudo para proclamá-la criança.”<sup>95</sup>

Mas infelizmente, o tempo não parou para que D. Camila pudesse dançar mais uma polca no castelo dos 30 anos. E chegou a vez de Ernestina, moça feita, entrar radiante em seu primeiro baile. Os olhares e admirações agora eram voltados para Ernestina e sua mãe não pode deixar de sentir uma pontada de inveja e de, mais uma vez, o medo preencher seus pensamentos.

---

<sup>94</sup> TOUSSAINT-SAMSON, Adèle.; tradução do original francês de Maria Lucia Machado. *Uma parisiense no Brasil*. São Paulo: Capivara, 2003.

<sup>95</sup> ASSIS, Machado. *Contos completos*. Organizados por Djalma Moraes Cavalcante. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003, p. 51.



Os personagens do conto Uma Senhora parecem demonstrar grande afeição por status social, principalmente quando falam do primeiro pretendente de Ernestina, o jovem Ribeiro, que aparenta ser uma ótima pessoa, uma vez que “falavam muito bem dele na academia” e a possibilidade de vir a ser herdeiro da citada tia do Cantagalo.

Status social em uma sociedade como a fluminense do século XIX, era garantia de uma vida social prazerosa, ainda mais perto da corte e que ainda vinha acompanhada de mais luxo e civilidade, todos queriam ser senhores, ninguém queria servir. Nesta sociedade hierarquicamente diferenciada, marcada pela ambição da mudança, só havia espaço, mesmo, para a alta burocracia e para a burguesia emergente.

Apesar de Machado estar nos falando sobre o ciclo da vida, sobre o tempo, neste conto também percebemos elementos da psique-humana, como a inveja, a culpa e a vaidade obsessiva. Dona Camila tenta a todo momento aparentar uma juventude esplendorosa e à medida que sua filha se torna mais velha, Machado faz questão de frisar que nem a filha consegue ser mais bonita que a mãe, D. Camila se sente insegura com os anos que estão chegando para ela também. E quando repara na beleza e na doçura de sua filha, não deixa de sentir inveja e a culpa decorrente de tal sentimento.

Machado retrata muito neste conto o contexto de sua época, não nos fala sobre o governo, sobre o Rio de Janeiro, mas ainda assim cita o bairro do Cantagalo, a importância de frequentar e ser visto em um baile ou em sarau. Mais importante que isso, Machado satiriza a obsessão feminina em aparentar beleza, vaidade e certas regras que denotem a civilidade a ser seguida.

Personagens como Dona Camila e Ernestina, circulavam com frequência pelas ruas do Rio de Janeiro oitocentista se fazendo notar por sua elegância tanto nos trejeitos e gestos, quanto nos vestidos e penteados.

Os gestos civilizados esgueiravam-se pelas trinchas das janelas ou sobrevoavam o abanar dos leques. A todo o momento o que se viam pelos bailes e ruas da corte, eram senhoras como Dona Camila e Ernestina, que decoravam seus manuais de civilidade para poderem se inserir nesta sociedade que parecia sempre ter vivido na corte e para a corte, tal era a sua adaptação aos mandamentos vindos de Paris.

Eram muitos os esforços para limitar e civilizar o corpo, os gestos, os trejeitos, as falas, enfim, toda e qualquer maneira de lidar com o próximo. Quanto mais as mulheres



aparentassem um falar suave, uma beleza juvenil e discreta, uma elegância conforme os ecos parisienses, mais se fazia notar pela sociedade de corte.

A famosa e já citada Rua do Ouvidor era o ponto de encontro de tais senhoras, sem contar os bailes e saraus que adoravam freqüentar. Em tais bailes cabia a mulher “fazer toda a diligência para não esqueceres a ordem das contradanças prometidas, e bom será, se puderes, que as notes no leque ou numa carteirinha”.<sup>96</sup>

Dona Camila encontra então seu primeiro fio de cabelo branco em meio a seu belo penteado a moda *Stuart*. Trata logo de arrancá-lo proferindo as palavras de Lady Macbeth “*Out, damned spot! Out!*” Lady Macbeth é uma personagem de Shakespeare, fria e calculista que, na interpretação de diversos estudiosos da obra, faz a cabeça do marido para assassinar seus inimigos e então se tornar rei da Escócia.

Percebemos mais uma vez a questão do autor de valorizar as virtudes femininas em vários aspectos. Seja na beleza ou nos artifícios que usa para manipular seu companheiro. O marido está em uma segunda estância, atrás de toda autoridade, da presença marcante do sexo feminino.

Nem a beleza eterna das deusas ou o poder demoníaco das bruxas podem ser descartados às senhoras de ambas as obras. Elas têm poder suficiente para transitar de um pólo a outro. Lady Macbeth e Dona Camila souberam ser esposas e estrategistas ao mesmo tempo, valendo-se de todas as possibilidades para fazerem com que os respectivos maridos se mantivessem calados a todo o momento, sempre abaixando a cabeça para qualquer “ordem” de suas mulheres.

O conto termina com Ernestina casada e mãe de uma linda criança. Dona Camila e uma preta, como diz Machado, se encarregam de cuidar do bebê. A senhora continuava bela, porem abandonou a casa dos 30 anos e até mesmo dos 40. Era agora uma avó, que todos acreditavam ser a mãe da criança, e talvez esta fosse realmente a intenção de Dona Camila. Como não poderia mais parecer irmã, que ao menos aparentasse ser mãe e ainda jovem, e ainda com a mesma beleza que o tempo se encarrega de modificar. O mesmo tempo que um dia fez Dona Camila dançar, sorrir e se assustar com um mísero fio de cabelo branco.

---

<sup>96</sup> ROQUETTE, J.I; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). *Código do bom-tom ou regras de civilidade e de bem viver no século XIX* {1875}. São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 1997, p. 150.



No conto D. Benedita, cujo título carrega o nome da personagem principal, o narrador mais uma vez é o próprio Machado e direciona sua narrativa especialmente às leitoras.

O conto se passa no ano de 1869, quando D. Benedita está completando 42 anos, apesar de não aparentar, como diz o próprio autor: “... nem eu a cito, senão para dizer, desde logo, que D. Benedita foi sempre um padrão de bons costumes”.<sup>97</sup> Uma vez que D. Benedita sabia receber como poucos seus convidados, tratando-os com toda a cordialidade que uma senhora de seu tempo deveria fazer.

As civilidades domésticas pautavam as relações entre amigos, filhos e pais, maridos e esposas, criados e patrões. Era necessário saber conversar, saber se comportar a mesa, os talheres que deveriam ser usados, os gestos, enfim, atitudes que hoje nos parecem triviais, mas que em nosso passado foram mandamentos fundamentais para uma inserção social.

Os jantares eram perfeitos espaços de convivência, onde os convidados e os anfitriões poderiam demonstrar compostura, decoro e todo aprendizado que obteve por meios de seus manuais. Não é a toa que Machado inicia o conto narrando o jantar de aniversário que a personagem principal está oferecendo aos seus amigos e familiares, aproximadamente 20 ou 25 pessoas.

Além disso, vêm-se ali, à mesa, uma moça, um rapaz, seus filhos; este é, decerto no tamanho e nas maneiras, um tanto menino; mas a moça, Eulália, contando dezoito aos, parecer ter vinte e um, tal é a severidade dos modos e das afeições.<sup>98</sup>

Quando parece concordar com os preceitos descritos no Código do Bom-Tom de Roquette, quando este afirma que...

... os convivas devem passar a noite na casa onde jantaram, e só por motivos graves poderão dispensar-se deste dever, mas quando assim aconteça pede a política que advertam antes os senhores da casa da razão que os obriga a ficarem privados daquela honra; porém, nunca se retiram senão uma hora depois do jantar, e quando assim o não possam fazer, é melhor que não aceitem”.<sup>99</sup>

---

<sup>97</sup> ASSIS, Machado. *Contos completos*. Organizados por Djalma Moraes Cavalcante. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003, p. 57.

<sup>98</sup> Ide. Ibidem. P. 58

<sup>99</sup> ROQUETTE. Ibidem, p. 223.



E assim fizeram os convidados de Dona Benedita, ficaram até tarde da noite, brindaram, tomaram chás e durante o jantar, como era de bom-tom, a anfitriã confiou a um dos convivas, o cônego Roxo, trincar o peru.

O cônego levanta-se para trincar o peru. D. Benedita acatava esse uso nacional das casas modestas de confiar o peru a um dos convivas, em vez de o fazer retalhar fora da mesa por mãos servis, e o cônego era o pianista daquelas ocasiões solenes.<sup>100</sup>

Neste trecho percebemos como esta reunião aponta regras que um outro cônego, desta vez o nosso já conhecido J. I. Roquette faz questão de transmitir para seus filhos. Em seu manual, Roquette deixa claro a importância de se saber trincar, pois “podeis um dia vir a ser donos de casa, senão porque podeis ser rogados alguma vez para o fazer em casa alheia”.<sup>101</sup> E era de muito mau gosto dizer não a um pedido do anfitrião.

E assim Roquette prossegue ensinando como trincar diferentes tipos de alimentos:

Se for galinha, capão ou peru a ave que tiverdes de trincar; segurai-a bem com o garfo, dai-lhe um golpe pela junta da asa esquerda, a qual se separa facilmente carregando com a faca e apertando o garfo, depois dando um golpe na junta da perna pelo interior dela, se separa igualmente; a mesma operação praticareis no outro lado, por fim se corta o peito duma e a outra parte ao comprido, e a armação dos ossos, a rabadilha, etc...<sup>102</sup>

A mulher passa, portanto, a ter um papel mais ativo nesta sociedade, organizando “salões”, oferecendo jantares e saraus e começando a ingressar no mercado de trabalho. Adotam, portanto, um vestuário mais leve e mais adequado ao clima tropical do Brasil, nos quais se destacava o bom gosto dos chapéus fabricados aqui ou importados de alguma cidade europeia. Por volta de 1840, alguns visitantes estrangeiros como Ádele Toussaint, escreviam que as mulheres da elite do Rio de Janeiro se vestiam com graça e elegância.<sup>103</sup>

E assim eram também Dona Benedita e Eulália, mulheres elegantes e virtuosas que a todo o momento se preocupavam em transmitir essa imagem civilizada a todos que as

---

<sup>100</sup> Idem. Ibidem, p. 58

<sup>101</sup> Idem. Ibidem, p. 158.

<sup>102</sup> Idem. Ibidem, p. 201.

<sup>103</sup> TOUSSAINT-SAMSON, Adéle.; tradução do original francês de Maria Lucia Machado. *Uma parisiense no Brasil*. São Paulo: Capivara, 2003.



cercavam, convivas habituais de seus saraus, e àqueles que freqüentavam os bailes da corte, dentre os quais teriam maiores chances de conquistar um pretendente para Eulália.

Nestas festas que reuniam homens e mulheres, como nos fala Mary Del Priore, as quadrilhas começavam às nove da noite e o último “galope”, era tarde, às três horas da madrugada. Senhoras revezavam-se ao piano, este móvel aristocrático francês e inglês, importado em massa, a partir de 1850, cujos acordes serviam para impressionar o sexo oposto. A partir da mesma data, por influência francesa, surgem as *soirées*. “Aí multiplicavam-se as pianistas, as *diseuses de poèmes*, os recitais de canto para exhibir a menina casadoira”<sup>104</sup>.

E assim fez Eulália em uma destas festas que Machado retrata em seu conto, sentou-se ao piano, dançou as polcas e cantou as cantigas de sua época, mostrando assim, seus dotes de senhorita civilizada.

A moda, vinda dos salões europeus, obrigava os jovens tímidos a participar das atividades sociais. Apertadas por um verdadeiro cilício chamado espartilho, Eulália e Dona Benedita rodopiam e passam-pés nos saraus e festas que eram convidadas.

O comportamento frívolo de Dona Benedita denota claramente a superficialidade das ações que vinha acompanhada pelas regras de civilidade, até mesmo em sua relação de amizade com Dona Maria dos Anjos, a caracteriza como uma mulher enquadrada no modelo da época. Mesmo sendo uma mulher amável, é dúbia, já que em um determinado momento adora, idolatra sua amiga Dona Maria dos Anjos, faz com ela milhares de projetos de passeios, teatros, promessas de visitas “tudo com tamanha expansão e calor, que a outra palpitava de alegria e reconhecimento”.<sup>105</sup> Mas a seguir, percebe que já não gosta tanto assim da amiga e os tão prometidos passeios e visitas acabam por não se cumprir.

Ainda neste conto, como fez em *Uma Senhora*, Machado nos fala de duas mulheres, Dona Benedita e Eulália, mãe e filha e os personagens masculinos ficam em segundo plano, quase sem voz ativa.

Leandrinho, filho de Dona Maria dos Anjos era o suposto pretendente de sua filha, Eulália. D. Benedita fazia muito gosto em tal compromisso e dispensava a aprovação do marido, uma vez que o mesmo estava há dois anos e meio no Pará “foi nomeado

---

<sup>104</sup> DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 132.

<sup>105</sup> ASSIS, Machado. *Contos completos*. Organizados por Djalma Moraes Cavalcante. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003, p. 59.



desembargador pelo ministério Zacarias. Ele queria a Relação de São Paulo, ou da Bahia; mas não pôde e aceitou a do Pará”.<sup>106</sup> A ascensão social na corte era mais importante que a vida conjugal; o marido vivia afastado da mulher e da filha visando um cargo mais relevante na corte e Dona Benedita, mesmo tendo ido uma vez a Europa, berço de seu modelo comportamental, jamais foi visitar o marido no norte do País ou sequer tinha a rotina de escrever-lhe. Quando tenta fazê-lo inicia com estas palavras: “Meu ingrato marido [...] você lembrou-se ontem de mim?”<sup>107</sup>, logo interrompida por um chamado de Eulália para irem jantar e a carta fica esquecida em alguma gaveta da escrivaninha. O apelo mundano, a presença nos eventos sociais, sobrepuja-se ao contato com o marido distante.

Dona Benedita tem também um filho, que Machado descreve com as seguintes palavras: “Deixemos o filho, que nos não importa, um pirralho de doze anos, que parece ter oito, tão mofino é ele”.<sup>108</sup> Mais uma vez percebemos a presença marcante do sexo feminino, mulheres que tinham “todas as qualidades que melhor se ajustavam à sua alma e aos seus costumes; ternura, confiança, entusiasmo, simplicidade, uma familiaridade cordial e pronta”.<sup>109</sup> E, mais uma vez percebemos também que Machado procura dar à mulher a importância que a Igreja Católica e a sociedade em geral minimizava por meio de regras rígidas de comportamento.

Neste conto, assim como em *Uma Senhora*, também percebemos a preocupação das personagens com a ascensão social, uma vez que Dona Benedita espera e se entusiasma com a possibilidade de casar a filha Eulália com Leandrino, “... um moço formado em Direito este ano; é conservador e espera uma promotoria, agora, se o Itaboraí não deixar o ministério”.<sup>110</sup> Em uma sociedade recém estruturada, na qual a população se pretende civilizada aos moldes europeus, nada mais necessário do que buscar um status perante a corte.

Os homens mais cobiçados eram os chamados “Leões do Norte”; ricos, filhos de senhores de engenhos, que correspondiam à passagem da aristocracia canaveira para a cidade, e ainda melhor seria se fosse uma capital estrangeira. Os leões tinham – como nos fala Mary Del Priore – “seu tempo de estudar na cidade grande”.<sup>111</sup> Gilberto Freyre faz deles um retrato

---

<sup>106</sup> Idem. *Ibidem*, p.59.

<sup>107</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>108</sup> Idem. *Ibidem*, p. 62.

<sup>109</sup> Idem. *Ibidem*, p.64.

<sup>110</sup> Idem. *Ibidem*, p. 65.

<sup>111</sup> DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.



perfeito em *Sobrados e mucambos*. Eram homens super ornamentados, cobertos de tetéias, presas à corrente de ouro do relógio, de anéis por quase todos os dedos, de ouro no castão da bengala, de penteados e cores elegantes de barbas.<sup>112</sup> Eles se distanciavam das mulheres por certas ostentações de virilidade agressiva no traje, nas maneiras, no vozeirão. Nas palavras de Del Priore, “Os “leões do Norte” representavam à tirania da elegância”.<sup>113</sup>

Homens da elite como Leandrinho ou o Senhor Ribeiro, se acostumaram desde a época de D. João VI com a distribuição de títulos que garantiriam a sobrevivência da nobreza nesta corte tropical e se esforçavam para ganhar a proximidade do rei. Pedro II reinou tendo a seu lado um segmento social que se diferenciou dos demais pela ostentação de um título de nobreza e pelo uso de um brasão: símbolos de distinção e de prestígio. Distribuía títulos a todos que se faziam notar ou que demonstravam caridade. Portanto, estes personagens machadianos, não mediam esforços em se deixarem notar para garantir alguma concessão de nobreza por parte do imperador. Segundo Lilia Schwarcz, o imperador, além de conceder os títulos já conhecidos como Barão, Condessa, também os criava, conferindo aos velhos títulos medievais um caráter indígena e tropical, como por exemplo, Bujuru, Sirinhaém, Batovi, Coruripe. Nomes abasileirados para uma sociedade afrancesada que se vestia de veludo e lã, que desfilava com seus penteados a moda *Stuart* e bebia o chá das cinco<sup>114</sup>.

E assim os personagens principais de *Uma Senhora*, seguem tentando se enquadrar a estes costumes europeus seja por meio da realização de jantares, das cerimônias que ofereciam em suas casas, da ida aos bailes, tudo na esperança de atingir um status mais elevado nesta sociedade de corte.

Em um outro conto intitulado *Magdalena*, Machado nos narra a trajetória da personagem que tem como nome o título do conto. Ao chegar a um baile tradicional na cidade, um sarau de aniversário do Dr. Cláudio, seu sexagésimo baile, Magdalena esbarra com personagens reais que geralmente circulam pela vida de Machado. Como é o caso de um casal de mexeriqueiros que repara em cada detalhe das pessoas, da casa, da refeição:

E que língua tinham o Sr. Fiusa e a Sra. D. Nini! Falavam de todos, sabiam da vida dos vizinhos, como se fosse história, que andasse nas folhinhas de cada ano!

---

<sup>112</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro. Editora Record. 9ª edição. 1996.

<sup>113</sup> DEL PRIORE, op. Cit, p. 136.

<sup>114</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998.



Em casa por detrás de uma vidraça empoeirada, indagavam da vida alheia e bispavam tudo<sup>115</sup>

Mas como não era de bom-tom falar da vida alheia, especialmente para uma mulher, que deveria ser sempre recatada e só responder ao que lhe fosse questionado, nosso autor logo faz uma denúncia a este tipo de incivilidade e arranja um jeito de tirá-la da frente da passarela da compostura e do bom costume. Machado mata a personagem, ou seja, acaba com qualquer traço de indelicadeza e de grosseria, sinônimos que não eram bem vistos nos saraus da fidalguia.

Nini quis observar o incêndio mais de perto, e aproximou-se tanto do lugar sinistro, que algumas telhas e pedras caíndo-lhe sobre a cabeça, fizeram-lhe perder os sentidos [...] Passou logo para a eternidade sem soltar um só gemido”. O marido, Sr. Fiusa, aos prantos ainda tenta em vão lhe questionar: “Ah! Nini, Nini, para que foste tão curiosa! ... coitada de Nini!”<sup>116</sup>

Neste conto, como em tantos outros, Machado insinua sua indignação com estas personagens que ainda não conseguiram atingir o patamar da nobreza. Que por algum motivo ainda não tiveram como decorar suas regras, suas formas de compostura.

Magdalena talvez seja um dos contos em que Machado mais deixa claro como seriam de fato os salões da corte. Espaços de sociabilidade, as festas e bailes eram também territórios lúdicos de criatividade e ações burlescas. Eram espaços fundamentais durante o Império, pois sugeriam a assimilação pelas elites das noções de civilidade e de refinamentos herdados das Luzes e revelavam o mecanismo pelo qual esta boa sociedade constituía a teia de suas relações.

Foi no período de 1840 a 1870 que os salões encontraram seu apogeu. Os encontros tinham periodicidade certa para acontecerem, a cada semana ou a cada 15 dias e obedeciam sempre aos padrões elegantes dos bons costumes trazidos dos grandes salões europeus de Napoleão III. Começavam com um jantar oferecido pelo anfitrião a um seletto grupo de amigos mais próximos. Em seguida os portões eram abertas a outros convivas que iam jogar, dançar a polca ou a valsa e escutar o som do piano dedilhado por alguma donzela cortesã.

Modelados de acordo com as etiquetas da corte que ensinavam que os cavalheiros deveriam sempre...

---

<sup>115</sup> ASSIS, Machado. *Contos completos*. Organizados por Djalma Moraes Cavalcante. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003. P. 154

<sup>116</sup> Idem. *Ibidem*. P. 155.



...seguir a moda, mas sem afetação. Tem por alfaiate e sapateiro os que são conhecidos por bons oficiais; paga-lhes com dinheiro à vista, e serás bem servido. Quando te digo que sigas a moda, quero dizer que te vistas como as mais pessoas de tua qualidade, mas não que sejas o primeiro a trazer o fato dum feitio novo e muitas vezes ridículo, como acontece a esses pobres mancebos que, pagos pelos alfaiates como bonecos, são obrigados a mostrar por toda a parte as sobrecasacas ou calças de nova feição, para estabelecer uma moda que trará consigo a necessidade de mandar fazer fato novo e dar que fazer aos alfaiates.<sup>117</sup>

Os salões faziam do anfitrião uma figura soberana, cujas despesas com que abrilhantava o salão, e cujas relações, definindo quem participava ou não, estabeleciam uma sutil hierarquia social, ao mesmo tempo em que proporcionavam oportunidades para exercer e ostentar prestígio.

Apesar dos olhares estarem mais voltados para a cidade do Rio de Janeiro, as grandes festas não se restringiram apenas aos salões cariocas. São Paulo também se animou e dançou ao som dos pianos vindos da residência de Domitila Da Castro, a marquesa de Santos que se tornou a grande dama da sociedade paulista.

O destaque que os salões, teatros e clubes tiveram na segunda metade dos oitocentos foi viabilizado por esta pequena camada da população que passava pelo Colégio D. Pedro II e em seguida se debruçava sobre seus estudos de medicina ou de Direito, ou seja, uma elite que se destacava cada vez mais em meio a uma sociedade ainda escravizada.<sup>118</sup>

Como nos fala J. Needel, os grandes salões serviram, acima de tudo, para definir um novo lugar para as mulheres das famílias de posse, “para viabilizar alianças e estratégias matrimoniais e, sobretudo, como um espaço, numa época que carecia de outros, para a aprendizagem do convívio social e a articulação dos políticos e negociantes”.<sup>119</sup>

Nestes contos selecionados Machado nos revela a vontade de seus personagens de atingirem um ponto alto em sua sociedade. De estarem sempre presentes na nata da corte. De ostentarem seus ensinamentos civilizados, esbanjarem seus vestidos e penteados inspirados nas modas francesas. Três senhoras, Dona Benedita, Dona Camila e Magdalena, que por meio dos ensinamentos direcionados as mulheres da época alcançam tudo que almejam; um marido bem sucedido para suas filhas, beleza e um lugar na corte.

---

<sup>117</sup> ROQUETTE, ibidem, p. 360.

<sup>118</sup> VAINFAS, Ronaldo.(organizador). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

<sup>119</sup> NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



Machado nestes contos, nos mostra nas entrelinhas a trajetória de uma sociedade que pretendia a todo o momento ser civilizada. E civilizar-se, como vimos, aos moldes dos preceitos trazidos pelos códigos de boas maneiras franceses, se preocupando com uma função “normalizadora” e modelando a consciência das jovens gerações à luz das normas de comportamento social consideradas legítimas e como tal sistematizadas nos respectivos manuais bom-tom.

Mais um exemplo do objetivo do vasto conjunto de prescrições e proibições nos é assim apresentado:

... nunca se limpe o nariz com os dedos, mas sim com o lenço; e quando se espirra, leva-se este ao nariz... É indecente cuspir para longe e com força... tossir com estrondo e arrotar na presença de qualquer pessoa, são coisas insuportáveis <sup>120</sup>

Pretendia-se, no fundo, erradicar destes espaços - bailes, saraus e grandes encontros dos salões - todos os comportamentos considerados inconvenientes, animais, bárbaros, conduzindo à aprendizagem dos modos de vida mais adequados à “civilização dos costumes” que se pretendia instaurar.

Procurava-se controlar os corpos e, ao mesmo tempo, disciplinar as mentes. As expressões corporais eram fortemente regulamentadas, racionalizadas, submetidas a “tecnologias do eu”<sup>121</sup>, capazes de impedir as suas manifestações espontâneas e desordenadas.

Nestes contos de Machado percebemos como seus personagens se interessavam por estas reuniões onde as mulheres poderiam exibir sua beleza, como é o caso de Magdalena, ou exibir seus dotes civilizados como tocar piano, como é o caso de Malvina do conto A Pianista. As personagens adoram ler os romances recém chegados da Europa, perdem horas de seus dias entregues às histórias de Shakespeare, como é o caso de Dona Benedita ou de La Bruyère, como Malvina – a pianista.

A partir do século XIX, Fernando Novais assinala que se dá o acesso à alfabetização de massa, que permitiu o aparecimento de um novo público de leitores – mulheres, crianças e trabalhadores -, consumidores de jornais e romances. Essa expansão do público leitor foi acompanhada, a partir de 1880, pelo desenvolvimento do ensino primário gratuito e

---

<sup>120</sup> ROQUETTE, ibidem. P. 157.

<sup>121</sup> FOUCAULT, Michel. Linguagem e Literatura. In: MACHADO, Roberto. A Filosofia e a Literatura. Rio de Janeiro Jorge Zahar Ed., 2000.



obrigatório na Inglaterra e na França. Esse novo público devorava romances em forma de livros ou de folhetins em jornais. Mas também, como vimos, devoravam receitas e regras de *Savoir-vivre* que poderiam ser facilmente encontrados em inúmeras revistas femininas ao lado de páginas consagradas às modas<sup>122</sup>.

Estes contos de Machado de Assis são ótimos para entendermos o que os manuais de civilidade realmente queriam e estavam alcançando. Os personagens machadianos, por sua vez, nos fazem perceber como deveriam ser os personagens destes manuais, da vida real que girava em torno de Machado de Assis, como eles deveriam ser educados e para que servia sua educação. Tanto os contos como os manuais nos mostram como deveriam ser as moças e moços de fino trato, como deveria ser uma boa mãe, um bom cristão e um bom chefe de família que almejava sempre um bom lugar na corte. Com vistas à construção de práticas de civilidade, convivialidade, sociabilidades que evidenciariam uma pessoa “bem educada”.

Os manuais de civilidade, personificados aqui por estes quatro contos de Machado de Assis, eram considerados indispensáveis como signos de refinamento, apresentavam e definiam regras para o controle e a contenção de sentimentos e de manifestações de sensações produzindo uma certa experiência do que era considerado civilizado, agradável, educado. Manuais eram em suma, portadores e difusores de uma determinada concepção de mundo e de vida, de crenças e de valores e assim também podem ser vistos e analisados estes contos machadianos.

No conto Magdalena, Machado retrata sua personagem principal como uma menina linda, “era a consolação, as esperanças e o anjo de seu pai [...] Era boa e afável, estimada e adorada por todos. [...] Carinhosa, sorria, cantava [...] As moças que a viam ficavam sendo suas amigas. Todos gostam dos anjos e adoram as santas”<sup>123</sup>.

Esta história se passa basicamente em um baile oferecido por um renomado médico, o autor diz que “o baile é um livro em-fólio, onde todos os namorados escrevem sua aventura”.<sup>124</sup> E não é a toa que este conto narra a trajetória de um casal de enamorados em um dos bailes da corte.

---

<sup>122</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe (org). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997.

<sup>123</sup> ASSIS, Machado. *Os melhores contos de Machado de Assis* / seleção Domício Proença Filho. – 15 ed. São Paulo: Global, 2004.

<sup>124</sup> DEL PRIORE, *ibidem*.



Estes bailes e cerimônias oferecidos na maioria das vezes pela corte fluminense, longe de constituírem meras curiosidades, devem ser vistos como espetáculos destinados a celebrar o rei e a persuadir o público da sua grandeza, conforme assinalou Norbert Elias, referindo-se à sociedade de corte que se formou na França de Luis XIV.

A população não participou apenas como mera convidada, mas fez questão de levar essas festas e comemorações para dentro de suas casas e mostrar também suas pequenas, porém significativas riquezas. Os bailes agora não eram apenas oferecidos pelo imperador, mas também por uma parcela da sociedade que ajudava a firmar cada vez mais esse ideal de Europa neste canto dos trópicos.

Como não podia deixar de ser, uma vez que colonizado sempre acaba copiando algo de seu colonizador, a sociedade carioca reproduzia cada vez mais os rituais da Casa de Bragança, o que incluía uma extensa agenda de celebrações, cortejos, bailes, saraus e jantares. Os personagens desta boa sociedade, adoravam receber em seus salões, promover grandes festas e reuniões, tudo na tentativa incessante de ver e ser visto.

Como nos mostra mais uma vez Elias, esses fastos imperiais foram na verdade grandes encenações, montadas para celebrar a monarquia e convencer o público de sua magnitude.<sup>125</sup>

Os personagens destes quatro contos aqui selecionados também entram nestes salões da corte. As mulheres se fazem lindas e decoram sempre seus exercícios de piano e canto para poder alegrar ainda mais as cerimônias. Possuem algum dom civilizado e todas elas esta vontade de se ascender socialmente. Os cavalheiros e as damas seguiam as modas ditadas pela burguesia francesa e pelo código do cónego J.I. Roquette:

para andares bem vestido, é mister que mandes fazer uma casaca cada ano, e que conserves sempre três; uma sobrecasaca pra o inverno e outra para o verão são de necessidade; dois chapéus é o menos que poder ter; calçado nunca é demais. Logo que guarneceres tua guarda-roupa destes objetos, tem cuidado de os renovar sucessivamente; a despesa será menos sensível, e os vestidos te durarão mais, trazendo-os alternativamente. Bem depressa andarás de fato velho quem só tem fato novo.<sup>126</sup>

---

<sup>125</sup> ELIAS, Norbert. *O processo Civilizador; uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

<sup>126</sup> ROQUETTE, *ibidem*. P. 361.



Machado, nessas Histórias sem Data, mostra mais uma vez que é um autor que escreve sobre seu tempo e seu lugar, de olho no que está além deles. Não por acaso refletia tanto na crônica quanto na ficção, sobre o quanto as coisas e as pessoas mudavam e, ao mesmo tempo, não mudavam.

O livro conquistou vários elogios, como os de Valentim Magalhães, na Gazeta de Notícias. O prestígio de Machado só aumentou depois destes contos e em Julho de 1884, uma série de fascículos chamada Galeria Contemporânea do Brasil, iniciativa do jornalista Artur Barreiros e do aclamado fotógrafo Marc Ferrez, elegeu Machado como tema do segundo número.

No perfil, Barreiros exalta o “estilista” e o descreve:

Ele é simplesmente um vivo e alegre camarada, que se faz rapaz com os rapazes, [...] que nos diverte e estimula, nobremente e sem ódios. [...] No trato íntimo, benévolo, discreto, polido, admirador e seguidor das práticas britânicas, gentleman, em uma palavra; na palestra é ainda um escritor de raça, delectável, copioso em ditos, penetrante, arguto, com um reparo para cada fato, com um remoque para toda dissonância”<sup>127</sup>.

Dois anos antes, em 1882, Machado lançava Papéis Avulsos. A maioria dos contos nele publicados foi lançada na Gazeta. Há entre os contos uma aproximação conceitual como adverte o próprio Machado na “Advertência” do livro, assinada com a data de Outubro de 1882.

Este título de Papéis Avulsos parece negar ao livro uma certa unidade; faz crer que o autor coligiu vários escritos de ordem diversa para o fim de os não perder. A verdade é essa, sem ser bem essa. Avulsos são eles, mas não vieram para aqui como passageiros, que acertam de entrar na mesma hospedaria. São pessoas de uma só família, que a obrigação do pai fez sentar à mesma mesa. Quanto ao gênero deles, não sei que diga que não seja inútil. O livro está nas mãos do leitor. Direi somente que se há aqui páginas que parecem meros contos, e outras que o não são, defendo-me das segundas com dizer que os leitores das outras podem achar nelas algum interesse, e das primeiras defendo-me com S. João e Diderot. O evangelista, descrevendo a famosa besta apocalíptica, acrescentava (XVII,9): “E aqui há sentido, que tem sabedoria”. Menos a sabedoria, cubro-me com aquela palavra. Quanto a Diderot, ninguém ignora que ele não só escrevia contos, e alguns deliciosos, mas até aconselhava a um amigo que os escrevesse também. E eis a razão do enciclopedista: é que quando se faz um conto, o espírito fica alegre, o tempo escoá-se, e o conto da vida acaba, sem a gente dar por isso.

---

<sup>127</sup> PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005. P. 237.



Deste modo, venha donde vier o reproche, espero que daí mesmo virá a absolvição”.<sup>128</sup>

Dentre estudiosos como Djalma Cavalcante e Domício Proença Filho, Machado é visto como um dos grandes contistas brasileiros, apesar de não ter sido o precursor de tal gênero literário. Nosso autor publicou seu primeiro conto, “Três tesouros perdidos”, em 5 de janeiro de 1858, em “A marmota”. Não se sabe quantos contos Machado escreveu durante os seus mais de cinquenta anos de produção literária, hoje são conhecidos 218 escritos por ele, ou a ele atribuídos, que merecem especial atenção por sua criatividade narrativa, linguagem empregada e a maneira inigualável do autor de descrever os personagens e narrar o contexto de sua época.

No caso da produção inicial de Machado de Assis, encontramos diversos elementos do Romantismo que já apontam características que viriam predominar no período do Realismo.

Na França, a partir do século XVIII, mais precisamente a partir da Revolução, um amplo movimento representa na literatura e na arte em geral, os anseios da classe burguesa, que à época, estava em ascensão. A literatura abandona a aristocracia para caminhar ao lado do povo, da cultura leiga. Por esse motivo, acaba por ser também uma oposição ao Classicismo. Ao Romantismo, cabe a tarefa de criar uma linguagem nova, uma nova visão de mundo, identificada com os padrões simples de vida da classe média e da burguesia. Enquanto o Classicismo observava a realidade objetiva.

No Brasil, o Romantismo começa a se manifestar após 1822 com o surgimento do sentimento nacionalista no país recém independente. A imagem do português conquistador deveria ser substituída pela imagem do índio, de mestiços e de entidades que realmente poderiam criar na população um sentimento de nação. Estavam apresentados então, os agentes da revolução nacionalista romântica brasileira. As correntes subterrâneas e revolucionárias do Romantismo começam a serem escritas idealizando o índio e a majestosa natureza brasileira. *Os Timbiras* e *Ijuca-pirama* de Gonçalves Dias e *O Guarani* e *Iracema* de José de Alencar, são elementos que lançam a pedra fundamental deste nacionalismo pretendido.<sup>129</sup>

---

<sup>128</sup> Idem. Ibidem. P. 221.

<sup>129</sup> CANDIDO, Antonio. Romantismo no Brasil. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2002.



Há a necessidade de auto-afirmação da pátria que se formava. O Romantismo se adapta a este contexto, devido às características de sua fase inicial: nacionalismo – manifesto na exaltação da pátria, retorno ao passado histórico – Sentimentalismo – valorização dos sentimentos – Subjetivismo – prioridade das emoções pessoais e do mundo interior.

Já os Realistas, motivados pelas teorias científicas e filosóficas da época, desejavam retratar o homem e a sociedade em sua totalidade. Não bastava mostrar a face sonhadora e idealizada da vida como fizeram os românticos; era preciso mostrar a face nunca antes revelada: a do cotidiano massacrante, do amor adúltero, da falsidade e do egoísmo humano, da impotência do homem comum diante dos poderosos. Em lugar do egocentrismo romântico, verifica-se um enorme interesse de descrever, analisar e até em criticar a realidade. A visão subjetiva e parcial da realidade é substituída pela visão que procura ser objetiva, fiel, sem distorções. Em lugar de fugir à realidade, os realistas procuram apontar falhas como forma de estimular a mudança das instituições e dos comportamentos humanos. Em lugar de heróis, surgem pessoas comuns, cheias de problemas e limitações.<sup>130</sup>

Djalma Cavalcante nos dá alguns exemplos da influência de alguns autores europeus do Romantismo, sofrida por Machado, como é o caso da “narração de aventuras insólitas, como fazia Hoffman algumas décadas antes, a narração de paixões arrebatadoras, de acordo com o modelo utilizado por Standhal, a construção de personagens pitorescos e com caráter excepcional, como fazia Alexandre Puckin (1799-1837), a imitação da maneira, dos hábitos e costumes do povo, mantendo a fresca simplicidade do narrador ingênuo, a exemplo de Andresen”.<sup>131</sup>

---

<sup>130</sup> Idem. Ibidem.

<sup>131</sup> ASSIS, Machado. *Contos completos*. Organizados por Djalma Moraes Cavalcante. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003, p. 16-17.



## CAPITULO 4

Nos capítulos anteriores nos preocupamos em mostrar os conceitos de civilização que chegaram até o país, bem como os manuais que foram por aqui propagados. Apontamos os quatro contos de Machado de Assis onde podemos perceber as imagens de civilidade.

Neste capítulo final do trabalho a narrativa se fará em torno de como a corte mostrou a sua imagem pela última vez em um baile oferecido aos poucos que faziam parte da alta burguesia aristocrática do império.

A Família Real que por aqui viveu, não só ensinou um país a conviver com tanta pompa e ostentação, com tanto luxo, como fez a civilidade européia se adaptar ao solo colonial marcado pela barbárie da escravidão e bailar ao som das polcas e valsas nas residências brasileiras. Fez com que europeus e o resto do mundo pudesse ver que neste canto dos trópicos também possuíamos brasões, títulos, estradas de ferro, iluminação a gás ou elétrica, Passeios Públicos e Paço Imperial. Também possuíamos castelo, vestidos ornamentados, penteados ingleses, pianos e danças nos grandes salões. Também falávamos francês, usávamos chapéus, coletes e casacas. Estávamos a par de tudo o que acontecia no mundo político e no mundo da moda. Um imperador que mesmo usando sua coroa ou seu cedro, não abandonava seu manto feito com penas de papagaios do Brasil.

Enfim, para uma monarquia que nos ensinou a dançar, a festejar e como ser civilizado nestes ambientes de festa, nada melhor do que encerrar seus dias com um baile memorável.

### **Dias de tensão na corte**

Os bailes e as festas ocorridas durante os oitocentos brasileiros foram marca registrada de uma monarquia que desejava fazer ecoar seus preceitos civilizatórios, europeizados. No “país do carnaval”, a festa não pode ser simplesmente deixada de lado. A importância simbólica na manutenção do poder político, como nos fala Geertz ao analisar as monarquias inglesa, indiana e marroquina. Geertz aponta para o alcance dessa dimensão: “Quando os reis percorrem as regiões interioranas, mostrando-se, comparecendo a festas, conferindo honrarias, trocando presentes, ou desafiando rivais, eles a marcam, assim como o



lobo ou o tigre que espalha o próprio odor em seu território , como quase fisicamente parte deles”.<sup>132</sup> As palavras do antropólogo ajudam a pensar a monarquia brasileira. As aparições públicas de Dom Pedro II, seja nos cortejos reais, seja nas procissões, convertiam-se em demarcações territoriais e vinculavam sua imagem a própria representação do Império.

No final do ano de 1888 e início de 1889, Dom Pedro II já não se preocupava tanto com sua imagem. O monarca viajava bastante, deixando o Brasil nas mãos de sua filha Isabel. Abandonara uma série de rituais e como já vimos anteriormente dormia nas reuniões que ainda participava. Visualizava seu país mais como um espectador ou um viajante que vinha apenas de passagem. Observava sem preocupação o crescimento do Partido Republicano e do abolicionismo. Assistia de camarote à demissão do Gabinete Conservador e à subida dos liberais, afastados do poder há dez anos. Ou seja, fez com que o seu país aparentasse a mesma imagem fragilizada e abandonada que ele mesmo esbanjava. Ao descuidar de sua imagem, Dom Pedro deixava mais evidente as fragilidades reais da monarquia, até então vinculadas à estabilidade do Estado.<sup>133</sup>

No conto “O Espelho”, Machado de Assis relata um estranho episódio que se encaixa perfeitamente a este episódio que passava à época o monarca brasileiro. Neste conto, Jacobina, o personagem principal, está completando 25 anos e foi nomeado alferes da Guarda Nacional, satisfazendo o gosto de todos os membros de sua família. Diz Jacobina:

Eu pedia-lhes que me chamassem Joãozinho como dantes e abanavam a cabeça brandindo que não, que era “senhor alferes”. Jacobina acaba aceitando o convite de passar alguns dias em um sítio de sua tia, que, como mostra de sua afeição, manda instalar um grande espelho em seu quarto. A partir de então o alferes eliminou o homem. Durante alguns dias as duas naturezas equilibraram-se; mas não tardou que a primitiva cedesse à outra; ficou uma parte mínima de humanidade [...] A única parte de cidadão que ficou comigo foi aquela que entendia com o exercício da patente; a outra dispersou-se no ar e no passado<sup>134</sup>

Em outra oportunidade, ao olhar novamente para o espelho, Jacobina não pôde perceber sua “figura nítida e inteira, mas vaga, esfumada, difusa sombra de sombra”.<sup>135</sup> Foi

---

<sup>132</sup> Geertz, Clifford 1974. ‘From the Native’s Point of View’: on the Nature of Anthropological Understanding. In: *Local Knowledge. Further Essays in Interpretive Anthropology*. New York: Basic Books, 1983 p. 125.

<sup>133</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998.

<sup>134</sup> ASSIS, Machado. *Os melhores contos de Machado de Assis* / seleção Domício Proença Filho. – 15 ed. São Paulo: Global, 2004. P. 74

<sup>135</sup> Idem. *Ibidem*.



então que se lembrou de vestir a farda de alferes: “o vidro reproduziu então a figura integral; nenhuma linha de menos, nenhum contorno diverso”.<sup>136</sup>

Neste trecho podemos perceber metaforicamente os impasses de nosso monarca-cidadão. Ao se despir suas alegorias majestáticas D. Pedro ficava nu ou perdia sua imagem no espelho de Machado. Só havia reflexo diante da figura do grande rei, sem ela o monarca não encantava mais o imaginário de sua população.

Data desta época os jornais já citados anteriormente que retratavam o imperador como uma figura caricaturada, sendo chamado de “Pedro Caju” ou “Pedro Banana”.

O Brasil já não era mais visto como sinônimo de progresso. Os viajantes que por aqui passaram nesta época já retratam um país diferente da época de ouro que o Brasil viveu em meados de 1850. A visão da corte carioca já não se relacionava mais com o luxo, a pompa e a riqueza. O que os viajantes mais descrevem neste momento é a pobreza da indumentária imperial, o descaso com o Paço, o mau estado das carruagens. Pelo jeito não era apenas o monarca que adoecera.

A imagem de Dom Pedro só voltou a se tornar configurada e nítida novamente depois da lei da abolição. Quando da assinatura da lei pela sua filha Isabel, Dom Pedro estava se curando de problemas graves de saúde na França. Quando regressou ao Brasil com a saúde um pouco mais recuperada, o monarca foi recebido com gritos como “Chegou o imperador abolicionista” e com faixas no Pão de Açúcar com os dizeres “Salvem o imperador”. Aos poucos o monarca idealizado de forma mítica ia voltando a cena com sua imagem de bom pai que com o ato caridoso abolia a escravidão. Dom Pedro voltava a cena, porém era só a figura idealizada do monarca que parecia segurar o regime.<sup>137</sup>

No ano de 1889, tudo parecia estar voltando ao normal, não fosse a campanha republicana ganhando cada vez mais força no país. Tornavam-se cada vez mais visíveis as críticas e tensões com relação ao regime monárquico. O divorcio com as elites, que fizeram subir a realeza e a sustentarem, era evidente. A partir do segundo semestre deste mesmo ano, um novo acontecimento em prol da República se fazia notar pela cidade do Rio de Janeiro. No dia 15 de junho quando a família real saía do teatro Sant’Ana depois de ter assistido ao concerto da violinista Giuletta Dionesi, ouviu-se do meio da multidão, que aguardava na

---

<sup>136</sup> Idem. Ibidem.

<sup>137</sup> SCHWARCZ. Ibidem.



calçada, um súbito “Viva a República”. Poucos minutos depois, quando o imperador já se encontrava em sua velha carruagem, um tiro foi disparado sem que ninguém notasse. A polícia prendeu as duas horas da manhã na rua Gonçalves Dias, o culpado; um português de vinte anos, recém demitido da casa comercial em que trabalhava. A monarquia seguia sofrendo ataques constantes de vários lados.

Em meio a todas essas turbulências monárquicas, o Partido Republicano – formado em sua maioria por agricultores e profissionais liberais paulistas, e a partir de 1888 fortalecido pelos proprietários cariocas, insatisfeitos com a abolição da escravidão – passou a pressionar o Exército e em especial Deodoro da Fonseca, a fim de convencê-los de que o pior inimigo não era o Ministério Ouro Preto, mas sim a própria monarquia.<sup>138</sup>

No entanto, o símbolo, a figura soberana do monarca resistia diante da realidade decadente, ou seja, a representação de D. Pedro parecia mais forte e destacada da própria realeza como instituição. Deodoro e vários setores do exército o respeitavam e pareciam aguardar pela sua morte para só então precipitar o golpe da República.

Enquanto a capital do império vivia a incerteza da monarquia, a família real se exilava em Petrópolis. Era em sua cidade que D. Pedro parecia se sentir mais seguro. Era sempre fotografado com seu jaquetão, a barba agora já toda branca, o livro embaixo do braço, poses como as de Napoleão, o monarca vivia alheio em seu mundo, distante das tensões políticas da corte. Mais uma vez as imagens serviriam para cumprir um papel oficial: retratar a família real unida e acima dos dissabores do mundo da política.

Porém um grande espetáculo está para ser realizado. Era a hora de Dom Pedro descer da calmaria da serra de Petrópolis e se apresentar pela última vez com sua imponente vestimenta de monarca dos trópicos. O imperador iria ao Rio para inaugurar, no Caju, o Hospital São Sebastião. Presidiu o conselho de Ministros, e à noite iria ao baile que o governo ofereceria à Marinha do Chile.

---

<sup>138</sup> VAINFAS, Ronaldo. (organizador). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.



## 4.1 O Tropeço da monarquia

No dia 9 de novembro de 1889 estava tudo preparado para um acontecimento que se tornaria conhecido na história como o canto do cisne da monarquia: a festa oferecida pelo governo brasileiro à marinha chilena, o Último Baile da Corte.

Muito se falou a respeito deste baile, explorado pelos jornais da oposição como festa de ostentação e luxo paga com dinheiro público num momento de graves problemas que o país atravessava. Circulavam até boatos que procuravam incompatibilizar o exército com o imperador.

O baile na verdade foi oferecido na intenção da chancelaria imperial transmitir um recado ao governo Portenho, de que a aproximação entre o Brasil e o Chile representaria uma nova composição de forças entre os países da parte meridional do continente. Ou seja, estavam em jogo importantes interesses diplomáticos.

“O Chile havia vencido o Peru e a Bolívia na Guerra do Pacífico (1879-83), anexando o deserto do Atacama, rico em depósito de Nitrato”.<sup>139</sup>

Portanto, a chegada de almirantes e representantes da Marinha Chilena ao Brasil foi um pretexto para que diversas solenidades acontecessem na capital, inclusive a realização de uma sessão solene no IHGB.

O baile deveria ser magnânimo; aquele que ficaria marcado para todos os tempos. Tudo deveria ser grande, maravilhoso, imponente e todos os demais adjetivos que o pudessem torná-lo o maior e o mais belo já realizado. Os jornais, a partir de então, só falavam sobre a festa colossal que iria acontecer.

Tão logo foi anunciada a festa, os burburinhos começaram a circular pela corte. Quem seria convidado? Quem não seria? Quem faria os vestidos e os paletós? Enfim, todo o cotidiano da corte foi alterado.

Seriam convidadas as pessoas mais importantes do Império, aí incluídos os Conselheiros de Estado, Ministros, Senadores, Deputados, magistrados, altos funcionários, membros destacados da área de finanças, comércio, indústria e artes, médicos, advogados e as damas da sociedade.

---

<sup>139</sup> VAINFAS. *Ibidem*, p. 69.



A preparação do baile ficou a cargo do Conselheiro Barão de Sampaio Vianna – Inspetor da Alfândega e do Guarda-mor do Porto, Comendador Adolpho Fortunato Hasselmann, homens de bom gosto e prestígio nas rodas sociais. A preparação do baile estava sob a responsabilidade das pessoas certas para a pompa que se desejava.

Não seria apenas um baile. Seria a mostra de toda a sociedade da Capital do Império. A mostra do que um Imperador conseguiu fazer em termos de modernidade, luxo e civilidade em uma cidade que ainda convivía com as heranças da escravidão, mas que aprendera a se parecer muito mais com os distantes europeus do que com seus vizinhos africanos. Seria uma mostra de como as senhoritas, senhoras e os rapazes conseguiram decorar seus códigos de civilidade e representar as mais respeitáveis graças e formosuras da Capital. Ali iriam se reunir os mais destacados personagens de nosso país, tanto das áreas cultural, política, militar, econômica, comercial, assim como de todas as demais atividades.

Sobre como esta sociedade deveria agir em tal festividade, o Código do Bom –tom de J. I Roquette dá algumas dicas, alerta cavalheiros e as damas sobre como a frivolidade contida em um baile pode alterar os sentidos dos seres humanos, fazendo com que os gestos possam parecer mais brutos, ou seja, como o ambiente pode alterar o estado polido para um estado de euforia, o que não seria bem visto pelos convivas.

A música, as luzes a multidão de gente, os cheiros, o contato com pessoas de diferentes sexos, causam uma espécie de embriaguez, de que é necessário ter desconfiança. Tomai cuidado que vossa alegria se não torne ruidosa, descomedida, familiar; este é muitas vezes o resultado da bulha e dos movimentos violentos. O sangue sobe à cabeça, fala-se sem refletir, e obra-se sem consideração<sup>140</sup>

O baile foi especialmente montado para representar a imponência da monarquia. Tratava-se do primeiro baile oficialmente promovido pelo Império.

A principio a festa se realizaria a 19 de Outubro de 1889, porém, em virtude da morte do rei D. Luís I, de Portugal, primo de D. Pedro II, o tão esperado baile foi adiado para 9 de Novembro aumentando a expectativa e o frenesi de toda a população.

O local escolhido prestava-se para a imponência do evento, na Ilha Fiscal erguia-se um curioso palacete gótico em forma de U, idealizado pelo engenheiro Adolfo Del-Vechio, para servir de sede da Alfândega.

---

<sup>140</sup> ROQUETTE. Ibidem. P. 153.



A construção do Palácio da Ilha Fiscal iniciou-se nos últimos meses de 1881 prolongando-se até abril de 1889 quando foi inaugurado. Nele seria realizado o mais esplêndido baile até então ocorrido na corte e ficaria marcado na memória da população da época como a última grande festa do império brasileiro.

O palácio da ilha foi iluminado com setecentas lâmpadas elétricas para a recepção de cerca de 4.500 convidados. A própria ilha brilhava à luz de 10 mil lanternas venezianas, motivando o conselheiro Aires, narrador do romance *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis, a se referir a ela como um sonho veneziano. A família imperial compareceu em peso, assim como boa parte do grande mundo da corte. Todos faziam questão de exibir suas melhores roupas e jóias mais preciosas.

O baile estava marcado para ter início à 20h30min. Os convidados deveriam comparecer com seus trajes de gala e embarcariam rumo a Ilha Fiscal na Baía de Guanabara, no cais Pharoux, na Barca Primeira.

Os que estavam à margem desta *high society*, os excluídos das cerimônias festivas, encontravam-se no Largo do Paço, em frente à ilha, de onde assistiam o desfile dos convidados com suas roupas e jóias preciosas entre fardões, vestidos bordados e casacas.

Embora fosse festa liberal, contava com a presença de conservadores e, sem dúvida, de alguns políticos e militares que dali a uma semana estariam marchando nas ruas para derrubar o regime ou fazendo profissão de fé republicana. Como disse d. Cláudia no capítulo intitulado “Terpsícore” (musa da dança) de *Esaú e Jacó*, referindo-se ao baile, não era preciso ter as mesmas idéias para dançar a mesma quadrilha<sup>141</sup>. Pelo menos naqueles velhos tempos. Seis bandas alegravam o ambiente. No largo do Paço, fronteira à ilha, uma banda da polícia tocava lundus e fandangos para a pequena multidão dos barrados no baile. Josué Montelo, bem mais tarde também abordou o acontecimento em seu romance “O baile da despedida” e Wanderley Pinho a comparou a uma outra festa ocorrida em Paris, na noite em que começou a revolução de 1848. Segundo ele, uma corte que não se destacava pela mundanidade, sempre dominada pela melancolia, justamente em sua última semana de poder, rompeu com esse clima e realizou a festa mais luxuosa do Segundo Reinado.

Escreve Wanderley:

---

<sup>141</sup> ASSIS, Machado. *Contos completos*. Organizados por Djalma Moraes Cavalcante. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.



Há na História coincidências trágicas e esquisitas simultaneidades. Aqueles que, entre focos elétricos, flores e sedas, nos terraços da ilha gótica (que fulgia como um sonho, alegre como um brinquedo) ou nos salões repletos de graça feminina e harmonias orquestrais, voluteavam em quadrilhas e valsas e polcas, se apurassem mais o ouvido, talvez percebessem, entre os compassos de uma dança alígera, os tons cavos de um cantochão de réquiem; e se mirassem o horizonte o ofuscado por aquelas luminárias, perceberiam porventura sombras pressagas, como espessas nuvens do acaso próximo da monarquia do Brasil.<sup>142</sup>

A chegada da Família Imperial e demais convidados com suas ricas vestimentas, as ostentações das jóias das senhoras e senhoritas, as fardas de gala dos militares, os vestidos longos, com caudas imensas. Os leques, elaborados com penas de ganso, como podem ser vistos em uma exposição no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, não paravam de se movimentar e de serem exibidos, fazendo exalar ainda mais o cheiro dos aromas franceses. Outro objeto muito curioso também exposto no citado museu, são as “cadernetas de baile”, onde eram anotados com quem as senhoras deveriam dançar a primeira valsa ou a primeira polca. E o mais interessante é perceber que no Código do Bom-tom era elegante as senhoras e senhoritas já terem escolhidos seus pares antes mesmo do baile começar, ou seja, percebemos na prática como estes códigos foram significativos na vida da corte fluminense. O Manual do bom-tom deixa claro a importância de se saber como dançar com mais de um cavalheiro, para não confundir-lhes os nomes...

...se fores convidada por diferentes cavalheiros para dançar, toma muito sentido em não confundires uns com os outros; faze toda a diligência para não esqueceres a ordem das contradanças prometidas, e bom será, se puderes, que as notes no leque ou numa carteirinha.<sup>143</sup>

Isto nos faz crer, para além das imagens contidas nos contos de Machado de Assis, que a corte fluminense realmente utilizou estes códigos de boas maneiras para se fazerem notar nesta sociedade que tanto queria atingir a civilidade francesa.

Nos corredores do Museu Histórico Nacional, podemos reviver uma época, nos transportar a uma data tão significativa para nossa história. Significativa por ter sido marcada não apenas pela pompa e pelo luxo que o baile pode oferecer a uma pequena parcela da população, e a maioria que não pode entrar não deixou de arregalar os olhos sob os magníficos vestidos, cartolas e casacas que chegavam pelo cais. Mas significativa também por

---

<sup>142</sup> PINHO, Wanderley. Salões e damas do segundo reinado. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1970. P. 89

<sup>143</sup> ROQUETTE. Ibidem. P. 157.



ter marcado o fim de um império, o fim de um imperador que já aparentando uma imagem de idoso, não deixou que a imagem do Brasil envelhecesse, pelo contrario, conseguiu com que fosse de fato uma nação civilizada.

Em um salão do MHN, podemos ouvir a musica que estaria tocando no que seria o ultimo baile da corte. Podemos, nós também, em pleno século XXI arregalar nossos olhos sob os belíssimos vestidos bordados que as damas usaram naquela noite, assim como seus sapatos, leques, óculos e luvas e foi relevante para este trabalho, na medida em que nos mostrou as imagens das senhoras da época exatamente como preconizavam os códigos de civilidade ou como eram retratadas pelos contos de Machado de Assis.

Muito se falou deste baile, que ficou conhecido na historia como o símbolo do final da monarquia. Não faltaram, claro, as anedotas. Ao desembarcar, fraco das pernas e amparado por seu médico Mota Maia, o imperador teria dado um tropeço. Sem perder a altivez teria ele próprio gracejado: “A monarquia tropeça, mas não cai”. Mal sabia Dom Pedro que na manhã seguinte ela não se levantaria mais.



## 4.2 A queda

Noite de 14. Isso feito, Aires meteu-se na cama, rezou uma ode ao seu Horácio e fechou os olhos. Nem por isso dormiu [...] Às cinco e quarenta minutos estava de pé. Em novembro, sabes que é dia”  
Machado de Assis, Esaú e Jacó<sup>144</sup>

As portas do império foram cerradas às cinco horas da manhã do dia 10 de Novembro de 1889, com o fim do Baile da Ilha Fiscal, o último baile da corte.

Enquanto a monarquia se lambuzava com frangos e sorvetes, se embebedava com champanhes e vinhos, e fazia ecoar seu canto de cisne, não longe dali, o tenente coronel Benjamin Constant presidia uma reunião no clube militar, onde criticava o governo imperial e sua “hostilidade” contra os militares. Seria o início de uma noite marcada pela conspiração que exilaria a família real e proclamaria a República no Brasil.

As conspirações corriam soltas. Já estávamos em 10 de Novembro de 1889, faltavam apenas cinco dias para o final da monarquia no Brasil que se achava cada vez mais isolada, uma vez que até mesmo os proprietários do Vale do Paraíba, antigos aliados e políticos do império, depois de a escravidão ter sido abolida – sem haver recebido qualquer indenização – haviam se bandeado para o lado dos republicanos. Porém vinha do Exército as maiores manifestações de descontentamento em relação a monarquia.

Os paulistas pressionavam cada vez mais e a liderança de setores descontentes do Exército, fez com que o movimento em favor da República se alastrasse significativamente. Nesse momento, não só Benjamin Constant, do Clube Militar, como Deodoro da Fonseca tiveram papéis destacados no movimento. Mas apesar de toda a pressão, Deodoro continuava reticente em virtude da presença do “velho”, como chamava Dom Pedro. Segundo relata Lília Schwarcz, Calmon Lyra teria registrado uma célebre frase do marechal: “Eu queria acompanhar o caixão do Imperador, que está velho e a quem respeito muito”. Apesar de todo o respeito que a imagem do monarca ainda exercia em alguns representantes da República, os acontecimentos seguiam cada vez piores para a monarquia.<sup>145</sup>

A conspiração caminhou impulsionada por jovens oficiais. O de mais alta patente era o tenente-coronel Benjamin Constant, professor de matemática da Escola Militar e da Escola

---

<sup>144</sup> ASSIS. *Ibidem*. P. 201.

<sup>145</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998.



Superior de Guerra. Positivista e Republicano por convicção, doutrina o aluno, e acabou sendo empurrado por eles à posição de liderança do grupo.

O Visconde de Ouro Preto recebera vários avisos sobre as conspirações, mas não lhes dera muita atenção. O próprio Dom Pedro II, ainda em Petrópolis, mostrava-se confiante ante toda a situação, e diante da tensão de Dona Teresa Cristina, que não parava de repetir que tudo estava perdido, o monarca teria dito “Qual senhora, chegando lá isso acaba”.<sup>146</sup> Porém esta confiança estaria abalada, uma vez que o ajudante geral do Exército, marechal Floriano Peixoto, já em entendimento com os conspiradores, lhe garantia a lealdade das tropas.

Até que no dia 15 de novembro, os boatos sobre a prisão de Deodoro da Fonseca antecipou o movimento. O marechal Deodoro, após tantos boatos, entrou a cavalo no quartel general, e depois de vivas a Sua Majestade, à família imperial e ao Exército, prendeu Ouro Preto, afirmando que levaria pessoalmente a formação do novo governo ao imperador. O monarca ainda estava em Petrópolis esperando pela visita de Deodoro que nunca ocorreu, pois pelo que tudo indica estaria evitando encarar de frente o velho monarca. Dom Pedro só retornou a corte depois de receber telegramas de Ouro Preto em que narrava a deposição do Ministério.

Ao chegar novamente no Paço Dom Pedro teria se reunido com o Conde D’Eu e com a princesa Isabel, e tomado consciência da situação ainda muito confusa que então se instalara. Uma vez destituído o Ministério, não haveria outro gabinete imperial.

Nas ruas, o povo, segundo José Murilo de Carvalho, “assistia a tudo bestializado”<sup>147</sup>, ao lado da família imperial, que até o fim não entendeu a atitude de Deodoro. Mesmo em meio a tantas confusões e desentendimentos, é na noite de 15 de novembro de 1889 que a situação se delinea e a República é, de fato, proclamada. Afinal, até então, o movimento não havia se definido, mais parecendo uma agitação interna do Exército.

As três horas do dia 16 de novembro, oficiais subalternos foram enviados ao Paço para comunicar o banimento da família imperial. Esta missão foi enviada ao major Frederico Sólton Sampaio Ribeiro, comandante das tropas que cercavam o Paço, que entregou o documento que participava a destituição do Ministério e do próprio imperador, e se retirou, não antes de, como nos narra Lilian Schwarcz “cometer a gafe de chamar duas vezes d. Pedro

---

<sup>146</sup> Idem. Ibidem, p. 460.

<sup>147</sup> CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados, o Rio de Janeiro e a República que não foi. 6ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.



de Vossa Majestade”<sup>148</sup>. No tal telegrama, o governo provisório comunicava a proclamação da Republica e dava o prazo de 24 horas à família real para que deixasse o país.

Em 17 de Novembro de 1889 a família real saiu de cena. Se retirou de um espetáculo marcado pelas contradições, pelas miscigenações e pela civilização implementada. Sairiam de cena os bailes da corte, os brasões, o Paço imperial e todo o seu aparato que um dia transformaram o imaginário de uma sociedade. Porém, os preceitos implementados pela monarquia no que diz respeito ao tratamento com o próximo, as regras de civilidade que chegaram por este canto dos trópicos a fim de regularizar modos e modas de uma sociedade ate então ignorantes em relação a estas regras, continuam até os dias atuais. Só nos preocupamos em nos mostrar ao outro de forma educada e civilizada, pois tínhamos um imperador que se preocupou em assim nos mostrar ao resto do mundo. A fim de fazer com que seu pais fosse de fato tratado como uma nação civilizada e bem educada que seguia todos os moldes de Paris. Tivemos um império que abriu as portas para a chegada desta literatura prescritiva e um romancista que se preocupou em retratar seus personagens com estas imagens de civilidade.

Historia e Literatura aqui se encontram na medida em que o romancista relata personagens da vida real, uma época que de fato existiu. Pessoas que realmente estavam andando pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro a fim de serem notadas pela sua elegância, luxo e educação. Assim eram os personagens cariocas, assim era Dona Benedita, Magdalena, a pianista e uma senhora, as personagens machadianas.

Este baile de forma ruidosa e festiva encerrou a existência do império brasileiro. Foram 67 anos, desde a declaração da independência em 07 de setembro de 1822 até a proclamação da Republica em 15 de novembro de 1889. Em 1891 Dom Pedro II faleceu exilado em Paris, banido pelos republicanos.

Em toda boa sociedade acharás sempre pessoas que saibam apreciar tuas maneiras corteses e atenciosas, e que te correspondam igualmente; porém, quando algumas houvesse que procedessem de diferente modo, lembra-te que a política é de quem a dá e não de quem a recebe, e que, segundo o antigo ditado: “As ações boas e asa más ficam com quem as faz”. Insisto, meu filho, em que tomes nisto muito sentido, porque, das desavenças seguem-se as rixas desafios, e dos desafios muitas vezes a morte, e não é este o menos inconveniente dos bailes!<sup>149</sup>

---

<sup>148</sup> SCHWARCZ ibidem, p. 459

<sup>149</sup> ROQUETTE. Ibidem. P. 149.



## Conclusão

Estes manuais de civilidade expressam em palavras, lugares comuns da vida cotidiana que se repetem através do tempo, em máximas como: não comas de boca aberta, nunca fales de ti mesmo, não interrompas os mais velhos durante as conversas, tenha modos, muitos destes relacionados as expressões corporais, grande preocupação da Igreja Católica e que perdura ate os dias atuais.

Em sua qualidade prescritiva o manual parece não ter perdido sua atualidade, haja vista a persistência de tantos livros sobre o tema. De acordo com Jacques Revel sua popularização acontece na época contemporânea uma vez que em suas pagina aparecem representados os problemas e necessidades de todos os grupos que compõem a sociedade.<sup>150</sup> Divulgando exemplos, sugerindo praticas colaboraram para criar novos hábitos e costumes, embora não se possa fazer um juízo dessas prescrições já que estes textos são transversalizados pelas praticas que possibilitam que sua recepção, por meio de pais e professores, por meio de leituras, seja ou não exitosas.

Atualmente em meio às mudanças de comportamento nos diferentes signos da vida, infância, adolescência, maturidade e velhice, onde as crianças aparecem cada vez mais maduras e os mais maduros querendo se sentir cada vez mais novos que sua idade cronológica, as boas maneiras se adaptaram a este novo mundo. Livros como o de Célia Ribeiro, “Etiqueta no século XXI, um guia prático de boas maneiras para os novos tempos”, transpõem essas antigas regras para os dias atuais e nos ensina como devemos agir no shopping, cinema e ate mesmo como falar ao celular em um bate papo na internet. Alerta o leitor ao escrever que “se as pessoas se tratarem melhor na família e na vida urbana seguindo com naturalidade as regras de cortesia na hora certa, a agressividade que paira no mundo poderia ser minimizada”. E ainda quando escreve: “Através desse processo estaremos contribuindo para a evolução de seres mais civilizados e conscientes dos valores fundamentais de convívio, devidamente atualizados”.<sup>151</sup>

---

<sup>150</sup> REVEL, Jacques. CHARTIER, Roger (organização). História da vida privada, 3: da Renascença ao século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>151</sup> RIBEIRO, Célia. Etiqueta no século XXI, um guia prático de boas maneiras para os novos tempos. São Paulo: L&PM editora. 2005.



Ou seja, percebemos que os códigos de civilidade ainda ocupam um espaço considerável nas estantes de grandes livrarias. As regras não desapareceram, pelo contrario, estão sendo adaptadas a este mundo cada vez mais globalizado e tecnologicamente desenvolvido.

O caminho seguido neste trabalho, pode levar a uma dada compreensão de que justifica-se a importância do estudo desses manuais tanto como livros de leitura como quanto textos pedagógicos e escolares. São textos que contribuem para que o historiador possa explicar aspectos da sociedade que os consome, e igualmente esclarecer formas e maneiras como os indivíduos desenvolvem seus costumes no tempo e no espaço. Preceitos divulgados mais explicitamente entre os anos de 1930 e 1950 que, como um saber escolarizado, forneceram modelos e exemplos que contém certas permanências, ficadas tanto pela legislação como pelas praticas escolares que, progressivamente, se propagam no corpo social.

Na verdade o que percebemos por meio destes códigos de civilidade é a existência de um universo de significação comum que possibilitou que grupos diversos se reconhecessem, de maneiras variadas mas com base em estruturas semelhantes.

Percebemos no decorrer deste trabalho que o imaginário popular se nutriu de uma realeza, e se europeizou. Nos enquadrámos, a certas praticas de convivência importadas de países distantes e assim nos tornamos cada vez mais unidos pelas aparências civilizadas. Aprendemos, por meio destes códigos, mais do que regras de etiqueta ou de higiene, aprendemos a lidar com o próximo, a nos preocupar com nossa imagem perante o outro. O que o outro pensará de mim se eu agir desta maneira. Fulano não gostará de mim se eu escarrar no chão, não vou parecer civilizado o suficiente.

Os quatro contos selecionados de Machado de Assis se inserem a este contexto na medida em que nos fazem refletir sobre estas imagens e estas preocupações que circulavam no imaginário oitocentista. Os contos foram na verdade utilizados aqui como exemplos de reflexão destas questões trazidas pelo Código do Bom-tom. Foram estudados enquanto produtos históricos que buscam expressar realidades também históricas. Ou seja, foram analisados como produtores de uma realidade, de um imaginário que circulava na população carioca dos oitocentos que desejava se tornar cada vez mais civilizada de acordo com os preceitos europeus.



Estes manuais do bom-tom que chegaram ao Brasil não podem ser vistos como produtos individuais, no sentido moderno, registro das idéias singulares de uma determinada pessoa em uma sociedade extensamente individualizada. Como nos fala Elias, o que nos chegou por escrito são fragmentos de uma grande tradição oral, reflexos do que era realmente costumeiro nessa determinada sociedade. Esses fragmentos são importantes exatamente porque descrevem não o que era grande e extraordinário, mas o que era típico e trivial. São reflexos dos mesmos costumes, testemunhos de um dado elenco de formas de comportamento e emoções na vida da própria sociedade.

Assim também podem ser vistos os contos machadianos. Extremamente relevantes não por retratarem grandes acontecimentos, mas por mostrar a realidade de sua época. Acontecimentos mundanos do seu dia-a-dia. E no caso desta pesquisa, a relevância de seus contos se dá na medida em que mesmo sem ter a intenção, Machado nos transmite a imagem destas regras de civilidade. Quando nos fala de como suas personagens tocavam bem o piano, dançavam elegantemente pelos salões da corte, ofereciam jantares excepcionais, enfim, quando dá valor a estas maneiras de convivência e de sociabilidade, Machado nos mostra na verdade, o rastro que estes códigos deixaram no imaginário da população oitocentista, especialmente a do Rio de Janeiro, que acompanhava mais de perto a modernidade, por ser a capital do império.

História e Literatura aqui se encontram na medida em que a História se utiliza da Literatura como uma narrativa que fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica. Pode indicar caminhos para novas leituras, para outras fontes, exercendo assim um efeito multiplicador de possibilidades de leitura.

História e Literatura aqui caminharam juntas para mostrar como os contos de um romancista podem ser repletos de imagens de uma época, como o historiador pode se utilizar da literatura para ajudar a entender uma época e seus personagens.<sup>152</sup>

A literatura mesmo sem carregar o peso da objetividade cientificista ocidentalizada, também é resultante da construção humana e social, e traz consigo aspectos imanentes de sua caracterização. Há no imaginário coletivo social a crença de que uma obra literária é concebida de forma “naturalizada” pelo seu autor. De acordo com Foucault é preciso

---

<sup>152</sup> COSTA, Cleria Botelho, MACHADO, Maria Clara Tomaz (org.) *Literatura e História: identidades e fronteiras*. Uberlândia: EDUFU, 2006.



abandonar a idéia preconcebida de que a literatura se fez de si própria, segundo a qual ela é uma linguagem, um texto feito de palavras. A literatura é feita de algo inefável, de algo que poderia se chamar de fábula, no sentido rigoroso e originário do termo.<sup>153</sup> Por conseguinte as fábulas, os mitos, as lendas, as narrativas marcam as gêneses da literatura e da história.

Se a História Cultural está em busca do resgate das representações passadas, se almeja atingir aquele reduto de sensibilidade e de investimento primário na significação do mundo, a Literatura é uma fonte realmente especial: ela pode dar ao historiador aquele algo a mais que outras fontes não fornecerão<sup>154</sup>

Os contos machadianos permanecem e são atuais, na medida em que evidenciam, a partir de seu testemunho sobre o homem e a realidade de seu tempo, questões que caracterizam homens de todas as épocas, numa temática que envolve amor, ambição, mentira, traição, morte, afirmação pessoal, ascensão social, verdade, cobiça, vaidade, oscilações entre o bem e o mal. Seus personagens oitocentistas carregam traços de qualquer ser humano em qualquer época ou país. Sua perspicaz visão do mundo e dos seres humanos permite que o leitor perceba-se a si mesmo. Ler uma obra de Machado é na verdade um mergulho dentro de nós mesmos. É apreender como uma mulher, na tentativa de conseguir algo de seu interesse pode ser “ambígua e dissimulada”, como é o caso de Capitu. Como um rapaz, na ânsia pela ascensão social pode odiar e invejar todos a sua volta, como é o caso do personagem Nicolau em *Verba Testamentária*. Isto claramente também se configura nos contos: “Teoria do Medalhão”, “O espelho”, “O segredo de Bonzo”; vincula-se à veleidade em “D. Benedita” e em “Verba Testamentária”.

Nas palavras de Domício Proença Filho,

“A prosa machadiana, no âmbito da arte literária em geral e no espaço da literatura brasileira em particular, continua viva e presente, e presente e viva permanecerá ainda por muito tempo, porque as mentiras de sua arte são daquelas que conseguem revelar muito da verdade de nossa complicada condição humana”.<sup>155</sup>

---

<sup>153</sup> FOUCAULT, Michel. *Linguagem e Literatura*. In: MACHADO, Roberto. *A Filosofia e a Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. P. 141.

<sup>154</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2003. P. 80.

<sup>155</sup> ASSIS, Machado de 1839-1908. *Os melhores contos de Machado de Assis / seleção Domício Proença Filho*. São Paulo: Global, 2004. P. 15



## Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe (org). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997.

ALENCAR, José. O guarani. São Paulo: Ed. L&PM Pocket, 1998.

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. São Paulo: Ed. Abril, 1971.

\_\_\_\_\_. *Helena*. São Paulo: Ed. Globo, 1997.

\_\_\_\_\_. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Ed. Abril, 1971.

\_\_\_\_\_. *Contos completos*. Organizados por Djalma Moraes Cavalcante. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.

\_\_\_\_\_. *Os melhores contos de Machado de Assis / seleção Domício Proença Filho*. São Paulo: Global, 2004. P. 15

\_\_\_\_\_. *Esau e Jacó*. São Paulo: Globo, 1997.

\_\_\_\_\_. *Os melhores contos de Machado de Assis / seleção Domício Proença Filho*. – 15 ed. São Paulo: Global, 2004.

\_\_\_\_\_. *Contos fluminenses*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2006.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Ed. Fundação da UNESP, 1997.



\_\_\_\_\_. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luis XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

CANDIDO, Antonio. *Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados, o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 6ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. Leonardo Affonso de Miranda. *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Organizadores: Sidney Chalhoub, Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Ed. Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. (organização). *História da vida privada, 3: da Renascença ao século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

COSTA, Cleria Botelho, MACHADO, Maria Clara Tomaz (org.) *Literatura e História: identidades e fronteiras*. Uberlândia: EDUFU, 2006.

DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da História francesa*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1986.



DECCA, Edgard Salvadori de. *Tal Pai, qual filho? Narrativas da identidade nacional* In: *Literatura e cultural no Brasil: identidades e fronteiras*. CHIAPPINI, Ligia e Maria Stella Bresciani, (orgs.) São Paulo: Cortez, 2002.

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DIDEROT. *Éloge de Richardson*. In: *Oeuvres Esthétiques*. Paris, Éditions Garnier, 1968.

Publicado originalmente no *Journal Étranger* em Janeiro de 1762.

ELIAS, Norbert. *O processo Civilizador; uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

\_\_\_\_\_. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Ed. Globo, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Linguagem e Literatura*. In: MACHADO, Roberto. *A Filosofia e a Literatura*. Rio de Janeiro Jorge Zahar Ed., 2000.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro. Editora Record. 9ª edição. 1996. p. 380.



GEERTZ, Clifford 1974. 'From the Native's Point of View': on the Nature of Anthropological Understanding. In: *Local Knowledge. Further Essays in Interpretive Anthropology*. New York: Basic Books, 1983

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *Relações de força. História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GLEDSOON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. *Machado de Assis: Impostura e realismo: uma interpretação de Dom Casmurro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GOFF, Le. *A História Nova*. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 2001.

LIMA, Manuel de Oliveira. *O Império Brasileiro: 1822-1889*. Nova Edição Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, c1988.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.



- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NOVAES, Adauto. (organização). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2003.
- PINHO, Wanderley. *Salões e damas do segundo reinado*. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1970.
- PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.
- RIBEIRO Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.
- RODRIGUEZ Lopez, Emílio Carlos. *Festas públicas, memórias e representações: um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.
- Ronald D. Laing. *Identidade complementar* In: *o eu e os outros – o relacionamento interpessoal*.. Petrópolis: Ed. Vozes. 1986
- ROQUETTE, J.I; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). *Código do bom-tom ou regras de civilidade e de bem viver no século XIX {1875}*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1989.



SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas. Forma literária e processo social no início do romance brasileiro*. São Paulo: Ed. Duas Cidades, 1992.

\_\_\_\_\_. *Um mestre na periferia do capitalismo. Machado de Assis*. São Paulo. Ed. Duas Cidades, 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e Diferença*. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 2000.

TRIGO, Luciano. *O viajante imóvel: Machado de Assis e o Rio de Janeiro de seu tempo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TOUSSAINT-SAMSON, Adèle.; tradução do original francês de Maria Lucia Machado. *Uma parisiense no Brasil*. São Paulo: Capivara, 2003.

WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In:

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

\_\_\_\_\_. (organizador). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.